ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

VIAGEM FILOSÓFICA

pelas capitanias do
Grão Pará, Rio Negro,
Mato Grosso e Cuiabá

MEMÓRIAS

ANTROPOLOGIA

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA
1974

CAPA:

INDIO JURUPIXUNA

— Livro Biblioteca Nacional 21.1.0, Estampa 2

Dr. Mário Ypiranga Monteiro
Rio de Janeiro, agosto, 1975

Registrado protocolo nº 2819 (folhas numeradas) Livro 3º

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

VIAGEM FILOSÓFICA

pelas capitanias do
Grão Pará, Rio Negro,
Mato Grosso e Cuiabá

MEMÓRIAS

ANTROPOLOGIA

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA
1974

ÍNDICE

		Págs.
	Prefácio	5 a 8
	Introdução	9 a 20
I —	Detalhe dos Serviços dos Índios da Vila de Barcelos	
II —	Memória das Malocas dos Gentios Curutús	23 a 25
III —	Memória sobre Gentios que habitaram e habitam no Guaporé	27 a 29
IV —	Memória sobre a Figura que tem os Gentios Mauhas, habitadores do Rio Cumiari e seus confluentes	31 e 32
V —	Memória sobre a louça que fazem as Índias do Estado	33 e 34
VI —	Memória sobre as cuias que fazem as Índias de Monte Alegre e Santarém	35 a 39
VII —	Memória sobre as máscaras e camisetas que fazem os Gentios Yurupixunas	41 a 46
VIII —	Memória sobre as Salvas de Palhinha pintadas pelas Índias da Vila de Santarém	47 e 48
IX —	Memória sobre o Gentio Cambeba que habitava às margens e nas Ilhas do Rio Solimões	49 a 54
X —	Memória sobre o Gentio Caripuna que habitava na margem ocidental do Rio Jatapu	55 a 57
XI —	Memória sobre o Gentio Mura	59 a 67
XII —	Memória sobre os Gentios Uerequena que habitam os Rios Içana e Xiê, afluentes do Rio Negro	69 a 73
XIII —	Memória sobre o Gentio Guaíkuru	75 a 83
XIV —	Memória sobre os Gentios Yurupixunas	85 e 86
XV —	Memória sobre a Nação Catauxi, que habita às margens do Rio Purus	87 a 89
XVI —	Memória sobre o Gentio Miranha que habita à margem Setentrional do Rio Solimões, entre Japurá e o Iça	91 e 92
XVII —	Memória sobre os Índios Espanhóis	93 a 95
XVIII —	Memória sobre os instrumentos de que usa o Gentio para tomar o Tabaco — Paricá	97 e 98
XIX —	Memória — Notícia da Nação Juioana a que chamam hoje Sucaca	99 a 101
XX —	Notícia da Voluntária redução de Paz e Amizade da feroz Nação do Gentio Mura	103 a 161
	Bibliografia Básica	163

PREFÁCIO

Neste volume acham-se reproduzidas as «Memórias» sobre Antropologia deixadas sob forma de manuscrito pelo Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, fruto de sua «Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá», no período de 1783-1792, preparadas pelos doutores Eduardo Galvão e Carlos A. Moreira Neto.

A fim de facilitar a leitura foi necessário atualizar a ortografia e mesmo mudar a construção de frases e outros detalhes de linguagem, sem que, a nosso ver, o conteúdo geral fosse modificado ou deixasse de exprimir o sentido exato pretendido pelo Autor.

Trata-se, da primeira publicação que enfeixa todos os manuscritos, nesses assuntos deixados por Alexandre Rodrigues Ferreira e reconhecidos, como de sua autoria, ao percorrer larga faixa do território brasileiro, a serviço de Portugal.

Essa tarefa só foi possível graças à compreensão e recursos materiais fornecidos pelo Conselho Federal de Cultura, mediante programação estabelecida pelo seu Presidente, Professor Arthur Cezar Ferreira Reis.

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756. Após receber seus primeiros ensinamentos, ingressou na carreira eclesiástica, sendo-lhe conferido as primeiras ordens clericais em 20 de setembro de 1768, matriculando-se, logo a seguir, na Cadeira de Instituta Universidade de Coimbra. Nessa Universidade exerceu a função de Preparador de História Natural, até o seu regresso para Lisboa em 15 de julho de 1778, época em que foi indicado por Domingos Vandelli para cumprir missão de ultramar, a pedido de Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado de Negócios e Domínios Ultramarinos. Antes de iniciar sua nova tarefa, realizou trabalho sobre a Mina de Carvão de Pedra de Buarcos.

Em janeiro de 1779 doutorou-se pela Universidade de Coimbra, passando a trabalhar no Real Museu D'Ajuda, posto que

manteve até 1783. A Real Academia das Ciências de Lisboa acolheu-o como membro correspondente em 22 de maio de 1780.

Nomeado em princípios de 1783, «para na qualidade de naturalista», segundo nos afirma Manoel José Maria da Costa e Sá (1818), empreendeu a VIAGEM FILOSÓFICA PELAS CAPITANIAS DO GRÃO-PARÁ, RIO NEGRO, MATO GROSSO E CUIABÁ, no reinado de Dona Maria I, partiu para Belém do Pará, em setembro de 1783, na charrua Águia e Coração de Jesus, com a missão de recolher e aprontar todos os produtos dos três reinos da natureza que encontrasse a remetê-los ao Real Museu de Lisboa, bem como fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objetos da viagem.

Chegando ao Pará em outubro, iniciou seus estudos pela grande Ilha de Joannes ou Marajó, indo a seguir a Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça. Em fins de 1784, partiu para o Rio Negro, que percorreu até a fronteira, regressando para subir o Rio Branco até a Serra de Canauaru ou Nevada, retornando a Barcelos, então capital da Capitania de São José do Rio Negro.

Em fins de agosto de 1788 deixou Barcelos para subir o Rio Madeira e, a seguir, o Guaporé, atingindo Vila Bela, a capital de Mato Grosso, em 1789, após 13 meses de viagem, durante a qual foi acometido de severa malária. Seguiu para a Vila de Cuiabá em 27 de junho, descendo pelo rio deste nome ao de São Lourenço e Paraguai.

Retornando ao Pará, chegou a Belém em janeiro de 1792, a fim de regressar a Portugal. Ao saber que nada havia sido pago ao capitão Luiz Pereira da Cunha, que remetera todo o material da expedição para a Corte, despesa essa considerável, com a qual, segundo ele, poderia dotar uma filha, afirmou Alexandre Rodrigues Ferreira àquela autoridade: «Isso não servirá de embaraço a seu casamento; eu serei quem receba essa sua filha por mulher.» E assim o fez, casando com Dona Germana Pereira de Queiroz Ferreira em 16 de setembro de 1792.

Regressou a Lisboa em janeiro de 1793, sendo nomeado Oficial da Secretaria, Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. No ano seguinte foi condecorado com a Ordem de Cristo em 25 de julho e assumiu o cargo de Diretor interino do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico em 7 de setembro. Passou a Vice-Diretor em 11 de setembro de 1795, ano em que foi designado, ainda, Administrador das Reais Quintas e posteriormente Deputado da Real Junta de Comércio.

Já no fim de sua vida, em 24 de julho de 1807, lhe foi dado propriedade de um Ofício na Alfândega do Maranhão. Faleceu em Lisboa a 23 de abrl de 1815.

Acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira, na «Viagem Filosófica», dois desenhistas: Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, além do jardineiro botânico Joaquim do Cabo.

Em julho de 1815 foram entregues a Felix de Avelar Brotero, por Dona Germana, para ser conservado no Real Museu da Ajuda, os papéis e manuscritos, pertencentes à Viagem, devidamente catalogados por Antônio de Azevedo Coutinho, com 18 folhas não numeradas.

A fim de que o Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá opinasse sobre a publicação do acervo deixado por Alexandre Rodrigues Ferreira, foram os manuscritos, desenhos, plantas e demais papéis da Viagem Filosófica transferidos para a Real Academia das Ciências.

Com intuito de dar divulgação à obra, deveriam os manuscritos vir para o Brasil, segundo se diz, por ordem do Governo Português. A história da vinda desses manuscritos e de sua completa debandada, segundo Alfredo do Valle Cabral (1876), «é bem curiosa, mas não cabe aqui narrá-la; acresce que, contá-la, equivaleria a ofender sem dúvida algumas dezenas de suscetibilidades, e tal não é o nosso intuito». O Ministro do Brasil em Lisboa Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond, enviou para o Rio de Janeiro cinco volumes que encerraram 912 estampas, acreditando-se que todas elas foram copiadas dos originais ainda em vida de Alexandre Rodrigues Ferreira, e provavelmente sob sua direção, no Real Museu da Ajuda, e passam, por conseguinte, na opinião de Valle Cabral, como autênticas. Outros códices, segundo ainda Valle Cabral, «uns todos escritos da própria mão do autor e outros por letra de seu amanuense, mas que trazem correções e acrescentamentos do próprio punho do naturalista, ou sua assinatura autógrafa», também acham-se na Seção de Manuscritos de nossa Biblioteca Nacional.

Ao todo, foram encontrados, no inventário original de Antônio Azevedo Coutinho, 57 obras: Memórias, Notícias, Diários de Viagem, Prospectos, Relações, Observações Gerais, Descrições etc. pertencentes à «Viagem Filosófica». Além dessas, incluem-se 17 outras não pertencentes à «Viagem» e 29 outras que, embora sem indicação do nome de Alexandre Rodrigues Ferreira, não trazem a de nenhum outro autor, sendo que pela natureza e outros argumentos se devem atribuir ao naturalista, segundo Manoel José Maria da Costa e Sá (1818), totalizando 103 obras, das quais 86 poderão ser consignadas à «Viagem Filosófica». José Honório Rodrigues (1925) registra 89 obras atribuídas a Alexandre Rodrigues Ferreira, além de 44 cartas, requerimentos, ofícios, representações, solicitações, memórias etc. e mais 69 documentos sobre

as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira e 9 documentos em manuscrito, pertencentes a outras instituições brasileiras ou de localização desconhecida, num total de 211 trabalhos referindo-se à «Viagem Filosófica» até 1952.

Segundo José Honório Rodrigues (1952) «a publicação das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira é um ideal longamente mantido pelos melhores espíritos da cultura brasileira». Nesse sentido, a Câmara dos Deputados, pelo Projeto nº 629, de 17 de outubro de 1949, abriu um crédito de Cr$ 500,00 destinado à reprodução, pelo Ministério da Educação e Cultura, dos manuscritos da «Viagem Filosófica». Novamente o Projeto nº 560, de 4 de junho de 1951, do Congresso Nacional, mandou abrir, no Ministério da Educação e Cultura, um crédito de um milhão e quinhentos mil cruzeiros antigos, a serem distribuídos em parcelas de 300 mil cruzeiros durante 5 anos, para imprimir as obras completas do naturalista, através de proposição dos deputados Coutinho Cavalcanti, Afonso Arinos de Melo Franco e Nelson Carneiro. A Lei nº 1.706, de 22 de outubro de 1952, também autorizou o Poder Executivo a imprimir as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira. Nenhuma dessas iniciativas foi coroada de êxito.

A Comissão do Ministério da Educação e Cultura que tinha a seu cargo a organização das obras do naturalista, conforme Portaria nº 241, de 2/8/55, *ex vi* da Lei nº 1.706, tendo em conta o interesse demonstrado pelo então Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Professor Olympio Ribeiro da Fonseca Filho, em avocar para este Instituto o empreendimento, assim como a capacidade científica e financeira do INPA para realizá-lo, resolveu propor ao MEC fosse dada por finda a atividade da Comissão e deferida a pretensão do Instituto. Tal fato foi aceito pelo Ministro e comunicado ao INPA pelo ofício nº 983/55, de 20/12/55. Composta dos Professores João Ribeiro Mendes, Jorde Agostinho da Silva e Glória Marly Duarte Nunes de Carvalho Fontes, procedeu o inventário dos códices, não sendo, todavia, continuado o trabalho, por escassez de recursos.

Coube ao Conselho Federal de Cultura retomar essa determinação, tantas vezes projetada e não executada, salvo casos especiais, em que algumas monografias ou memórias foram reproduzidas em publicações brasileiras. Esse o fundamento da presente edição.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1974.

José Candido de Melo Carvalho, Ph. D.
Professor Titular — Museu Nacional

INTRODUÇÃO

A importância de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA para os estudos de etnologia indígena brasileira tem sido geralmente exaltada pelos autores que dele tratam nos quase dois séculos que nos separam de sua época.

A avaliação dos méritos dessa obra não poderá ser feita objetivamente sem referência ao quadro geral de desenvolvimento econômico e cultural de Portugal em fins do século XVIII e, de modo mais particular, ao relativo estado de adiantamento das ciências e da tecnologia à época em que foi elaborada.

O período (histórico) em que vive ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA é de sensível decadência econômica, em virtude da queda de produção de ouro e diamantes do Brasil, «o concurso das riquezas estava já em declínio no fim do reinado» de D. José I: (1) A decadência da produção mineral deslocava os interesses da economia para a agricultura, como se pode verificar nas repetidas referências de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA. Outro dado significativo refere-se ao crescimento da importância do Brasil em relação à metrópole: uma informação «de 1796, de procedência oficial permite-nos formar juízo seguro na matéria. Nesse ano, de 7.582 contos, total da exportação para as colônias, tocaram ao Brasil 6.982 contos. De 14.082 contos, valor da exportação para o estrangeiro, 9.884 contos eram produtos do Brasil, 3.923 do reino e ilhas»... (2) Em decorrência dessa situação, o desenvolvimento da ciência e da cultura portuguesas em fins do século XVIII mantinha uma distância crescente em relação a centros de maior progresso. No mesmo ano em que ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA dá início à sua viagem pelo Rio Negro, esta situação de atraso científico é ressaltada pelo próprio governo que, em documento oficial, «justamente estranha que não escrevam com-

---

1. — João Lúcio de Azevedo: «Épocas de Portugal Econômico» — Livraria Clássica Editora — 2a. Edição — Lisboa, 1947 — Pág. 376.

2. — João Lúcio de Azevedo: Idem, Pág. 377.

pêndios, sendo a isso obrigados os mestres universitários, visto que, no espaço de quatorze anos, com admiração das Universidades estrangeiras, não tinha a de Coimbra produzido à luz escrito algum, que faça ver os progressos dela.» (3)

É em relação a esse quadro pouco lisonjeiro que deve ser considerado o valor da contribuição de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA à etnologia indígena do Brasil. Por ele se deve entender e explicar a sensível diferença de qualidade que a separa da obra dos naturalistas mais ilustres de seu tempo, como HUMBOLDT ou SPIX e MARTIUS.

O ensaio crítico que Goeldi dedica à obra de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA procura explicar, sob perspectiva semelhante, as eventuais deficiências da contribuição do naturalista à etnologia brasileira: «... a leitura daquilo que ele escreveu sobre esse ramo de ciências me deixa a impressão que ele não aprofundou os seus estudos sobre os indígenas tanto como a atualidade desejaria. Em apoio do que aqui deixo dito, menciono que nem o lado lingüístico, nem o terreno tão interessante dos costumes íntimos, mereceram nas diversas memórias do autor a extensão necessária, segundo as nossas vistas modernas. Não vejo um vocabulário, nem em parte alguma qualquer tentativa de um agrupamento dos aborígenes, de filiação, baseados em semelhanças e diferenças lingüísticas étnicas...» (4) Após elogiar a extensão e o valor das coleções feitas pelo naturalista, Goeldi conclui: «E apesar de tudo isso, o que A. R. FERREIRA deixou de manuscritos seus sobre zoologia e botânica é de pequeno calibre científico. Nota-se a mesma coisa como nas memórias etnográficas... Faltava-lhe certamente a educação profissional para isto... A. R. FERREIRA em Coimbra não podia munir-se de uma preparação suficiente nas mesmas ciências para uma empresa tão complicada». (5)

Entretanto em que pesem as limitações, a obra de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA representa um passo inicial de importância no esforço de auto-conhecimento do Brasil, como um todo, e não só da região amazônica. A Viagem Filosófica veio romper com uma tradição de alheiamento e mesmo de interdição da pesquisa científica em colônias portuguesas, como advertia em 1751 o Marquês de Pombal, «vindo por fim a vulgarizar-se e a fazer-se

---

3. — Luís de Pina: Capítulo IV «Sciencia», em História de Portugal» — Direção literária de Damião Peres — Portucalense Editora — Barcelos, 1934 — Volume VI — Pág. 521.

4. — Emílio A. Goeldi: «Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira» — Alfredo Silva & Cia. — Pará, 1895 — Pág. 88.

5. — Emílio A. Goeldi: Idem, Pág. 89.

óbvio a qualquer do Povo o conhecimento dos ditos sertões, cujo segredo e não a força, teve o Brasil em segurança há mais de 2 séculos, por ter sido impenetrável para o Estrangeiro»... No mesmo documento, em que transmite a Gomes Freire instruções sobre a demarcação de fronteiras, especificando as funções que deveriam reivindicar os portugueses nas partidas de fixação de limites, Pombal dá a medida do desapreço oficial pelo trabalho dos naturalistas: «... encarregue Vossa Senhoria os Portugueses de tudo o que pertencer à substância do negócio, qual é a demarcação de que se vai tratar, e encarregue aos Estrangeiros o que pertencer à curiosidade e à erudição, como são a História natural do País e as observações físicas e astronômicas, que respeitam ao adiantamento das ciências». (6)

A obra de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA procura conciliar a insistência oficial em informações úteis ou soluções concretas para os problemas da colônia, com a coleta paralela de materiais que permitissem uma visão menos utilitária ou imediatista da realidade. Afirmando a prevalência da primeira ordem de interesses, Goeldi considera que «como informador oficial, como funcionário público, A. R. FERREIRA era inexcedível. O lado da economia social está sempre posto em primeiro plano; evidentemente ele considerou-o como o assunto mais importante na sua missão... FERREIRA sacrificou-se literalmente por aquilo que ele julgava ser seu principal e supremo mandato e inegável é que são dignos de admiração o zelo e a aplicação desinteressada com que ele consumou resignadamente... a dezena melhor de sua vida — escravo de uma tarefa árida, material e ingrata». (7)

Do ponto de vista etnológico, a contribuição mais saliente de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA está nas Memórias que aqui se transcrevem, acompanhadas de ilustrações de importância documental não menor. Significação correspondente deve ser creditada às coleções de artefatos indígenas recolhidas pelo naturalista. Um século após, essas coleções constituíam ainda um dos acervos mais representativos dos grupos indígenas brasileiros existentes em museus portugueses. Nessa qualidade as peças coletadas por ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA integrariam a maioria dos objetos expostos por Portugal, em 1892, na Exposição de Madrid, comemorativa do IVº Centenário do Descobrimento da América: «Os objetos de arte e indústria dos indígenas americanos, que a Academia Real de Ciências de Lisboa envia à exposição de

---

6. — «Segunda carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho para Gomes Freire de Andrade ... com o motivo da execução do Tratado de Limites — Lisboa, 21 de setembro de 1751» — Em «Anais da Biblioteca Nacional» — Vol. 50 (1928) — Rio de Janeiro, 1936 — Pág. 201 e 202.

7. — Emílio A. Goeldi: Op. cit., Pág. 86.

Madrid... foram pela maior parte adquiridos no Século XVIII nas margens do Amazonas, grutas de Maracá, ilha de Marajó etc.» A descrição etnográfica e as gravuras que acompanham o catálogo da exposição permitem identificar várias peças como originárias das coleções de RODRIGUES FERREIRA. (8)

O valor da informação etnológica existente em textos de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA é desigual, às vezes deficiente. Exemplo característico é a relação geral dos grupos indígenas, contemporâneos ou extintos do Rio Negro, e sua localização, publicada no «Diário da Viagem Filosófica», que se reduz a uma lista de nomes tribais, desacompanhada de quaisquer outros dados de interesse etnológico. (9) Como nota Emílio Goeldi, «infelizmente a maior parte dos índios aqui citados, ficaram unicamente com a simples citação; bem três quartas partes desapareceram e hoje o viajante na Amazônia em vão indaga dos vestígios deixados por eles, como muito bem escreveu Martius... Como resulta de uma comparação com os títulos dos trabalhos etnológicos de A. R. FERREIRA, este explorador não travou relações com outras tribos senão com os Yurupixunas, os Maués, os Curutus, os Uerequenas, os Muras, os Cambebas, os Catauixis e os Miranhas». (10)

Mesmo em relação aos grupos que RODRIGUES FERREIRA visitou pessoalmente, há dúvidas eventuais quanto à validade da informação. No «Diário do Rio Negro» se refere mais de uma vez aos Jurus, e aos Pixunas como dois grupos distintos. (11) De modo inverso, identifica os Catauixis e Puru-purus como um único e mesmo grupo. (12). O mesmo ocorre, naturalmente com maior freqüência, com respeito aos grupos de que trata mas que só conheceu por informação alheia: os equívocos de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA são particularmente perceptíveis em suas tentativas de fornecer uma visão geral e comparativa dos índios da

8. — A. C. Teixeira de Aragão: «Centenário do Descobrimento da América — Catálogo dos objetos de arte e indústria dos indígenas da América», em «Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», nova série, tomo VI — Parte II — Lisboa, 1892 — Pág. 3-45.

9. — Alexandre Rodrigues Ferreira: «Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro». Título XVI, «Gentios que habitam nele pela ordem dos rios indicados» ... em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 51 (1) — Págs. 5-9.

10. — Emílio Goeldi, Op. Cit., Pág. 56.

11. — Cf., por exemplo, «Diário da Viagem Filosófica» ..., em R.I.H.G.B. Tomo 48 (1) — Pág. 96.

12. — «Os Purupurus, por outro nome Catauixis, que habitam no Rio dos Purus, confluente do Solimões, têm as mãos e os pés malhados de branco», diz Rodrigues Ferreira em suas «Observações gerais e particulares

Amazônia ou de todo o Brasil. (13) Muitas vezes o naturalista substitui a capacidade de analisar as informações disponíveis pelo recurso à opinião de escritores de duvidosa autoridade na matéria, como o historiador inglês Robertson. Em certos casos deixa-se envolver pela perspectiva dominante na sociedade colonial, de cunho marcadamente anti-indígena. (14)

Os interesses oficiais que presidiram as atividades de ALEXANDRE no Brasil podem ser identificados em sua perspectiva indigenista, isto é, nas normas e critérios em que se baseava a atitude oficial em relação ao índio. Embora a sua contribuição ao indigenismo seja mais consistente, em virtude mesmo do caráter pragmático dessa atividade, ainda aqui ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA reflete as limitações de sua época: em relação à política

---

sobre a classe dos Mamaes»..., Ms. da Biblioteca Nacional (Cat. Exp. Hist. Bras. nº 11.623). Segundo Alfredo Metraux, os Puru-purus seriam uma tribo Arawak do médio Purus: «The *Paumary*, together with the *Yuberi*, were a division of the ancient *Purupuru* tribe whose name has now disappeared», enquanto os Catauixis (Catawishi Hewadie) seria uma tribo Catukina, localizada «on both sides of the upper Teffé River and on the headwaters of the Coari River» (Metraux, «Tribes of the Jurua Purus Bassins» em Handbook of South American Indians, Smithsonian Institutions, Washington, 1948 — Vol. 3 — Págs. 661-663.

13. — No «Diário da Viagem Filosófica» Rodrigues Ferreira fornece alguns elementos comparativos sobre índios da Amazônia, nos quais William Robertson, autor da «História da América», é mais de uma vez citado (R.I.H.G.B., Tomo 51 (1); Págs. 9-20. No Ms. «Observações gerais e particulares sobre a Classe dos Mamaes» dedica ao mesmo esforço comparativo, um texto amplo com dados sobre índios de todo o Brasil. Vale mencionar que estas informações, reunidas sem crítica suficiente, constituem a fonte principal dos verbetes do «Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas», do Capitão-Tenente Araújo Amazonas. (Recife, 1852). O texto servira ainda de base para a extensa e pouco lúcida Etnografia dos Íncolas do Brasil que Mello Moraes inclui no Vol. II de sua «Corografia Histórica, Cronográfica, etc., do Império do Brasil» (Rio de Janeiro, 1859) — Páginas 219-504.

14. — Adiante será feita referência à posição de Rodrigues Ferreira contra o trabalho excessivo, os maus tratos e as violências freqüentes no tratamento dado pelos colonos aos índios aldeados. O fato não impediu que em relação a determinados grupos, real ou supostamente agressivos, assumisse uma perspectiva emocional e preconcebida, refletindo a atitude geral de aversão pelo índio: «O desejo de se vingarem é tão cego e abrutado como o das feras; mordem as pedras, que se lhes atira ... arrancam de seus corpos as flechas que os atravessam ... cortam a cabeça dos mortos e fazem outras barbaridades, donde se pode inferir a ferocidade de suas guerras. Eles não as fazem para conquistar mas, sim para destruir; matar e queimar tudo, é a sua maior glória»... (Diário da Viagem Filosófica, R.I.H.G.B., tomo 51 (1): Pág. 18).

indígena período que se estende entre a queda de Pombal e o fim do Século XVIII, é de transição regressiva, abandonando paulatinamente a experiência do desenvolvimento da Amazônia pela integração do índio, a quem se concedem privilégios e direitos formais, em favor de uma volta aos rígidos padrões de submetimento do indígena pelas armas e pelo trabalho.

Alexandre Ferreira participava, por certo, dos valores e interesses da sociedade colonial na formulação dessa política. A despeito disso, o naturalista não poupa os excessos que se cometiam, nas sucessivas denúncias que faz da exploração do trabalho dos índios, de seu apresamento por expedições particulares, que os submetiam arbitrariamente ao estado servil. À força de demonstrar as repetidas violações do Diretório Pombalino em favor da liberdade indígena, Rodrigues Ferreira termina, entretanto, por acreditar em sua inviabilidade. Algumas das sugestões que dirige ao Governador João Pereira Caldas e outras autoridades, estarão presentes, mais tarde, nas decisões do Governo em 1798, extinguindo-se a Legislação Pombalina e dando início à política explicitamente repressiva dos períodos de D. João VI e de D. Pedro I. Entre as medidas por ele inspiradas, salientam-se a guerra contra grupos considerados irredutíveis e hostis, como os Muras e Munducurus e a intervenção sistemática na vida de todos os grupos indígenas autônomos. Em relação a estes, as autoridades coloniais deveriam promover seu «descimento», incorporando-os em largas povoações, independentemente de suas peculiaridades lingüisticas ou culturais onde, constituiriam permanentes reservas de força de trabalho, utilizáveis a baixo custo.

O projeto de guerra aos Muras, formulado por Alexandre Rodrigues Ferreira é especialmente adequado ao propósito de identificar algumas idéias do naturalista sobre o problema indígena e a colonização da Amazônia. O desenvolvimento da região e a melhoria das condições de vida dos próprios índios dependiam, segundo ele, da reformulação de alguns pontos da política portuguesa na região. Entre esses propósitos, destacava-se a substituição da exploração das minas e da coleta de dragas do sertão por uma economia de base agrícola e pastoril, fundada em métodos racionais de seleção e aclimação de espécies. A decadência da economia de mineração em Minas Gerais e em Cuiabá, e o decréscimo paralelo da coleta de produtos naturais na Amazônia, com a decorrente instabilidade dos grupos de povoamento, a rarefação e os baixos índices de produtividade e de bem-estar das populações, constituíam todos um argumento final em favor de uma mudança profunda na economia colonial. Esta transformação deveria estender-se ao próprio elemento humano disponível para a colonização da Amazônia. A seu ver, tanto portugueses

recém-chegados como colonos aí estabelecidos de longa data, além dos índios e mestiços, todos eram singularmente mal dotados em conhecimentos ou interesses para a tarefa de redenção da colônia, pela prática da agricultura. (15)

O interesse particular demonstrado por ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA em relação aos Muras data dos primeiros meses de sua estada no Brasil e está diretamente relacionado com as atribuições de observador e de consultor, oficialmente qualificado para a análise dos problemas da região, entre os quais, naturalmente, avultava o dos indígenas. Segundo as instruções que recebeu, devia o naturalista informar sobre o «estado presente da agricultura e do comércio, população e manufaturas das populações que eu visitasse ... segundo o que eu visse e entendesse que devia participar». (16)

RODRIGUES FERREIRA chega ao Pará em outubro de 1783 e nos dois meses seguintes, dedica-se a estudos na Ilha de Marajó. Em janeiro de 1784, viaja para o Tocantins onde poderia ter tido contato ou, pelo menos, teria obtido informações sobre os índios Apinajés e outros da região. O certo, entretanto, é que, em março de 1784, já se encontra novamente em Belém, pois data daí, no dia 15 do mesmo mês e ano, uma representação ao Governador e Capitão-General Martinho de Souza Albuquerque, na qual sugere medidas repressivas contra os Apinajés e outros grupos e áreas mais distantes como os Muras e Mundurucus. O rápido trânsito da recomendação de RODRIGUES FERREIRA que chega

---

15. — Alguns trechos do Diário da Viagem, bastam para resumir a opinião do naturalista:
«... Nem há forças nem autoridade prudencial bastante para obrigar aos brancos misturados com os índios, a que obrem como brancos e não como índios ... O que a terra pode produzir ... é sem conto, mas o que de fato produz é muito pouco, porque o trabalho a fazer é muito, e a preguiça muito mais». (R.I.H.G.B., T. 48, I Pág. 17 (1))
«(Os índios) são galos do campo, que por mais milho que se lhes deite, com dificuldade se habituam às espécies» (Idem, Pág 57).
«Como era possível ao soldado, ao marinheiro, ao degradado que foram os que fizeram a maior parte dos colonizantes, entrarem no estado munidos dos conhecimentos precisos, para o adiantamento da agricultura, das manufaturas, do comércio e da população ...?» (R.I.H.G.B., Tomo 50 (2) — Pág. 38).
«... De modo que nem veio a praça (Macapá) a ter soldados com que contasse nem o estado lavradores que o enriquecessem com a chegada em 1769 dos habitantes da perdida colônia africana de Mazagão» (Idem: Pág. 51).

16. — De acordo com a Portaria de 15 de setembro de 1784, expedida pelo Governador do Pará — Martinho de Souza Albuquerque, o «Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira parte desta cidade ... nas diligências da História Filosófica e Natural ... de ordem de sua Magestade (Diário da Viagem Filosófica, R. I. H. G. B., Tomo 48-I — Pág. 5).

aos centros de decisão da metrópole, não só revela a importância da missão a ele atribuída, mas esclarece, ainda, sua perspectiva particular em relação a indígenas arredios ou hostis. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA considera a resistência indígena um sério obstáculo ao desenvolvimento da região e, em nome desse interesse prioritário, propõe não só a guerra, mas também o cativeiro dos índios aprisionados, como ele próprio informa a Pereira Caldas no Diário do Rio Negro. (17)

De acordo com a legislação indígena de inspiração pombalina, ainda vigente, as medidas recomendadas por ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA só se poderiam justificar em condições especiais, Esta é a razão pela qual o naturalista insere no Diário do Rio Negro uma Resenha Histórica de atos e decisões oficiais adotados contra os Muras e outros grupos indígenas, alguns dos quais nem sequer habitavam a Amazônia, como os Acroás e Timbiras do Piauí e do Maranhão. O naturalista historia vários conflitos anteriores com os Muras e transcreve recomendação do ouvidor-geral Ribeiro de Sampaio que encarece a necessidade de «inteiramente profligar e destruir esta nação» por motivos «que não só justificam contra esta nação a mais enfurecida guerra, mas que a persuade uma indispensável obrigação...» (18) Embora fosse então autorizada uma expedição punitiva contra os muras do Japurá, a política oficial continuou sendo pautada por certas normas daquela legislação, restringindo a ação armada a «guerra defensiva» e não permitindo «nenhumas pretensões de escravidão e de quintos e jóias que, em outro tempo, se praticaram». (19) Segundo RODRIGUES FERREIRA, a ação punitiva não teve grande eficácia, pois se limitou ao «mais moderado castigo que podia ser, se bem que nem esse teve efeito considerável». (20)

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA define os pontos básicos da política oficial em relação ao índio: Este deveria estar sempre em

---

17. — «Diário da Viagem Filosófica», RI.H.G.B., Tomo 50-II: Pág. 72 e Suplemento da Participação Quarta, mesmo volume, Pág. 93-104.

18. — Trecho do Diário de Viagem do Ouvidor-Geral Ribeiro de Sampaio, transcrito na «Viagem Filosófica», R.I.H.G.B., Tomo 50-II — Pág. 70.

19. — Carta de João Pereira Caldas em 3 de outubro de 1778, autorizando a «guerra defensiva» que o diretor das aldeias do Japurá queria fazer contra os Muras mas interditando, segundo a «lei das liberdades» indígenas, a escravização dos vencidos e outros ganhos eventuais com as hostilidades (R.I.H.G.B., Tomo 50-II — Pág. 72).

20. — Acrescenta Rodrigues Ferreira: «Continuaram as perseguições como dantes, e sendo este o estado em que se achava a agricultura de ambas as capitanias, quando cheguei ao Pará em outubro de 1783 ... também eu discorri não só a respeito dos Muras, mas geralmente sobre os Mondurucus dos rios do Xingu e dos Tapajós e sobre os Apinajás

paz com os colonos portugueses e seus aliados indígenas e, «de sua muito livre vontade, descesse o gentio do sertão a incorporar-se com os índios aldeados», porque a recusa à transferência compulsória para junto dos centros de colonização «dano era este que assim o sentia a agricultura por falta de agricultores». (21) Se além de se negar aos descimentos praticavam os índios atos hostis, «procedimentos são estes tão pérfidos e sediciosos, que desafiam a justiça, com que Sua Majestade deve cativar em justa guerra os que inquietam o sossego de seus vassalos e arruinam as suas povoações»... (22) A seguir, RODRIGUES FERREIRA procura demonstrar que certos grupos indígenas são culpados de atos que justificam a guerra e o cativeiro, advertindo entretanto contra os excessos que habitualmente cometem nesses casos os colonos. Em benefício do Estado, as ações punitivas contra índios e sua eventual submissão ao estado servil deveriam ter caráter oficial e ser matéria da exclusiva decisão dos capitães-generais: «Não quero dizer com isto que, no intuito de repelir com guerra as lesões que nos fazem, o Mura, o Mondurucu e o Apinanjá fique, a cada particular o direito ... de levar a guerra ao inimigo ... com venda dos que cativar ... O que quero é que aos Exmos. Srs. Generais pertença o direito de conhecer das lesões e representadas que sejam a Sua Majestade ... confiar-lhes o reparo delas para castigarem com o cativeiro os índios incursos nos casos dele». (23)

Uma justificativa adicional da guerra aos Muras é buscada pela publicação de atos de Pereira Caldas, favoráveis à guerra a índios do Piauí e do Maranhão, em 1764. RODRIGUES FERREIRA considera essas decisões, «que eu ainda não tinha visto na cidade do Pará, quando pensava no cativeiro dos Muras e dos Mondurucus» ... um precedente importante. O fato de que tenham sido adotadas ainda durante a administração de Pombal representa um elemento em favor de sua tese, que concilia dispositivos protecionistas com o uso eventual de medidas de força para a subjugação de grupos arredios ou rebeldes. Pereira Caldas pretendia «fazer guerra geral às nações de índios Acoroás, Timbiras e Gueguês»... Um decisão real impôs limitações à guerra, dispondo «que se pudesse praticar e efetuar unicamente a particular nas respectivas fronteiras...» Conclui o naturalista que «resolveu Sua Majestade contra os Gueguês o mesmo que eu pensava con-

---

do outro rio dos Tocantins ... em representação que lhe fiz (ao Governador Martinho de Souza)» ... (R.I.H.G.B., Idem, Pág. 72).

21. — «Viagem Filosófica», R.I.H.G.B., Idem, Pág. 73.

22. — Idem, Idem, Pág. 73.

23. — Idem, idem, Págs. 73-74.

tra os Muras», o que quer dizer que a disposição dos índios aprisionados, como servos, teria sido autorizada em determinadas instâncias. (24)

A moderação com que ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA procurava disciplinar os atos coercitivos de controle e dominação de grupos indígenas da Amazônia não foi mantida na orientação que prevaleceu durante o reinado de D. João VI. Este seria um período de considerável agravamento dos problemas indígenas, com as «guerras ofensivas» e a livre ação de «bandeiras» particulares incentivadas pelos poderes públicos com a posse dos indígenas aprisionados em regime de servidão.

Se de um lado deve ser atribuída ao naturalista a responsabilidade histórica de ter concorrido para a adoção de uma política oficial mais dura em relação aos indígenas brasileiros, que culminou com a mencionada rejeição da legislação pombalina em 1798, por outra parte é de justiça reconhecer que seu cuidado em evitar excessos nos «descimentos» ou suas denúncias das arbitrariedades usuais contra índios aldeados devem ter contribuído, com eficácia não menor, para o adiamento da implantação de uma política explicitamente anti-indígena na Amazônia.

Dentro de tal perspectiva, RODRIGUES FERREIRA registra, com perceptível alívio, as iniciativas espontâneas de paz adotadas pelos Muras em Maripi e Airão, tornando dispensáveis as medidas de força que sugerira: «Felizmente em nenhum deles (atos que justificariam a intervenção armada) incorrem os Muras; porque parece que, compadecida a Providência de tantas desgraças, dispôs no Rio do Japurá a reconciliação ... e tanto eles como os dos outros rios dos Solimões, das Amazonas e da Madeira, assim o têm executado». (25)

A mesma ordem de interesses e idéias, que dá origem às sugestões sobre os Muras, é responsável pela atenção dedicada por RODRIGUES FERREIRA à intensificação do tráfico de escravos negros e ao estudo dos surtos epidêmicos que se sucederam durante a maior parte do Século XVIII na Amazônia, com efeitos desastrosos sobre a população indígena. Entre os documentos compilados, reunidos ou elaborados por ALEXANDRE RODRIGUES

---

24. — Introdução ao Suplemento da Participação Quarta, «Viagem Filosófica», R.I.H.G.B. — Tomo 50-II — Pág. 93.

25. — R.I.H.G.B., Idem, Pág. 74. — A pacificação dos Muras em Airão no ano de 1787, é relatada, com documentos, na Participação Quinta da «Viagem Filosófica», R.I.H.G.B., Tomo 50-I — Págs. 77-92. A apresentação espontânea e pacífica dos Muras em Santo Antônio do Maripi, no Japurá entre 1784 e 1786, pode ser lida nas «Notícias da Voluntária Reducção» ... em R.I.H.G.B|. Tomo 36-I — Págs. 323-392.

FERREIRA, merecem destaque uma publicação anônima de 1749 sobre as epidemias de varíola na região e outro informe, de natureza semelhante e complementar, elaborado pelo Tenente-Coronel Teodorico Constantino de Chermont. (26)

Fiel aos objetivos de manutenção e desenvolvimento da colonização da Amazônia, o naturalista correlaciona as taxas de população indígena, decorrentes daquelas epidemias, com o total reduzido de habitantes da região do Rio Negro (6.642 habitantes) de que os índios constituem maioria absoluta (5.760 habitantes ou cerca de 90% do total). (27)

A seguir, extrai destes dados a conclusão necessária: o desenvolvimento da colonização portuguesa na Amazônia, particularmente no Rio Negro, depende da implantação de uma economia de base agrícola e pastoril e do aumento substancial de forças de trabalho qualificada. A solução estaria na promoção prioritária da entrada de escravos negros na região, em número nunca inferior a 1.500 por ano. (28)

No projeto acima, ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA inspirou-se aparentemente no modelo fornecido pelo sistema de colonização das Ilhas Caribe, nas quais a população indígena original, devastada pelo trabalho servir e pelas moléstias introduzidas pelo branco, cede paulatinamente lugar a contingentes de negros es-

---

26. — Em vários capítulos do «Diário da Viagem Filosófica» Alexandre Rodrigues Ferreira analisa a ocorrência de epidemias entre índios como uma das causas básicas do baixo número de nativos aldeados. Cf., por exemplo, a Participação Segunda, R.I.H.G.B., Tomo 48-I; Págs. 21-37. Em relação aos textos sobre epidemias, o primeiro deles é a «Notícia Verdadeira do Terrível Contágio...» impressa na Oficina de Pedro Ferreira, Lisboa, 1749. Descreve os surtos epidêmicos ocorridos entre 1724 e a data da publicação e serviu de base ao texto de Teodósio Constantino de Chermont, «Memória dos mais terríveis contágios de bexigas e sarampo». Segundo Rodrigues Ferreira, que transcreve a memória do Tenente-Coronel Chermont, este «escreveu-a a instâncias que lhe fiz de parte do bem público, a quem são consagrados os trabalhos desta expedição»... (R.I.H.G.B., Tomo 48-I — Págs. 28-30).

27. — Cf «Mapa de todos os habitantes que existem nas diferentes freguesias e povoações do Rio Negro» em R.I.H.G.B., Tomo 51-I — Pág. 109. É indispensável ter em mente que o total não inclui os grupos indígenas autônomos, arredios ou hostis da região e nem mesmo os recentemente pacificados, como os Muras.

28. — Em apoio dessa medida, Rodrigues Ferreira recorre à autoridade do Governador João Pereira Caldas que, em carta de 1775 ao provedor e deputados da Junta da Administração do Comércio, recomendava a intensificação do tráfico de escravos negros para o Pará: «Torno a lembrar a Vossas Mercês, que a introdução anual de escravatura no porto desta cidade não deve por ora ser nunca menos de 1.500 cabeças; para que, determinando-se 500 ou 600 para a capitania de Mato Grosso, possam nesta ficar as mais»... (R.I.H.G.B., Tomo 51-I — Pág. 39).

cravos que assimilam os remanescentes indígenas e passam a fornecer o trabalho indispensável ao sistema de «plantations». O projeto de desenvolvimento formulado por ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA previa, de certo modo, como inevitável e necessária, a recondução do índio à condição servil, de que havia sido sacado, pelo menos teoricamente, pela legislação indigenista pombalina. Independentemente do êxito do desenvolvimento econômico da Amazônia, com base na agricultura, o processo de submissão do índio aos interesses dominantes da sociedade nacional cumpriu-se integralmente, culminando com a sanção oficial de seu estado de dependência compulsória através dos mencionados atos administrativos e legais que, em 1798, estabelecem as bases da política indigenista de D. João VI.

Eduardo Galvão

Museu Paraense «Emílio Goeldi» — Pará

Carlos A. Moreira Neto

Faculdade de Filosofia do Rio Claro — São Paulo

I — DETALHE DOS SERVIÇOS EM QUE ATUALMENTE EXISTEM EMPREGADOS OS ÍNDIOS DA VILA DE BARCELOS, CAPITAL DA CAPITANIA DO RIO NEGRO, TANTO OS CAPAZES DOS SERVIÇOS, COMO OS VELHOS, E ASSIM MESMO DOS RAPAZES SEMELHANTEMENTE EMPREGADOS. A 30 DE OUTUBRO DE 1786.

ÍNDIOS CAPAZES DE TODO O SERVIÇO										
OFICIAIS DA POVOAÇÃO				OFICIAIS DE OFÍCIOS						
Principais	Capitão	Alferes	Abalizados	Pedreiros	Carpinteiros	Serradores	Calafates	Ferreiros	Sapateiros	Oleiros
6	1	1	2	2	7	2	2	1	3	3
10				20						

ÍNDIOS CAPAZES DE TODO O SERVIÇO								
EMPREGADOS EM PESCADORES								
Pela Repartição das Reais Demarcações								
No pesqueiro do rio Branco	Na mesa fornecida por esta Repartição	Com oficiais militares	Com algumas pessoas das empregadas nas Reais Demarcações	Com uma das pessoas empregadas na diligência do I. Hist. Natural	Com o reverendo vigário	Com o Diretor	Com alguns Principais	Com alguns moradores
3	3	5	3	1	3	3	3	10
34								

ÍNDIOS CAPAZES DE TODO O SERVIÇO								
EMPREGADOS EM OUTROS DIFERENTES SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS								
No Serviço Real				Em Serviço de Alguns Moradores				
Na ribeira desta capital	Na capitania de Mato Grosso	Nas obras de Sant'Ana	Na fábrica de anil	Em canoas para a cidade do Pará	Nesta vila por portarias do Governo Interino	Em porteiro da Câmara	Em meirinho da Povoação	Preso na cidade do Pará
14	2	3	2	4	4	1	1	1
32								

ÍNDIOS VELHOS							
		OFICIAIS DE OFÍCIOS					
Prontos	Todos	Carpinteiros	Calafates	Dispensados de todo o serviço por portaria	Jacumaúbas de pescadores	Prontos	Todos
10	106	2	1	4	3	4	14
		3					

RAPAZES								
APRENDIZES DIFERENTES OFÍCIOS								
De ourives	De carpinteiros	De sapateiros	De oleiros	Dispensado de todo o serviço por portaria	Jacumaúbas de pescadores	Empregados em serviços domésticos	Sacristão	Todos
1	1	2	2	2	18	6	1	33
6								

N.B. Os Oficiais dos Ofícios estão todos atualmente adidos à ribeira, para que as Obras Reais, menos os sapateiros e o ferreiro, que trabalham efetivamente em casa de seus mestres, e os oleiros na Olaria da Povoação. Os pescadores estão em número de 34, por se ter ausentado 1, de D. Inês Aranha de Ataíde, a quem se deve dar outro, em virtude de ordem que tem de Sua Excia. o Sr. General Comissário para se lhe conservar um pescador, e outro que próximamente despediu o Provedor da Real Fazenda de Expedição, com os quais fazia o número de 36, Dos 10 índios prontos existem para o serviço unicamente 7, por 2 não aparecerem há tempos, porém não se julga estarem ausentes, por se conservarem na vila parte das suas famílias; e 1 estar totalmente doente com o pescoço cheio de fístulas. Dos 4 índios velhos que se mostram prontos, 2 são totalmente incapazes de qualquer serviço. Os rapazes empregados em serviços, estavam anteriormente no pé de 38, e existem por ora unicamente os que se mostram por se ausentarem 5, dos serviços em que existiam; e na casa dispensados vai incluído 1, que foi preso para a cidade do Pará.

Severino Euzébio de Mattos — (Códice B.N. 21.1.1. n.º 11)

II — MEMÓRIA

SÔBRE EXPLICAÇÃO DE AMBOS OS DESENHOS DA PLANTA E DO ALÇADO EM PERSPECTIVA DE CADA UMA DAS MALOCAS DOS GENTIOS CURUTUS SITUADOS NO RIO APAPORIS, SEGUNDO AS FEZ DESENHAR E REMETEU PARA O REAL GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL O DR. NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

A tábua IIIª representa a planta de uma das vinte e duas malocas, de que constava a aldeia dos gentios Kueretús, situados na margem oriental do rio Apaporis, acima da quarta cachoeira do dito rio, na distância de seis dias de viagem, acima de sua foz. Na dita aldeia foram recebidos e agasalhados, com incrível hospitalidade no dia 2 de julho de 1782, os empregados na Quarta Partida Portuguesa e Espanhola da atual Diligência da Demarcação de Limites. Cada maloca, de per si, é uma pequena Povoação. A linha da circunferência exterior a, a, a, é a que constitui a parede mestra de cada uma, porque é a única que há entijucada, para a resguardar das injúrias do tempo. A segunda linha, b, b, b, determina em roda o espaço que ocupam as repartições interiores, em que habita separadamente cada casal. Divide-se cada repartição pelas duas linhas como raios de círculo, r, r, as quais não são mais de que uns meros resguardos de esteira de taboca aberta ao fogo, e batida, para servir de repartimento a cada um dos camarotes deste anfiteatro. Fica-lhe por dentro a porta, para cada um; e nenhum deles tem mais capacidade do que a de dez até doze palmos, que é a que basta para cada casal armar a sua rede. A praça do centro c, é comum a todos, para os diferentes trabalhos econômicos de ralar a mandioca, de amassar e cozer os

beijus, que são uns bolos chatos de farinha da maniva; e serve também para as suas danças, o que tudo fazem gozando de muita luz, que entra pelas aberturas superiores do outão o, como se vê na tábua IVª. Os que parecem festões pendentes de cada uma das aberturas do referido outão, marcados com as letras f, f, f, são uns ziguezagues tecidos de folha de pindoba, ou da palmeira anajá, presos à parte superior da abertura por um fio, e sustentados perpendicularmente pelo peso que lhes faz o caroço da palmeira tucumã, dependurado da parte inferior do fio; com a impressão do vento se torce, e se destorce o fio que prende o ziguezague. Ele imita por conseguinte os torcicolos das cobras, quando se movem; o que observado pelos morcegos e pelas aves, que temem as cobras, afugenta uns e outros, e os impede de entrarem, pelas aberturas do outão, a inquietarem os que estão dentro da maloca.

Muito se distinguiram os referidos gentios no tratamento, que fizeram a ambas as Partidas. Porém o certo é, que de há muito tempo a esta parte conservam conosco a Paz e a Amizade, porque pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, lhes foi passada uma Portaria, para que ninguém ousasse violentá-los para descerem, em contemplação dos serviços que sempre fizeram a Sua Majestade, escoltando as suas tropas, praticando os outros Gentios para descerem, e facilitando o Negócio das Drogas internadas pelos sertões daquele Rio. O que não ignorava o Primeiro Comissário da Partida Portuguesa quando lhes propôs as novas razões, que então se lhes ofereciam, para se resolverem a descer um pouco mais para baixo de onde estavam, como realmente desceram, vindo a ficar na distância de meio dia de viagem, água abaixo, aonde existe a cachoeira grande do referido Apaporis. Representaram-lhe, que eles queriam ter na sua Aldeia um vigário, para os instruir e batizar; que por conta deles deixassem o sustento do padre, e a fatura do Negócio preciso para a sua Côngrua; porém, que por nenhum modo se lhes mandasse Diretor, porque das suas absolutas estavam eles informados; que sempre tinham tido e queriam ter amizade conosco; porém que ainda não estavam deliberados a mudar de Estabelecimento para fora daquele Rio, o que com o tempo se conseguiria. Isto que então disseram, foi o mesmo, que a poucos dias mandou

o Principal Catiamani dizer a S. Excia. por um dos seus filhos, o qual chegou a esta Vila no dia 3 de fevereiro do corrente ano, acompanhado de quinze índios, e todos dirigidos a S. Excia. pelo Segundo Comissário, atual comandante da Quarta Partida no quartel da Vila da Ega, Henrique João Wilkens. Sua Excelência lhes retribuiu com vantagem o agasalho que haviam feito à Partida Portuguesa. Honrou da sua Assistência Pessoal à mesa que no seu Palácio lhes mandou por. Enquanto aqui se demoraram, praticou-os para descerem para mais perto das nossas Povoações, o que o filho do dito Principal prometeu de assim persuadir a seu pai. Presenteou a todos com os presentes que constam das Cópias da Portaria e Relação que se seguem.

Barcelos, 20 de fevereiro 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.1.38)

III — MEMÓRIA

SOBRE GENTIOS QUE HABITARAM E HABITAM NO GUAPORÉ

Muitas nações houveram em outro tempo, das quais nenhuma notícia já hoje se conserva, pelos motivos que abaixo se dirão. Tais foram principalmente as que pela margem oriental, habitavam as fraldas da grande serra dos Paresis, as duas campanhas adjacentes, e as margens dos rios, que todas foram conquistadas pelos sertanistas. Veja-se o que delas se refere no Anal de 1759 que li em Vila Bela. — «Era este vastíssimo País antigamente povoado de numerosa Gentilidade, mas entrando pouco a pouco a conquistá-la os nossos sertanistas, pela banda de Mato Grosso, e os missionários de Espanha, pela parte oposta, assim se foi despovoando, com diferença, porém, que dos Gentios, que dali tiraram os missionários, se acha hoje muita parte estabelecida da banda ocidental em três missões, de S. Simão, S. Miguel e Santa Rosa. Porém, os que conquistaram os nossos sertanistas, quase se extinguiram, principalmente os das nações Curicháras, Amios, Mabiús — grupo do Japurá — e outros, sem que ao tempo do estabelecimento das Missões, se achassem deles nem os mesmos lugares de suas naturalidades.

Das Nações de que haviam maiores relíquias, eram os Guajarutás e Mekens, que por serem Nações numerosas, e últimas na conquista, ainda não tinham experimentado total ruína.

A autoridade, com que os sertanistas faziam estas Conquistas, era a da cobiça. As leis que seguiam no método de as fazerem, eram as da desumanidade. Porque abalroando as rancharias em que se viam os bárbaros, nas bocas de fogo faziam acabar todos os que naturalmente pegavam nos arcos, para sua defesa.

Metiam-se os rendidos em correntes, ou gargalheiras, e depois se repartiam pelos Conquistadores, que os remetiam para as nossas Povoações, em contrato de venda.

Destas tão injustas ações acompanhavam atrocidades inauditas e indígnas de se referirem.

Não permitia a Justiça Divina, que nenhum destes sertanistas jamais enriquecesse; antes ao tempo que o Pe. Agostinho Lourenço desceu rio abaixo, e achou alguns por ali estabelecidos, depois de vedadas semelhantes conquistas de ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. General D.A.R.M. em observância das leis, e ordens de Sua Majestade, não havia algum, que não vivesse em lastimosa pobreza.

Não só não tinham casas, em que morarem, mas nem plantas, nem roças, nem camisas, com que se cobrirem.

Não era menor a necessidade espiritual, porque como viviam muito distantes de Povoados, não ouviam missa, nem se confessavam, senão raras vezes, sucedendo comumente morrerem alguns sem confissão.

Os Gentios, que obedeciam a semelhantes homens viviam na sua natural barbaridade. Observavam os costumes nativos sem conhecimento algum dos Mistérios da Fé.

Estavam tão pouco acostumados a ouvirem o catecismo, a assistirem à Missa, e outros semelhantes exercícios de um missionário, que fugiam, quando este lhes mostrava o seu crucifixo de latão; barbaridade, que pouco a pouco se foi vencendo, com ajuda do mesmo Senhor».

Porém de quase todas as Nações, ainda as mais populosas, como tinha sido a dos Paresis, raros eram os indivíduos que existiam. Não se viram mais os Kautarios, os Corumbiaras e outros.

Das que existiam pelos anos de 1769, e 1770, quando do Forte de Bragança se abriu estrada por terra, até Vila Bela, pela margem oriental, deram fé, os empregados naquela diligência. E foi, que nos sertões dentre a Fortaleza, e o rio dos Kautarios, seu imedìato, rio acima, deixaram uma aldeia de Aricurossos, e nas cabeceiras dos Kautarios, 2 aldeias de gentios assim chamados.

Nas cabeceiras do rio de S. Simão viram muitas aldeias, que constituiam o reino dos *Lambis*: gentio manso e tratável, que vive de roças.

Na parte superior do rio de São José, no cume da Serra, passaram pelo reino dos *Kutrias*, por outro nome, *Travessões*, por trazerem atravessada na cartilagem que divide as ventas, um longo botoque, à maneira dos Karipunas do rio da Madeira, se bem que o destes não é tão comprido. Além deste, tem mais dois botoques

no lábio superior. Todos são gentios fornidos, de mediana estatura, vivem de lavouras, caça e pesca; e são tratáveis e mansos.

Imediato a estes se seguiu pelo alto da Serra a aldeia dos *Patitis*, gentio bisonho e audaz, porém também lavrador.

Chegaram depois às cabeceiras do rio Corumbiara, aonde pela margem do poente, passaram pelo reino dos *Abóbas* que fizeram suas hostilidades, estrepando os caminhos e dando vários assaltos.

Vieram daí para cima encontrando vários lotes de *Kabixis*, gentio que serve aos outros de escravo.

(Códice B.N. 21.2.6 nº 33 e 21.2.2. nº 8b)

IV — MEMÓRIA

SOBRE A FIGURA QUE TÊM OS GENTIOS MAUHAS, HABITADORES DO RIO CUMIARI E SEUS CONFLUENTES, SEGUNDO A FÊZ DESENHAR E REMETEU O DESENHO DELA PARA O REAL GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL, O DR. NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

A tábua V^a representa a figura de um dos gentios Mauá, (Umáua ou Hiamacóto), que habitam nas margens do rio Cumiari, o qual desagua na margem oriental do rio Japurá.

Habitam não só no referido Cumiari, mas também em todos os seus confluentes, principalmente nos dois que se chamam Cunhari e Messai. Desta qualidade de gentio não havia no Estado um tão individual conhecimento, como o que dele se adquiriu, depois que pelo dito rio subiram as Partidas Portuguesa e Espanhola, empregadas na atual Diligência da Demarcação de Limites. Contaram para cima de cem malócas, povoadas de semelhante gentio, cuja configuração os distingue muito dos outros. Andam sempre espartilhados ao uso das damas da Europa. Para fazerem o espartilho, preparam uma lâmina de madeira avermelhada, do comprimento de uma até duas varas, em ordem a darem com ela três voltas em roda do ventre, como se fosse uma cinta, adelgaçando a lâmina, de sorte que apenas lhe deixam a consistência que têm os arcos das bocetas de faia. Dispõem em roda do ventre, com imediato contato sobre a pele, uns grossos ponteiros perpendicularmente arranjados, os quais nesta qualidade de espartilhos ficam servindo de barbatanas: sobre eles cingem a lâmina, atando-a por fora com as fitas que tiram da palmeira do tucum, pintadas de diferentes cores; e os nós, que lhes dão pela frente do espartilho, formam o trancelim, que o ataca. De onde resulta, que ficando por este modo comprimidas as costelas espurias pela parte superior das cristas dos ílios, se elevam as costelas verdadeiras para a parte interna, fazendo mais gibosa a cavidade do

tórax, como sucede aos corcovados, e as cristas dos ílios se elevam em forma de anquinhas e ficam mais vazadas, como se vê nos esqueletos das mulheres.

Para cobrirem as partes vergonhosas, usam de uma, como tanga, em que acaba o espartilho, pela parte exterior somente, com a qual ficam encobertos os testículos, que são os que se deixam ver, quando a posição do corpo assim o permite. Quanto ao pênis, de nenhum modo se vê, porque o trazem suspendido pela glande com um fio de curauá, de forma que sempre ande perpendicularmente encostado ao pente e só para o uso das funções naturais o desatam. Espartilhado que seja cada um dos ditos gentios, nunca mais tira o espartilho, senão quando ele apodrece e lhe é preciso fazer outro. Espartilhados se lavam no rio, remam nas canôas e se exercitam em todo o gênero de trabalho.

Os seus enfeites consistem nos maços de contas de Moçambique, que trazem encruzados ao pescoço e os compram aos espanhóis, pelas três ótimas qualidades de cera branca, amarela e preta, que, para o referido negócio, tiram do mato em grande quantidade.

Barcelos, 20 de fevereiro de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira
(Códice 21.1.42)

V — MEMÓRIA

SOBRE A LOUÇA QUE FAZEM AS ÍNDIAS DO ESTADO, PARA SER APENSA ÀS AMOSTRAS DELA, QUE FORAM REMETIDAS NOS CAIXÕES Nº 1, Nº 5 e Nº 8 DA PRIMEIRA REMESSA

Tanto as amostras de números 1 e 5, como as que foram no caixão nº 8, todas são da louça que fazem as índias de Barcelos. O que a este respeito participei em outra ocasião, quando remeti algumas amostras da louça fabricada nos subúrbios do Pará, é o que agora repito. Que o barro mais limpo de areia, é o que elas mais preferem; que sem rodas, nem máquina alguma, empreendem à mão a tal fábrica de panelas, pratos, etc... que pronto, que esteja o barro, incorporam com ele a cinza pisada, a que reduzem a casca da árvore caraipé... genero Caraípa, tábua 223 e 224 da Flora de Guana; que entre si amassam estas duas substâncias, até as reduzirem a uma massa, à que vão dando com as mãos os feitios que querem; que sem este adubo não lhes fica a louça consistente, mas logo que têm feito as formas, as levam ao forno a cozer, que também não é forno, antes um tijupá de lenha, com que as cobrem, e de ordinário são cascas de paus; que tiradas do forno assim quentes, como saem, dão-lhes por dentro com a resina da jutaicica, que ao calor da forma se derrete, enverniza o barro e o deixa como vidrado; que para a panela, em sendo nova, não comunicar ao comer o sabor da resina, voltam-na com a boca para baixo sobre as brasas, até se lhe queimar a resina. O tauá, que é a ocra de ferro, o curi que é a argila tinta da mesma ocra já queimada, o urucu e o carajuru, são as tintas que empregam nas diferentes pinturas. É notável a consistência que dá ao barro

a tal casca do caraipé. Os cadilhos assim preparados, ao que dizem os curiosos de experiências, têm aturado 4, 5, 6 e até 7 fundições diversas. Dos ourives, sei eu, porque vejo, que não usam de outros cadilhos. Quando não há a tal casca, para se incorporar com o barro, suprem as escórias do ferro pisadas e moídas; se nem escórias há, suprem os cascos das tartarugas, depois de calcinados. Sem este adubo, qualquer que seja dos três, mas uns na falta dos outros, estala a louça.

Barcelos, 5 de fevereiro de 1786

(Códice B.N. 21.1.27)

VI — MEMÓRIA

SOBRE AS CUIAS QUE FAZEM AS ÍNDIAS DE MONTE ALEGRE E DE SANTARÉM, PARA SER APENSA ÀS AMOSTRAS QUE REMETI NO CAIXÃO Nº 1 DA PRIMEIRA REMESSA

A matéria, de que as índias fazem as cuias, é o fruto da árvore, que elas chamam... *Cuia inha*, e os portugueses... *Cuieira*. A Cuieira, quase todo o ano dá fruto; gasta dois meses, para amadurecer, que é quando o recolhem. O sinal de que está maduro, é quando batido o fundo com as costas de uma faca, ele tine; isto é, como a casca adquire, pela madurez, uma consistência lenhosa, produz aquele som. Daqui vem, que nas cuieiras se observam muitas vezes os frutos com alguns regos cicatrizados na casca mais exterior, procedidos das tentativas práticas, que lhes fizeram. Uma boa cuieira chega a dar por ano 120 até 130 frutos, que vem a ser 260 cuias, partido cada fruto em duas metades. Planta-se ou de semente ou de estaca. No primeiro caso, necessita de passar 5 anos, para frutificar; no segundo bastam 3. Cresce tanto nas varjas, como nas terras firmes, e uma particularidade tem, que, ainda que seja queimada, arrebenta de novo, vegeta e frutifica como d'antes. É árvore esta, já há muito conhecida dos Naturalistas, e se acha no sistema de Lineu com o nome de *Crescentia Cuyeté*.

As cuias ou são lisas, ou de gomos. Para sairem de gomos, ajusta-se ao fundo dos frutos, que ainda pendem das árvores, uma tabuinha redonda, furada em roda com 8 furos, por onde se enfiam 8 cordões, que subindo por eles, se vão apertar nos seus pés. Os frutos que ainda pretendem crescer em todas as dimensões, à proporção que intumescem, encontram os cordões, que os apertam, e, neste caso, tanto intumescem nos espaços, que medeiam entre eles, quanto se coangustam nos que os tem, vindo cada cordão a determinar o vinco de cada gomo.

Destas cuias fazem-se menos, tanto porque custam mais trabalho, como porque de ordinário uma só das metades se aproveita. No resto seguem a preparação das cuias lisas.

Tirado o fruto da árvore, trata-se de o dividir ao comprido em duas metades, o mais que ao olho se pode dividir. De três modos o dividem; ou serrando-o com uma pequena serra, que para isto têm de propósito, ou dando-lhe primeiro um risco com a ponta de uma faca, e com um martelo batendo a faca sobreposta ao risco, ou atando ao comprido um cordão, que determina as metades, e batendo-o também com o martelo, até internar-se pelo casco. Este último método tem o defeito de o quebrar muitas vezes; por esta razão preferem qualquer dos dois primeiros. Divididas as metades, no miolo de cada uma delas se faz com a ponta da faca uma cruz, e assim rapando-a em roda, o separam do casco. Com a mesma faca ou com o cepilho se aplanam os lábios, e com outra faca de ponta curva se desbasta a porção do miolo, mais arraigada ao casco, donde ainda procede alguma notável desigualdade de superfície interior, até que ela fique bem levigada. Enxuga-se ao sol, pelo espaço de um dia no verão e pelo de dois, no inverno. Então é que passam a preparar a casca exterior.

Ela é vidrenta, como se vê nos frutos tirados das árvores e para que o seu vidro não repila as tintas, lançam a cuia de molho em água fria pelo espaço de 6 dias, ou a cozem em uma panela ao fogo, se querem que logo amoleça para a rasparem. Em Monte Alegre outra vez cuidam de alisar a superfície interior com algum pedaço de cós, que há bastante na serra Tayauri e nas cabeceiras do rio Maycuru, ou com a pedra pomes. Esta operação é terminada pela última que lhe fazem em ordem ao seu polimento, lixando-a primeiramente com a escama do peixe pirarucu, tanto por fora, como por dentro, e depois com a folha do *caimbé*, que serve de lixa sutil, para a fazer receber o mais perfeito lustro. Lava-se cada cuia de per si, e molhada como está, a vão pulverizando com a fuligem, que as índias chamam (tapecu) feita do pau da árvore chamada (uteira). O método de a fazerem consiste em deixarem arder a tal madeira bem seca, até se encarapinhar a fuligem no fundo de uma panela, que para isso está posta ao fogo; quando a fuligem (dizem as índias) representa o cabelo dos pretos, então se deve raspar e guardar. Desta, somente, é que usam as índias de Monte Alegre. Da fuligem do breu também usam as de Santarém, mas a diferença da cor preta é notável, porque do segundo modo sai uma cor preta avermelhada.

Pulverizada a cuia com a sobredita tisna e bem esfregada com as mãos, enquanto está molhada, expõem-se ao sol, pelo espaço de meio dia, cuidando-se muito, de assim que ela se enxuga, outra

vez molhá-la e esfregá-la com as mãos molhadas na água do *cumati*. Veja-se o que é esta água. Tirada a casca mais exterior da árvore cumati, põem-se de infusão em água simples, pelo espaço de 1 até 2 dias, se a casca é verde e porisso mais própria, e pelo de 2 até 3, se está mais seca. Tirada da infusão, em que estava, pisa-se em um pilão, e pisada se continua a lavar na mesma água da infusão, donde foi tirada, e esta lavagem se repete, enquanto não fica esbranquiçada a casca e já sem goma alguma, por lha haver dissolvido a água; passa-se por uma gurupema bem fina, deixa-se dentro de uma panela ou pote, pelo espaço de meio dia, até assentar no fundo o fécula, muda-se a água para os frascos, e neles a conservam 15-20 dias, sem a chocalharem, enquanto não usam dela.

E nela é que molham as mãos, para molharem as cuias pulverizadas da tisna, à proporção que se enxugam ao sol. Uma cautela praticam, antes de pegarem nelas, que é a de lavarem as mãos, com a água em que infundem a raiz chamada *Jipioca*, a qual lhes serve de sabão, para evitarem as imperfeições da pintura, se recaísse sobre um fundo menos limpo. Já a um canto da casa se tem alastrado uma camada de areia, bem repassada de urina choca. Nela se abrem tantas covas do tamanho e figura das cuias, quantas elas são; sobre elas as deitam, primeiro de boca para baixo, e assim as conservam por 2 horas, e depois de costas. Serve o vapor alcalino da urina para fixar mais o fundo preto e lustrar o verniz do cumati.

Chamam a isto as índias, ir à *puçanga*. Quando as tiram dela, pela primeira vez, espalham-nas pelo chão, coisa de meio dia, até perderem o fortum da urina; lavam-nas com a água da Jipioca e põem-nas de boca para baixo, a escorrerem. Enxutas que estejam, outra vez lhes dão com o cumati, de modo que cuia enxuta, cuia molhada pelo mesmo tempo de meio dia, e depois volta para a puçanga da urina. Todas estas operações se repetem por 4 até 5 dias, isto é, de manhã e de tarde, até adquirirem o lustro que tem o fundo preto.

Seguem-se as tintas, que quotidianamente as preparam, sem as deixarem de um para outro dia; são o *curi*, a *tabatinga*, o *tauá*, o *anil* e o *urucu;* todas são purificadas antes de servirem e dispostas em pães, que outra vez desmancham em água, para as misturarem com outros símplices, a saber: o curi, com o *suco da semente do urucu*, a tabatinga com o da *raiz do algodoeiro*, o anil com a tabatinga. O urucu é tirado da árvore e logo lavado no cumati. Tanto esta, como as outras tintas, são passadas e coadas por algodão descaroçado. Quando não há outra cor semelhante à que tem a ocra de ferro depois de queimada, queimam

o *tauá*, que é a mesma ocra. As tijelas das tintas em que molham os pincéis, são as coxas e as pernas. Com as saias levantadas até aquela altura estão pintando as suas cuias, as que são mais bisonhas; as mais polidas, porém, servem-se das folhas de *mamona*, por outro nome *carrapato*, no sistema de Lineu.... *Ricinus*, e nelas têm as tintas, em que molham os pincéis. Eles são de várias qualidades; uns de pluma de *saracura*, outros de *jacami* e outros do *acará garça branco*. Além dos pincéis, usam de uns estiletes pontiagudos, para pontearem o ornato das rendas, que fingem, e para isso servem os espinhos do *Jamacaru* (cacto) e outros que fazem da palmeira *patauá*.

Do fabrico das cuias e do das redes, é que se vestem a maior parte das índias de Monte-Alegre. Far-se-ão na Vila, por todo o ano, de 5000 até 6000 cuias. Há casa que faz 500. Vende-se cada uma na Vila a 100 e 120 réis, conforme o tamanho, a pintura, a qualidade, se é lisa ou de gomos. Fora da Vila duas cuias são reputadas por um paneiro de farinha, e uma cuia por uma galinha. Aqui no rio Negro, uma cuia é um paneiro de farinha. Em Mato Grosso, uma boa cuia vale uma oitava de ouro. Os brancos, que sabem disto, as compram às índias para negociarem com elas. As índias que sabem que os brancos as compram, tratam de as trabalhar e aperfeiçoar. Assim é coisa constante nas índias de Monte Alegre o trabalho das cuias e das redes; mas de Santarém, o dos pacarás, isto é, baús de palhinha pintada, e os chapéus.

As cuias são os pratos, os copos e toda a baixela dos índios. Cada um tem em sua casa uma delas reservada para dar a beber, ou água, ou os seus vinhos ao Principal, quando o visita, ou casualmente, ou em algum dia de convite. Consiste o distintivo dela, em ser ornada de algum búzio, seguro por uma bola de cera, toda cravada de miçanga, e sua *muiraquitã*, em cima, que lhe serve de asa em que pega o Principal. Oferece-se ao dito, em cima de uma salva que é feita de ponteiros de patauá, segundo representam as duas amostras da remessa passada do nº 13, do caixão 3º. Por mais diligência que fiz por comprar uma destas, à satisfação da sua dona, não foi possível, tanto é o apreço que fazem da taça por onde bebe o seu Principal. Também o branco, a que elas oferecem água na tal cuia, pode lisonjear-se do respeito e atenção que lhes merece. A maior grosseria e desatenção neste caso, seria a de rejeitar. À imitação das índias, também trabalham nas cuias algumas mazombas. Trabalham já ensinadas pelos europeus no tocante às cores, ao gosto e à riqueza da pintura, ora dourada, ora prateada, mas há cuia destas de encomenda, que importa a seu dono 12$800 réis, como ao Tenente Coronel Theodósio Constantino de Chermont importou uma, que enviou para Lisboa.

Ela não tinha diferença do mais belo e rico charão. Na Vila de Monte Alegre as mamelucas filhas do morador Manoel Ribeiro Pinto estavam fazendo um aparelho de chá feito das cuias, que lhe havia encomendado Dionísio Gonçalves Lisboa, administrador do contrato do Pesqueiro Real na Vila de Santarém.

Isto é o que tenho observado, que as Povoações radicam em si certa indústria a que mais se afeiçoam. Em Monte Alegre as cuias, em Santarém os pacarás, tabuleiros e chapéus de palha, em Óbidos as redes, em Faro a olaria, em Serpa o fio de algodão, etc. e esta indústria longe de entrar no monopólio dos Diretores, deveria ser compensada até com pagas de capricho, instituindo-se as feiras ou nas Povoações ou na Cidade, pelas vezes precisas no ano, como no Rio de Janeiro fez o marquês de Lavradio. Veja-se a Memória sobre as salvas de palhinha e pacarás, em que aponto a razão porque todas estas curiosidades da indústria das índias, lhes não são tão lucrativas, como parece que deviam ser.

Barcelos, 4 de fevereiro de 1786

(Códice B.N. 21.1.33)

VII — MEMÓRIA

SOBRE AS MASCARAS E CAMISETAS QUE FAZEM OS GENTIOS YURUPIXUNAS

Nº 11.381 do Cat. Exp. Hist.

A tábua IVª explica o uso que têm as máscaras e as camisetas, que fazem os gentiosYurupixunas (Yuri-yuri), para os seus bailes marciais e festivos. Presenciei eu mesmo um destes bailes, por ocasião de me achar pelo mês de dezembro do ano de 1785 na povoação das Caldas, situada na margem oriental da foz do rio dos Cauburé. Vi quanto podia desejar, para compreender a forma e os motivos de semelhantes bailes; e do que deles compreendi, passo a dar a explicação seguinte.

Nº 1

São duas máscaras inteiras, que na imaginação dos gentios, que as fizeram, representa uma delas a figura de um peixe, e a outra é um mero capricho do seu entusiasmo, sem objeto real a que se possa aplicar. Da casca de algum vime tecem eles primeiramente a forma para cada máscara. Sobre ela vão assentando o pano, que lhes subministra a entrecasca da árvore Caxinduba, depois de sacada do tronco e batida com um tolete, para os dois fins: o de a estenderem e de lhe espremerem a humidade. Ela adquire a consistência do papelão. Pintada a máscara com a ocra, com o urucu e carajuru, fica em termos de servir para o baile. Note-se que, quando ela não cobre a face do mascarado, descendo-lhe até ao pescoço, então da mesma entrecasca, porém mais delicada, fazem a máscara separadamente para a face, golpeando-a aonde é preciso que tenha os olhos e a boca; e sobre a cabeça fica a outra máscara servindo de capacete.

Os motivos para semelhantes bailes são muitos, como logo direi. Por agora, basta que se saiba, que um deles são as

caçadas e as pescarias. Se a caçada foi bem sucedida, que eles caçaram, assim é a máscara que fazem para o baile. O festejo por causa de uma boa caçada de porcos, por exemplo, se faz com uma máscara que representa a cabeça de um porco. O da pescaria de algum peixe, com outra máscara, que o representa, e assim por diante.

Não se pode logo asseverar tão decididamente como tenho ouvido, que todos estes bailes são instituições ímpias e supersticiosas, que todos eles consagram ao inimigo comum; nem que todas estas máscaras sejam outras tantas representações dos seus ídolos, e ainda mesmo vivas imagens do Demônio. Os missionários, que tem sido entre nós as pessoas encarregadas de espreitar as suas opiniões e práticas religiosas, desconfiam de tudo quanto vêm fazer os gentios; principalmente se entre os seus usos e costumes, lá chegam a descobrir alguma coisa, que lhes represente ser um dos objetos da sua maior veneração. Se desconfiarem de tudo quanto fazem os gentios, não vêem senão obras do Demônio. Se a conciliá-los com o cristianismo, passam de um a outro extremo, é porque desde logo lhes atribuem idéias que, eles sim, são tão capazes de as adquirirem, como os outros homens, porém que ainda as não têm. De onde procede, que em não poucas ações dos gentios, estão alguns missionários descobrindo bem profundos vestígios dos mais sublimes mistérios, interpretando a seu jeito certas expressões e cerimônias, que eles não entendem, e transformando tudo quanto vêem, do que verdadeiramente é, para o que se lhes representa ser.

É certo que, entre os diversos princípios de religião, que alguns dos gentios professam, um deles é o de sustentarem que há Deuses autores dos males que afligem a espécie humana. Tais foram os Manáos habitantes nas margens e nos confluentes do rio Negro, dos quais escreveu no seu Diário o R. José Monteiro de Noronha, que com uma espécie de maniqueísmo, criam que haviam dois Deuses, um chamado Mauaré, autor de todo o Bem, outro por nome Sarauá, autor de todo o Mal. A este representam os gentios debaixo de formas as mais horríveis, e todo o culto que lhe dão, o dirigem a fim de aplacarem a cólera desta terrível divindade. Crêem, como os antropomorfistas, que os seus Deuses têm forma humana, mas com uma natureza superior à do homem; e sobre as qualidades e operações destes Deuses, imaginam fábulas as mais absurdas e incoerentes que se podem imaginar. Porém estes mesmos nenhuma forma têm do culto público, não erigem templos em honra das suas divindades e não têm ministros especialmente consagrados ao Seu Serviço. Em uma palavra, nem

todos professam uma e a mesma superstição, nem esta se envolve em todos os seus bailes e festejos.

N° 2

São duas farsas em forma de camisetas, que também as fazem da entrecasca da dita Caxinduba, com a diferença de serem mais largos os panos, que tiram para elas. Para os tirarem mais largos, escolhem os troncos mais grossos. Cortados eles com o comprimento que deve ter a farsa, fazem-lhes na casca uma incisão longitudinal, introduzindo-lhes por entre os dois lábios da incisão, uma cunha de madeira, em ordem a despegarem do tronco a casca, que está unida a ele. Porém a casca exterior é guarnecida de uma epiderme, ou ainda verde ou já lenhosa, a qual também a separam da entrecasca mais branca e interior. Com esta vestem o tronco, que já está despido; servindo-se desta disposição, para se lhes facilitar a operação de baterem o pano; batem-no, até ele escorrer a humanidade, que têm, e até chegar a adquirir as dimensões do comprimento e da largura precisa para a execução da obra. Pinta-se diferentemente, e fica feita a farsa para o baile.

N° 3

São dois canudos de taboca, que o mascarado traz nas mãos, cingidos de um cíngulo de cascavéis; servem para compassar os movimentos da dança, batendo o mascarado com os pés e com os canudos no chão, para soarem os cascavéis. Estes são feitos das sementes de algumas frutas silvestres, enfiadas em algum cordel, ou de pita ou de tucum.

Sobre o amor e propensão para a dança, que em quase todos os gentios da América, têm observado os Europeus, pode-se ler o que alguns deles escrevem. Esta é a paixão favorita dos habitantes desta parte do Globo. Sendo eles por natureza uns verdadeiros quietistas, a maior parte de seu tempo a consomem em um estado de languidez e de indolência, sem ocupação alguma, que os possa animar e entreter; quando cessam as guerras e as caçadas, gostam geralmente de um exercício, que lhes põe em ação as faculdades ativas da Natureza. É verdade que entre eles a dança se não deve chamar de divertimento. Antes é uma ocupação séria e importante, que se envolve em todas as circunstâncias da sua vida pública e privada, e que dá o princípio e o fim de todas as suas deliberações. Se é necessário entenderem-se entre si duas aldeias, dançando é que se apresentam os Embaixadores e

entregam o emblema da Paz. Se se declara a guerra ao inimigo, por uma dança solene e que de parte a parte principia a exprimir o seu ressentimento e a vingança que se medita. Então esta dança é uma verdadeira cena, em que se representa a campanha dos gentios. Parece que se está vendo a saída do Exército, a sua marcha pelo país do inimigo, as precauções com que acampam, a ardileza com que se vão dispondo alguns destacamentos em emboscada, o modo de surpreender o inimigo, o tumulto e a ferocidade do combate, o triunfo da vitória e outras muitas circunstâncias. Os atores, que figuram na cena, correm a ocupar os seus postos, com tanto calor e entusiasmo, com tantos gestos e visagens, com as vozes tão prontas e apropriadas à rapidez e à celeridade das suas evoluções, que aos Europeus, que os estão vendo, custa bem a crer que aquela é uma mera cena de ensaio e não um combate real.

Se se trata de consultar os oráculos, para explicar o mistério que indica alguma fome geral, alguma inundação repentina, alguma praga de ratos ou de formigas que lhes devorem as roças, algum canto das aves e de animais do seu agouro, o feiticeiro ou o pajé dispõe a dança; e das diferentes coisas que pede em nome do oráculo, que sempre são as que ele deseja para si, faz depender a explicação do mistério. O entusiasmo supre a ciência do feiticeiro. Os gentios, fáceis de acreditarem em tudo o que lhes parece maravilhoso, pelo temor em que os põem o seu feiticeiro, dispõem-se a estarem por tudo o que lhes é dito; explica-lhes os sonhos, observa os presságios, intima-lhes a atenção aos cantos das aves e aos gritos dos animais. Todas estas circunstâncias lhes adverte que são prognósticos do futuro e se alguma delas pronuncia que lhes é desfavorável, não se executa o que estava deliberado.

Se adoece algum deles, como os seus pajés atribuem a origem das enfermidades a uma influência sobrenatural, eles mesmos prescrevem certas cerimônias misteriosas, em que fazem consistir o remédio do enfermo. A dança é um dos mais eficazes, receitados por semelhantes médicos. Se o doente não pode suportar a fadiga do exercício, o seu médico a suportar por ele; eis aqui, quando o médico receita para o doente o que ele deve tomar. Enfim, se eles querem aplacar a cólera dos seus Deuses, que nunca estão bem com os índios, quando eles estão mal com os seus feiticeiros, ou quando se descuidam do seu sustento; se pretendem celebrar algum dos seus benefícios; se testemunhar a sua alegria pelo nascimento de algum filho, de algum parente, de algum amigo; ou se a sua tristeza e nojo pela morte de algum deles; se tratam de festejar ou algum casamento, ou mesmo a declaração do mênstruo em suas filhas, pela primeira vez que são

assistidas; se celebram alguma grande caçada ou pescaria, alguma colheita de frutas da sua estimação para os seus vinhos e bebidas; eles têm danças diversas e convenientes a cada uma destas situações, próprias para significarem os diferentes sentimentos de que estão penetrados. Algumas são tão bárbaras, pois que toda a cerimônia consiste em se açoitarem uns aos outros com azorragues, ou de corda ou de couro de peixe-boi, até ficarem esvaídos em sangue, segundo eu já escrevi em outra Memória, onde expliquei o uso dos instrumentos e a festa chamada do paricá.

Ora, ainda que as danças não são animadas pela harmonia da música instrumental e vocal, eles de dois modos se animam para elas: primeiro, pela monotonia ainda que chã, muito horríssona aos ouvidos dos que ouvem os torés, os trocanos e as trombetas; segundo, pelo abuso que fazem dos licores fortes.

Como ignoram a arte que têm os Europeus de darem aos licores, pela fermentação, uma força de embebedar, obtêm o mesmo efeito que eles por diferentes meios. Lançam de infusão, em água, grandes quantidades de uns bolos de mandioca, depois de mastigados por suas mulheres. A saliva excita neles uma fermentação vigorosa e dentro de poucos dias fica um licor próprio para a sua bebida. As mulheres por nenhuma forma são admitidas à dança; antes, se ela é dedicada a alguma consulta do oráculo, bem se pode guardar a mulher que for espreitar, que não peça o oráculo, que a matem. Com os movimentos e agitações do corpo, durante a dança, mais se refina a crápula. Para não caírem de todo, em eles principando a cambalear, encadeiam-se uns com os outros, abraçando-se pelos pescoços. Em semelhante estado é que eles cometem as maiores perfídias e impiedades. Rara é a dança que acaba sem efusão de sangue. Uns investem às mulheres dos outros, o pai não respeita a filha, nem o irmão a irmã. Toda a noite se passa nesta lida, enquanto não caem de todo. No seguinte dia a atitude de seus corpos é o emblema do estado das suas almas. Muitas vezes necessitam de largo espaço de tempo para se restabelecerem. Em todo lugar se vê quase extinto o lume dentro de suas palhoças. Dormem a maior parte do dia, ou deitados se deixam estar em uma inação insípida e estúpida. Festas há, que pelo seu instituto devem durar largos dias sem interrupção. Por mais funestas que sejam as conseqüências das crápulas, eles só deixam de beber, em se lhe esgotando a última gota dos seus vinhos. Faz-se digna de reparo a cega paixão que tem o gentio por semelhantes festas; outro reparo merece a circunstância seguinte, de que sendo eles naturalmente homens

tristes e pensativos, não carece que bebam, mas basta a simples esperança de beberem para logo transbordar em seus rostos a alegria, a esperteza, a vivacidade.

Barcelos, 31 de agosto de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.1.1.19)

VIII — MEMÓRIA

SOBRE AS SALVAS DE PALHINHA PINTADAS PELAS ÍNDIAS DA VILA DE SANTARÉM, AS QUAIS FORAM REMETIDAS NO CAIXÃO Nº 3, DA PRIMEIRA REMESSA DO RIO NEGRO

Das folhas novas da palmeira tucumã é que são feitas estas e outras curiosidades. Tiradas as frondes abre-se cada folha de per si, tira-se-lhe o ponteiro, que ajunta as duas páginas, e secam-se ao sol. Resulta deste preparo não só secarem as folhas, mas também o ficarem mais brancas. Então é que tratam de as tingir, dando-lhes as cores que querem; o método de as tingir consiste em infundi-las no cozimento das cascas das árvores, ou das féculas, que lhes subministram as cores, arejando-as à sombra, para que o sol as não altere. Da fécula do carajuru tiram a cor encarnada e, neste gênero, é vivíssima a que dá a casca da árvore... Uarú-uá-ihúa... enquanto porém se não altera com o tempo. Para tingirem de amarelo usam do gengibre e do pau de guariúba. O cozimento do fruto verde do jenipapo, misturado com o tijuco, ou argila saturada de vitríolo, lhes subministra a cor preta. Como as índias ignoram o uso dos sais fixadores na tinturaria, nenhuma coisa tingem que conserve a viveza da cor. (1)

Segue-se depois de tintas as folhas, enrolá-las do mesmo modo que na Europa se faz às peças de fita, e isto em ordem a se não encarquilharem, ou tomarem alguma tortura. Racham-nas ao comprido, em fitas mais e menos largas, segundo a obra que se propõem.

As que hão de servir para os baús de palhinha, chamados Pacarás e para os tabuleiros, são mais largas; pelo contrário, ou mais estreitas, são as que servem para os chapéus. Deste

---

(1) À margem lê-se: — Em Portugal se sabe que com a ruiva tingem os cesteiros as folhas de que fazem as cordas e os cestinhos.

trabalho se vestem a maior parte das índias, não só da Vila de Santarém, mas também as da Vila Franca e Alter do Chão. Um pacará ordinário, não custa menos de 1.600, comprado às índias nas Povoações. Na Cidade sobe o seu preço de 3 até 4.000 réis. Um tabuleiro vale 1.200 na Povoação e chega a 2.000 réis na Cidade. Pelo preço de 160 se compra cada chapéu que na Cidade custa 400 réis. Mas esta indústria não e tão proveitosa às índias, como parece.

Os Diretores e os Comandantes dentro de 3 ou 4 anos, não só pretendem desempenhar-se, mas segurar o bolo para o resto de suas vidas. A título de empregarem as índias em algum trabalho lucrativo para elas e evitarem a ociosidade, distribuem por elas, e principalmente pelas mestras, diversas encomendas de pacarás, tabuleiros, chapéus, etc., não para as pagarem à razão dos 1.600 e 1.200, que valem, e cujo valor hão de dobrar na Cidade, mas para lhes pagarem por dia à razão de 40 réis. Isto não em dinheiro, logo que acabem a obra, mas em panos de algodão, em alguma berganha avariada e avaliada ao seu arbítrio, quando lhes chega na Cidade. Se a índia, que bem percebe a desigualdade do partido, se demora mais tempo do que o consignado pelo Diretor para concluir a obra, é notada de preguiçosa e castigada com palmatoadas... Conjeture-se, pelo que digo, qual é o estímulo que deve ter esta gente para aumentar a sua indústria, vendo ela, que todo o seu trabalho cede em proveito dos brancos, e, se não cede, é punida como incúria própria.

Barcelos, 5 de fevereiro de 1786

(Códice B.N. 21.1.14)

IX — MEMÓRIA

SOBRE O GENTIO CAMBEBA QUE HABITAVA AS MARGENS E NAS ILHAS DO RIO SOLIMÕES

A tábua Vª representa um dos Gentios Cambebas (Omáguas), que já o capitão-mor Pedro Teixeira, quando voltava de Quito para a cidade do Pará, pelos anos de 1639, achou situados nas margens, e nas ilhas da parte superior do rio Amazonas, aonde eles ocupavam o espaço de duzentas léguas. Assim escreveu no Livro X dos Anais Históricos do Maranhão, o Governador e Capitão General que foi do Estado, o senhor Bernardo Pereira de Berrêdo, a quem, por ter sido o primeiro que trabalhou na História da Capitania do Grão-Pará, não deixarei de fazer o obséquio que devo, dando-lhe nesta Memória o lugar que lhe compete.

A Província dos Cambebas (Omâguas), — escreveu aquele General, como consta do § 714 do referido Livro — é a mais dilatada de todo o Gentilismo, porque compreende duzentas léguas de longitude; porém a latitude não passa da das Amazonas, que ali é menos avultada: e nas suas ilhas, que são muitas, se acham situados todos estes Tapuias, com habitação assaz incômoda, pelas anuais inundações do Rio; mas conservam-se nela, só para viverem mais defendidos dos seus inimigos, que são poderosos.

Algumas destes índios se comunicaram por muito tempo com as Povoações do Governo dos Quixos, de onde pouco antes se tinham retirado queixosos do mau trato dos seus moradores; e como incorporando-se com a sua Nação, na maior força dela, a instruíram naquela doutrina, que pode tirar a sua fereza dos documentos castelhanos, ficaram todos menos bárbaros.

Conservavam pela banda do Sul uma contínua guerra com várias Províncias, sendo a principal a dos Mayorúnas, Nação tão poderosa, que não somente se defendia deles pela parte do Rio, mas de outras muitas, pela de terra; e na do Norte não

encontravam menos oposição nos índios Tikunas, porém hoje se acham quase todos domesticados.

Não se sustentam os Cambebas de carne humana, e já naquele tempo se tratava um e outro sexo com algum recato; porque, suposto que, da cintura para cima não usassem dele, daí para baixo era menor a sua indecência, por se cobrirem todos de uns panos curtos de algodão, que teciam com suficiente curiosidade, principalmente na eleição dos matizes, como sucede ainda hoje; no que mostram bem mais racionalidade, do que todos os outros, que só se vestem da mesma natureza, alimentando também dela a brutalidade da sua gula.

Toda esta populosa Nação tem as cabeças chatas, não por natureza, mas sim por artifício; porque logo que nascem, as apertam entre duas tábuas, pondo-lhes uma sobre a testa, outra no cérebro; e como se criam metidas nesta prensa, crescendo sempre para os lados, ficam disformes; desproporção, que procuram fazer menos horrível todas as mulheres, rebuçando-a no modo possível, com a multidão dos seus cabelos.

Dizem que usam desta diferença tão especial, para que sendo conhecidos por ela entre os brancos, segurem a sua Liberdade na distinção notória de não comerem carne humana; porém que importa, se são o seu flagelo! Porque não só insultam todas as vidas dos estrangeiros, sempre que podem, e nas maiores festas, as dos seus mesmos naturais, que respeitam, ou temem como mais valorosos, fazendo-lhes delito de uma tal virtude; e despedaçados a feridas uns e outros cadáveres, depois de lhes cortarem as cabeças, (que penduram logo como troféus nas paredes das casas da sua habitação) os lançam ao Rio, como escreve o Padre Cunha. A que se deve acrescentar, a certa notícia, de que arrancam das mesmas caveiras todos os dentes com uma fleuma verdadeiramente abominável; e furando-os, formam deles grandes gargantilhas que lhes servem de adorno. Agora se são estes os menos bárbaros, o que serão os outros!

Domesticada esta Nação ao princípio do seu estabelecimento pelos Missionários Carmelitas, que foram os que no Rio dos Solimões, ou parte superior do Amazonas assim chamado, fundaram sete Aldeias. Na de S. Paulo se situou a maior força dos Cambebas (Omáguas), conservando-se nela ainda depois que o Ilmo. e Exmo. Sr. Joaquim de Melo e Póvoas, então Governador da nova capitania de São José do Rio Negro a erigiu em Vila de Olivença. Ela era o seu principal domicílio, quando em novembro de 1774 a visitou o Autor do Diário de Viagem em Correição da dita Capitania; e também sobre os Cambebas escreveu o que consta do seguinte Extrato.

Fig. 1 — *Índio Cambeba*

— Livro Biblioteca Nacional 21.10, Estampa 12

Quando o capitão-mor Pedro Teixeira navegou o Amazonas, para completar a desejada descoberta deste Rio, ocupava esta Nação as suas margens e ilhas, na distância de duzentas léguas. Há tradição que este não é o País nativo dos Umauás; mas que se refugiaram nele para fugirem dos Espanhóis quando conquistaram a terra à qual deram o nome de novo Reino de Granada, passando pelo Japurá ao Amazonas. Este nome de umauá na sua língua quer dizer «cabeça chata», o mesmo significa Cambeba (Omágua), nome tirado da língua geral do Brasil, que os Portuguêses lhes dão. Com efeito, usa esta Nação comprimir as cabeças de seus filhos entre duas tabuinhas, posta uma na testa e outra na cabeça, de tal sorte, que ficam com a cabeça e testa chatas, com a configuração de mitras; e ainda que este costume o vão perdendo, não deixam de comprimir, com a mão ao menos, as testas das crianças.

Os Cambebas são comparáveis àqueles Povos chamados Macrocéfalos, ou homens de cabeça longa, feita artificialmente, dos quais fala Hipócrates citado por Thomaz Brown. [a]. As palavras de Hipócrates são as seguintes na tradução latina — Cum primum editus infans, caput tenellum manibus effingunr, et in longitudinem adolescere cogunt. Hoc institutum. Etc.

Entre as Nações de índios se pode dizer que são os Cambebas os mais civilizados e razoáveis. Mesmo a sua cor é mais alva e a figura elegante. Sempre usaram vestidos em ambos os sexos, coisa raríssima nos Índios da América Meridional. Tecem cobertas, a que chamam tapuiranas (tapoeiranas no texto) de vários matizes; pano para o uso doméstico, de fio finíssimo, e outras semelhantes alfaias de algodão, com o que fazem utilíssimo comércio. São estes vestidos feitos do algodão que plantam e que suas mulheres fabricam com admirável arte. Uma Nação de Índios fabricantes e comerciante, pode-se ter por um prodígio. E na verdade sempre deveram os Cambebas, por estes motivos, uma especial atenção aos viajantes. Os vestidos, porém, dos Cambebas, não tinham artifício algum; não era mais que um pano lançado para diante, e para trás, com um buraco por onde introduziam a cabeça, e dois nos lados, para os braços.

Dos Cambebas (Omáguas) aprenderam as mais Nações, e igualmente os do Pará, a fabricarem a célebre goma ou resina elástica, chamada vulgarmente Leite de Seringa, porque daquela goma se fazem; e também outras obras, como botas, sapatos, chapéus, vestidos ,etc., que tudo é impenetrável à água.

---

[a] A margem lê-se: Pseudo-doxia Epidemica. 6. cap. 10

Os Cambebas são guerreiros. Os seus antigos inimigos eram os Tikunas e os Mayorúnas. Na guerra eram cruéis. Cortavam as cabeças dos inimigos e as penduravam como troféus em suas casas; e arrancando-lhes os dentes faziam deles gargantilhas para seu adorno. A sua arma é a flecha, a qual não lançam com o arco, mas com uma palheta de dois palmos e meio de comprimento, na qual cravam em uma das extremidades o dente de algum animal de meio dedo de comprido, e virado para a outra extremidade. Tomando a palheta na mão entre os dois dedos, polegar e índex, aplicam a flecha à ponta aguda do dente, que também usam de ferro hoje, e logo fazendo a pontaria no objeto, arremessam a flecha a grandes distâncias, com admirável certeza e desteridade.

Há dúvida, se os Cambebas eram antropófagos. Crêem muitos que o eram e são ainda os que vivem no mato. Todos os desta Nação, que examinei neste particular, me afirmaram que era falsa semelhante imputação, antes dizem os que descendem dos Cambebas, que eles usam do artifício das suas cabeças para mostrarem que não comem carne humana, podendo assim escapar à escravidão, que por igual delito os submetiam os Europeus.

Entre vários costumes dos Cambebas é um deles a Feitiçaria, no qual são insígnes os seus Pajés ou Feiticeiros, para fazerem as suas curas e outras imposturas.

Por mais bem circunstanciada que me pareceu qualquer das duas descrições acima, não tendo eu visto o Original, desejaria vê-lo, para o fazer copiar. Percebeu a minha curiosidade o Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas; e para em nenhuma coisa deixar de cooperar com o complemento da História Filosófica desta Parte da América, que S. Excia. tanto tem coadjuvado pela sua parte, ordenou ao sargento-mor Henrique João Willkeins, segundo Comissário da Quarta Partida da Diligência da Demarcação, residente no quartel da Vila de Ega, que fizesse vir à sua presença algum dos antigos Cambebas de cabeça chata, que ainda houvesse, como realmente expediu o que vai desenhado, respondendo a S. Exa. em carta de 21 de agosto do corrente ano, o que consta do seguinte parágrafo. — § Nesta ocasião remeteu o Índio Dionisio da Cruz, da Nação Cambeba (Omágua), único desta Nação, que se acha ainda com a testa chata. Acresce ser ele curioso de carpinteiro, e poder ele mesmo fazer as tábuas e mais preparos de que usa esta Nação, para das mais se distinguir, assim como poderá dar exata relação dos ritos e mais cerimônias que usam os Cambebas, tanto no nascimento dos filhos, como nos seus dias lustrais, tanto que chegam à idade da Puberdade, e nas primeiras assistências mensais e periódicas das índias

raparigas da mesma Nação. O dito índio é civilizado e tem servido honradamente, sem nota nem fuga, desde que na Expedição de Barcelos saiu em piloto, e aqui na construção das canoas.

Pelo modo com que ele, a meu rogo, se apresentou na ação de expedir uma flecha não pelo meio do arco, segundo os outros Gentios, mas sim mediante o instrumento da invenção dos antigos Cambebas, a que nós outros damos o nome de palheta, assim o desenhou o Desenhador da Expedição José Joaquim Freire. Todo ele vai pintado ao natural; sem outra diferença alguma além da do vestido, o que ele mesmo explicou, que era da forma em que vai copiado, e tanto nisto, como em tudo o mais que disse, eu não fiz mais do que fielmente escrever e ordenar a sua informação.

Nº 1

É o modelo que o mesmo índio fez na minha presença, para me fazer compreender o mecanismo e a figura que tinham as talas, com que comprimiam as cabeças. Não eram logo duas tábuas, como se tem escrito que eram; mas sim as ditas talas, as quais ou eram feitas das costaneiras das flechas, ou das canas. Entre as talas e a cabeça, diz ele, que para se não magoarem as crianças, se interpunha uma almofadinha, e com razão; porque sendo certo que o osso coronal e os dois parietais, assim como todos os outros são naquela idade cartilaginosos, dever-se-iam magoar muito as crianças, a se lhes não interpor a dita almofadinha, quando aliás nenhuma dificuldade encontram nela os ossos da cabeça para cederem à sua compressão. Havia testa da altura de um palmo; deixaram semelhante costume depois de instruídos e civilizados nas nossas Povoações.

Nº 2

É a referida palheta, que também a fêz o mesmo índio, para me fazer ver, tanto a forma dela, como o uso que tem para a expedição da flecha. Tem o comprimento já dito de dois palmos e meio. Na parte superior (a) está o dente, ou o prego, que conserva de apoio, em que descansa a extremidade da flecha. Com os dois dedos anular e mínimo, fica segura na mão direita, a parte inferior da palheta. No alvéolo (b) se estriba a cabeça do dedo índex. Os outros dois dedos polegar e maior, seguram e dirigem a flecha, a qual, impelida ela pelo arremesso do braço, voa a ferir o objeto a que se dirige.

Nº 3

É um cuidaru dos seus

Nº 4

São uma camisa e ceroulas de tapuirana (tapoeirana no texto), ou pano de fio de algodão, matizado a seu gosto. É verdade, diz o dito índio, que os mais antigos Cambebas não usavam camisas, assim como é verdade que as primeiras que depois se usaram, não tinham mangas; porém, que já no tempo em que ele nasceu, no mato, entre os Cambebas (Omágua) seus parentes, todos eles usavam camisas com mangas, com a diferença somente de não serem cosidas e ajuntadas nos ombros, como as nossas. O que disse dos ritos e cerimônias antigas dos seus maiores, concorda com o que dos Gentios em geral, tenha escrito em outras Memórias.

Perguntado pelo estado atual da sua População, e Manufaturas, respondeu o que é verdade de fato; que como nunca se praticou com eles, que eram Índios fabricantes e inclinados àquela manufatura, a distinção de os dispensarem do exercício de remeiros das Canoas; distinção a que lhes dava direito a sua habilidade, em diferença da maior parte dos outros Índios, que só para remar tinham préstimo. Uns e outros haviam diminuído muito nas diferentes viagens e Expedições do Estado e fora dele. De sorte que, as doenças por uma parte, as suas guerras com os Tikunas por outra, e finalmente as viagens para o mato, para o Pará, para Mato Grosso e para outros rios doentios, os tinham acabado e reduzido a bem poucos, que restam, porque dos antigos Cambebas de cabeça chata, restariam com ele dezoito até vinte; e dos filhos daqueles, já hoje, sem a cabeça chata, não excederiam muito a soma total de 100. Que o estar ele ainda vivo, o atribuía à fuga que havia feito, quando em 1765, subiu para Mato Grosso a Tropa, que foi comandada pelo Tenente-Coronel João Batista Martel, então Capitão de Granadeiros do Regimento da Cidade, pois que receando ele o mesmo que viera a suceder, de naquela viagem falecerem a maior parte dos Índios remeiros, tomara o expediente de desertar, para escapar da morte.

Barcelos, 1 de setembro de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice 21.1.1.20)

X — MEMÓRIA

SOBRE O GENTIO CARIPUNA QUE HABITAVA NA MARGEM OCIDENTAL DO RIO JATAPU

A tábua 1ª representa um dos gentios Caripunas que o Diretor da Vila de Serpa, Antonio Vieira Corrêa da Maia, achou situados na margem ocidental do rio Jatapu, na distância de 14 dias de viagem, acima da sua foz. Em cumprimento da ordem que lhe expediu o Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas, na data de 31 de janeiro do corrente ano de 1787, encarregando-o de ir ele explorar o rio do Uatumã, que desagua na margem boreal do grande rio das Amazonas, 8 léguas abaixo do primeiro furo do Saracá, por onde se entra, para ir ter à Vila de Silves; e de se internar pelo dito Uatumã e pelos seus confluentes, até as suas cabeceiras; reconhecendo todas, e cada uma das suas comunicações, principalmente as da sua margem ocidental; e averiguando se por alguma delas se facilitava passagem para a colônia Holandesa de Suriname. Entrou e subiu por ele, enquanto se lhe não ofereceu a foz do sobredito Jatapu, que desagua no Uatumã pela sua margem oriental, e tendo interinamente deixado este, para subir por aquele, depois de vencida a décima cachoeira, deu fé de umas 3 aldeias de 3 diversas nações de gentios, chamados eles Waiwai, Karipunas e Tarianas. De tantos que eram, apenas pôde surpreender uns dois Karipunas, porque todos os outros assim que o pressentiram se retiraram para os centros dos matos, desamparando as suas malocas e deixando nelas todos os seus móveis e utensílios domésticos.

Acha-se neste Gentio a novidade de ter a testa rapada, como rapam na Europa os que usam de cabeleira; e de nos seus bailes usar dos enfeites e ornamentos que vão explicados pelos seus números.

Uº 1

Ornato da cabeça, em forma de coroa, sem imperiais, a qual é tecida de palhinha pintada de preto, pelo modo que se deixa ver da cópia e do original que remeto no caixão nº 17 da sétima remessa do rio Negro.

Nº 2

É uma gorra que se ajusta na cabeça, com coifa, e continua sem ser fechada, pelo comprimento do dorso de quem a traz; dividindo-se em duas pernas, que acabam com seus martinetes rematados em borlas de fio de Piteira. A gorra é de algodão, porém os dois círculos pretos que tem a coifa, e a pintura, que corresponde ao meio do dorso, são de cabelo. Veja-se o original remetido no sobredito caixão.

Nº 3

É um instrumento musical, à imitação das rocas, que em Portugal se fazem de folha de Flandres, para entretenimento das crianças. O que chocalha nestas, ou são algumas sementes que lhe introduzem, ou também costumam ser alguns seixinhos do fundo dos ribeiros.

As suas armas eram murucus, curabís ervados, cuidarus, algumas braçangas, arcos e taquaras. Os seus utensílios eram algumas panelas, das que por aqui se chamam igaçabas; redes para dormirem, a que se dá o nome de maquiras e são tecidas de fio, em que torcem as folhas da palmeida muruti; cabaços, cuias, balaios, gurupemas, tipitis, abanos, ralos e todo o mais trem preciso para fabricarem as farinhas e os beijús de mandioca.

Não se admirará por certo a simplicidade de semelhantes utensílios, se se refletir que os esforços do Espírito e da Indústria dos Povos, que em nenhuma outra coisa se ocupam, senão na guerra e na caça e só a estes dois objetos se limitam. Quanto aos outros objetos, são tão limitados os seus desejos e tão contraídas as suas necessidades, que toda a sua Invenção certamente não acha em que se exercitar. Como todo o seu sustento e roupas são muito simples, também os seus utensílios são poucos e esses mesmos grosseiros. Acresce que entre eles nenhuma idéia há de propriedade. Tudo é para todos; basta que um dos do rancho tenha feito um ralo, para todos entrarem em direito

de se servirem dele. A sua indolência natural é outro obstáculo que encontram a multiplicidade dos móveis, o mecanismo e a conveniência da sua construção. Principiam friamente a fazer uma maquira. Continuam com pouca atividade e como se fossem umas crianças, qualquer bagatela basta para os distrair. Uma canoa, entre as suas mãos, chega a apodrecer de velha, antes de a concluírem. Por mais fáceis que sejam as suas operações manuais, consomem muito tempo; faltam-lhes as ferramentas e todo o gênero de subsídios da Arte. Também eles sentem menos empregar a sua paciência e assiduidade no trabalho de copiar o que vêem, com uma exatidão servil e minuciosa, do que dar a mais leve tortura à sua própria Invenção. Nenhum deles faz senão o que vê e nenhum deles vê, senão o que imediatamente lhes entra pelos olhos.

Barcelos, 28 de agosto de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.1.4)

XI — MEMÓRIA

SOBRE O GENTIO MURA Nº 11.410 DO CAT. EXP. HIST

A tábua IIIª representa um dos gentios Muras, que pelo meado do mês de novembro, do ano próximo passado de 1786, aportaram no lugar de Airão, situado na margem austral do Rio Negro, vindo embarcados, eles, que eram 21 e mais 22 mulheres, 9 rapazes e 7 raparigas, em diferentes cascas de paus, que são as suas canoas e vulgarmente se chamam ubás. Apresentaram-se ao Diretor dos Índios do lugar, Raimundo Guedes, a quem, em nome de todos, disseram uns dois Línguas de sua Comitiva, que ali queriam aldear e estabelecer juntamente com os outros Índios domesticados, em virtude da nova estipulação de Paz e de Amizade, que todos eles acabavam de combater com os Brancos e com os Índios estabelecidos nas margens dos rios do Japurá, dos Solimões, das Amazonas e da Madeira. Demoraram-se perto de 3 meses, sem desta nova deliberação dos Muras ter aquele Diretor dado a devida parte a S. Exª o Sr. João Pereira Caldas até que a deu o Rv. Vigário Fr. José da Conceição, em carta de 11 de fevereiro do corrente ano, de que adjunto a cópia nº 1, a qual vai anexa à outra cópia nº 2, que é a resposta de S. Exª, datada de 17 do mesmo mês e ano.

Na manhã de 11 de março chegou com eles, a esta vila de Barcelos, o índio Teodósio da Gaia, capitão dos índios do referido lugar e com a carta do Rv. Vigário nº 3, os apresentou a S. Exª que os recebeu agasalhou e premiou, pelo modo que consta da cópia da resposta nº 4, oferecendo-se-me então uma oportuna ocasião de os ver e de fazer desenhar a um deles pela forma em que se apresentou ao desenhador da Expedição Joaquim José Codína.

Da ferocidade desta Nação, que há bem pouco tempo se familiarizou conosco e dos malefícios, e insultos com que ela tem perseguido a Agricultura, a População, o Comércio e a Na-

vegação dos sobreditos rios, já em outro tempo deu uma bem circunstanciada idéia, o Dr. Ouvidor e Intendente Geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio escrevendo a respeito dela o que consta do seu *Diário de Viagem em Visita e Correição das Povoações da Capitania de São José do Rio Negro*, pelo teor seguinte —

Conjeturo (escreveu ele) que, se não se dá pronto e eficaz remédio, para inteiramente profligar e destruir esta Nação, que, por sua natureza, conserva cruel e irreconciliável inimizade com todas as mais Nações, não excetuando os Índios: que professa por instituto a pirataria, grassando por todos os lugares do público território, em que deve haver a maior segurança; que, nas suas guerras e assaltos, usa a mais bárbara tirania, não perdoando mesmo aos mortos, em que cometem inarráveis crueldades, esfolando e rompendo os cadáveres; que, apenas dá quartel a algum rapaz que, depois de ferido e impossibilitado a fugir, chega a cativar; e ainda assim, para o reduzir à escravidão, motivos estes, que não só justificam contra esta Nação a mais enfurecida guerra, mas que a persuade uma indispensável obrigação fundada no Interesse, bem da Paz, segurança da Sociedade universal das Nações Americanas e colonizadoras deste Continente. Se não se dá remédio a tantos e tão universais danos ou se reduzirão a nada as Colônias e Estabelecimentos dos rios Amazonas, Negro, Madeira e Japurá ou experimentarão o estado de languidez e diminuição que, necessariamente lhes causa o temor dos Muras; e por um cálculo bem moderado se pode inferir que, o aumento que têm seria quadruplicado, se seguros os moradores se aplicassem à Agricultura, ao Comércio e à Navegação, essencialmente necessária neste País, para adiantar uma e outra.

Em vista desta e de outras Representações, algumas vezes se dispuzeram seus moderados castigos, se bem que, nem esses, produziram emenda considerável. Continuaram as hostilidades como dantes e, só depois que, pela Própria Mão do Todo Poderoso, visivelmente se dispôs no Rio do Japurá a reconciliação dos Muras habitantes nele, tanto aqueles, como os dos outros rios dos Solimões, das Amazonas e da Madeira, tem voluntariamente descido para as nossas Povoações, aonde se vão aldeando e estabelecendo. A História desta redução se acha inserida na Participação IVª da segunda parte do meu Diário de Viagem, debaixo do título de *Coleção de Notícias Sobre a Voluntária Redução de Paz e de Amizade de Feroz Nação do Gentio Mura, pelos Anos de* 1784, 85 e 86.

Nem todos eles são Muras por nascimento; antes com este nome e costumes, andam entre eles disfarçados alguns (que são

Fig. 2 — *Indio Mura inalando paricá*

— Livro Biblioteca Nacional 31.1.0, Estampa 11

talvez os piores) os quais tendo sido nascidos e batizados nas nossas Povoações, foram em pequenos cativados pelos verdadeiros Muras, que os educaram a seu modo. Dentre todo o Gentio é este o que menos se trata e se alinha; os seus mesmos ornatos são mui grosseiros; as redes em que dormem são meras fibras das entrecascas das árvores; os seus estabelecimentos são volantes e incertos; a sua vida é de corso; os homens somente usam de umas tangas ou saiotes de fio torcido das folhas das palmeiras ou simplesmente rasgado e as mulheres andam todas nuas.

Sobre a guerra que fazem tanto esta, como às outras nações de gentios, são dignas de nosso reparo as circunstâncias seguintes: 1ª os motivos para ela; 2ª a ferocidade com que a fazem; 3ª a perpetuidade em que a conservam; 4ª o modo de a fazerem; 5ª a conduta com os prisioneiros, do que tudo não deixarei de dar uma sucinta idéia, segundo os Planos, que Historiadores bem graves, nos têm antecipado, aos quais nos comparamos, somente em termos, nesta Parte da América, observado ou sabido o mesmo que eles nas outras.

Quanto aos motivos é certo que, um deles costuma ser o da usurpação dos frutos, das caças e dos pescados das terras e dos rios do território alheio. Cada aldeia se julga independente da outra, que confina com ela e sobre tudo quanto há no território vizinho ao da sua situação se atribui um direito inteiro e exclusivo que a autoriza na qualidade de possuidora, a repelir com a força e a usurpação que lhe faz outra qualquer que investe aquele seu direito. Porém, também é certo que a idéia da propriedade, não é o mais freqüente, nem ainda mesmo o mais forte de todos os motivos para as suas contínuas hostilidades. O Espírito de vingança é o maior de todos ou seja, que eles se arroguem com preferência aos outros uma indisputável elevação, que atiça a inveja e a emulação dos vizinhos, ou seja, que tenham recebido alguma injúria e lesão; a diuturnidade do tempo lhes não risca a lembrança dela. Ainda que a injúria não tenha tido feita a todos, basta que um só a receba, para que o ressentimento de todos seja tão implacável como o do indivduo ofendido. O desejo de se vingarem é tão cego e abrutado como o dos animais ferozes. Mordem as pedras com que se lhes atira, como fazem os cães e as retorquem contra o mesmo que as atirou. Arrancam de seus corpos as flechas que os atravessam pela ocasião do conflito, quebram-nas aos pés e se podem, com as mesmas flechas fazem tiro ao inimigo. Cortam as cabeças dos mortos que guardam para seus troféus, arrancam-lhes os dentes. Rompem os cadáveres e fazem outras barbaridades, donde se pode inferir a ferocidade das suas guerras. Eles não as fazem as mais das vezes para conquistarem, mas sim para

reação simpática

destruírem. Todo o ponto está em que, a ser possível, não escape com vida um só dos seus inimigos. Matar e queimar tudo é a sua maior glória militar.

Ora este ódio e espírito de vingança não expira com a conclusão da guerra. Perseguem as relíquias da Nação vencida e refugiada até não restar dela um só indivíduo que seja. Contra uma mesma Nação se dispõem repetidas Expedições militares. Depois de consultados os Oráculos, os Feiticeiros e os velhos, o Principal da Nação dirige em Chefe o Exército, quanto ao fim de pelejar porque quanto aos meios e à disciplina, cada Soldado é Senhor de si e das suas ações. Porém, como eles têm de encontrar durante as suas marchas os inumeráveis obstáculos que procedem, de terem de atravessar grandes lagos e rios, de penetrarem matas horríveis, de lhes faltarem os víveres para se municiar um grande exército, o espírito de providência os conduz à marcharem para a guerra em pequenos corpos ligeiros e desembaraçados dos empecilhos das bagagens. Cada soldado não leva mais do que as suas armas um pequeno saco ou de farinha de mandioca ou de beiju ou de milho, porque de caminho vai caçando ou pescando, até se aproximar às fronteiras do inimigo. Sumpreendê-lo e destruí-lo é todo o seu ponto. Como as caçadas que fazem na paz são os exercícios para a guerra, do mesmo modo que eles rastejam a caça, assim entram a rastejar uns aos outros. Para melhor se ocultarem no mato, se equivocarem com as folhas e com os troncos das árvores, pintam-se e vestem-se diferentemente, não deixando precaução por aplicar, em ordem a não serem pressentidos. No caso de terem esta felicidade, estão conseguidos os seus fins, porque no silêncio da noite investem de tropel a aldeia do inimigo, queimam-lhe as suas palhoças e conforme a ferocidade e o costume dos vencedores, assim matam tudo ou reservam alguns prisioneiros.

Os que os reservam para serem escravos são os mais humanos de todos eles. Miseráveis porém daqueles que ficam reservados em currais para servirem de sustento a seus senhores se estes são antropófagos. Miseráveis dos que ficam reservados para beberem a morte pelo mais amargoso cálice que lhe prepara uma implacável vingança. Ela excogita e faz dar a seus corpos, todas as espécies de torturas ordinárias e extraordinárias. Uns os espetam com paus, com ossos, com pedras ponteagudas e em brasa; outros lhes cortam e lhes dilaceram as carnes em postas, alguns lhes descarnam os ossos. No meio de todo este terrível espetáculo, duas coisas principalmente excitam o pasmo de quem as vê ou as ouve: — primeira, que nenhum outro temor limita

a cólera do vencedor senão o de abreviar a duração de sua vingança se ele der morte ao vencido mais breve do que ela pede; segundo, que quanto mais atormentado é o vencido, tanto mais digno se julga ele deste nome de homem; antes o abreviar ele mesmo a sua vida, para encurtar os seus tormentos, seria uma nota de infâmia, com que deixaria manchada toda a sua família.

Algumas das sobreditas barbaridades comete o gentio Mura. Outros cometem outras. Das remessas que até o presente tenho feito para o Real Gabinete de História Natural, se coligem as que tenho visto e sabido. Remeti a cabeça de um índio, a qual foi achada entre outros muitos troféus que possuía o gentio Munduruk, que habita nos dois rios dos Tapajós e do Xingu, e, ao dia de hoje se vem aproximando ao do Madeira. Também, então, remeti uma gargantilha de dentes; e, dentro, em um cestinho, uma massa untuosa e incorporada com o urucu, a qual disseram alguns práticos que era o cérebro humano que lhes servia de unguento para as suas unções. Tenho visto algumas gaitas que são tíbias das pernas de homens, porém, do gentio Mura, o que vi e o que remeto é o que consta da relação da remessa e da explicação da tábua.

Nº 1

Representa o chapéu de que usam; o qual ou é tecido das folhas das palmeiras ou de penas de aves. Nenhum deles tem copa, antes imitam aos chapéus de tela, que trazem as damas da Europa, para repararem a face da impressão do sol.

Nº 2

É uma tanga de fio da folha da palmeira muriti, a qual costuma ser pintada com uma das féculas ou do urucu ou do carajuru.

Nº 3

Cachimbo em que tomam o tabaco do paricá. Lançado ele em pó dentro da caçoleta do cachimbo, o que se destina a tomá-lo, com as suas próprias mãos aplica a caçolete a uma das ventas, enquanto outro assopra o tabaco com força pelo bocal, vindo por este modo a ser tão violento o efeito do tabaco assoprado que, a primeira assopradela, basta para os alienar dos sentidos e promover uma extraordinária descarga da pituíta.

N° 4

Arcos e flechas do seu uso. Aonde há que notar, quanto aos arcos, que estes são mais compridos do que os dos outros gentios. Fazem-nos de diferentes cascas de madeiras, que vergam como o pau-d'arco, a itajuba-poca, a paracuúba, a murapiranga e outras. Reforçam-nas por fora ou com os anéis das caudas dos lagartos, para lhes servirem de braçadeiras ou com as cordas de fio de piteira e de tucum. Se as cordas dos arcos também são de piteira, têm eles grande cuidado que se não molhe, para que não apodreçam, de sorte que, molhadas elas as enxugam ao fumo. Esta é a razão porque, em sobrevindo a noite, todos eles desarmam os arcos, para os dois fins, de afrouxarem as cordas e dissiparem-lhe ao fumo a umidade.

Quanto às flechas, todas têm a ponta feita de taquara, com a diferença, porém, que as pontas ou são simples ou farpeadas. Estas são as que servem para as ocasiões de empenho, quando eles tratam de segurar a presa. Raras são as pessoas que escapam, quando lhes flecham o tronco com elas. A não haver risco de dilacerar alguma das vísceras contidas em qualquer das duas cavidades, mais fácil fica sendo sacar a flecha pela sua extremidade do que dilacerar cada vez mais as partes, que são ofendidas. Umas e outras são as armas com que pelejam, caçam e pescam.

Note-se que, todos eles, homens e mulheres, furam ambos os lábios e nos ditos furos, introduzem uns ricos feitios de pedras, que acham no cérebro do peixe pirarucu.

Cópia n° 1

Do Rv. Vigário do lugar de Airão, na ausência do Diretor, Ilmo. e Exmo. Sr — Dou parte a V. Exª em como nesta povoação se acha o gentio Mura há perto de três meses, os quais trazem consigo dois Línguas: um é natural desta Povoação, o qual apanharam em pequeno aqui nos mesmos Distritos e o outro Língua é da Povoação da vila de Tomar, por nome de Alexandre, que o apanharam no rio Solimões, indo o cabo da dita Povoação ao Negócio. Estes se querem estabelecer nesta mesma Povoação para o que já os ditos Línguas têm roçado ao pé da mesma Povoação. Para esse fim, o capitão da mesma lhes deu alguma ferramenta para eles roçarem; e também o outro dia lá foi o mesmo capitão, com algumas índias a plantarem-lhes as roças. O que lhes falta a eles são ferramentas e o sustento diário das farinhas, que agora se têm mantido com alguns beijus que as

ndias lhes deram ou algum punhado de farinha e assim vão passando até agora. Também agora veio outro Língua com o soldado Julião Alãs, que veio da vila da Ega, a trazer um pouco de gentio a ter com V. Exª, o qual deixou aqui o dito Língua que também é nacional desta Povoação, o qual está nos Codajás. Também se quer descer para esta sua Povoação e quer trazer todos os seus Aliados para aqui, para o que, torna outra vez para lá, a praticar todos eles, para então vir de todo com eles e então diz que quer ir ter com V. Exª a falar-lhe, os quais não vão agora com o capitão a ter com V. Exª porquanto andam mariscando alguma tartaruga aqui pelas abas da Povoação. Também alguns estão fazendo as suas ubás, para andarem, que estão faltos de canoas, segundo o que me dizem os ditos Línguas. Juntos que estejam logo os mando aos pés de V. Exª. Quase todos os dias aqui estão na Povoação, tanto faz o masculino como o feminino; e elas às vezes vêm sozinhas, sem susto ou pavor algum, como se fossem já domesticadas. Aqui se acham alguns paneiros de farinha do Dízimo, que todos eles são seis. mesma Povoação me pediu, pelo Diretor dela e não ter dado parte aos Senhores do Governo, razão porque não se lhe tem bolido nela. O dar eu parte a V. Exª é porque o capitão desta mesma Povoação me pediu, pelo Diretor dela e não ter dado a V. Exª. Já digo, o que mais o amofina é não ter farinha para lhes dar a comer, porque já as índias desta Povoação não coalham um beiju que eles lho não tirem, porém, não lhes dizem coisa alguma para não os desconsolarem. Eu, também, os tenho socorrido com o que posso, que nunca se me tiram de casa e vou-os amimando com a minha pobreza, que posso; e praticando-os cada vez mais para o Grêmio da Igreja, como constará a V. Exª; e o dito capitão, que é excessivo nisso. É o que se me oferece dizer a V. Exª, que Deus guarde muitos anos — Lugar de Airão, 11 de fevereiro de 1787 — De V. Exª, o mais humilde súdito e criado — Fr. José da Conceição.

miséria indígena

Nº 2

Resposta

Pelo que V. Paternidade me participa, em data de 11 do corrente mês, fico inteirado dos índios Muras, que têm vindo estabelecer-se nessa Povoação e do que V. Paternidade e esses moradores, têm com eles praticado de agasalho e acolhimento. O que muito recomendo, que assim se continue, para que de outra forma desgostosos se não retirem e se perca a Grande Obra, que a Divina Bondade tem facilitado da geral redução destes

bárbaros. Convindo Eu, que dessas farinhas que aí houverem do dízimo se vão socorrendo aqueles índios, como ao respectivo Diretor assim o advertirá V. Paternidade da minha parte; e que promova, que os ditos índios vão fazendo as suas roças, para delas se sustentarem, sem maior gravame da Real Fazenda ou desses mesmos habitantes.

Deus guarde a V. Paternidade. Barcelos em 17 de fevereiro de 1787 — João Pereira Caldas.

N° 3

Do mesmo Reverendo Vigário

Ilmo. e Exmo. Sr. — Vai o capitão desta Povoação aos pés de V. Exª com os Principais dos Muras a terem com V. Exª e exporem, que querem-se estabelecer nesta Povoação, para o que os mandei vir todos à minha presença, tanto o sexo masculino como o feminino e todos me disseram que queriam geralmente, porém que queriam que V. Exª lhes mandasse dar alguma ferramenta, para estes poderem com ela fazer as suas roças e também as suas casas. Prometem os ditos Línguas de irem ao rio dos Purus buscar mais gente que ainda está no centro do mato. Já digo a V. Exª que eles estão muito contentes e satisfeitos.

A gente que aqui se acha, de índios, são vinte e um; mulheres, vinte e duas; crianças do sexo masculino, nove e do feminino, sete. Estes já são grandes e os outros pequenos, que ainda são de peito e fora alguns que estão no rio Solimões, que dizem os Línguas, que em vazando o rio, que logo os querem ir buscar e meter-lhes prática para os trazerem para a sua companhia. Como o Diretor desta Povoação vai para essa capital, ele exporá a V. Exª, que ele o não ter ido há mais tempo, me dizem, que é por estar molesto no lugar de Carvoeiro; e com mais individuação dirá o capitão a V. Exª a respeito do dito gentio. É o que se me oferece dizer a V. Exª, que Deus guarde muitos anos.

Lugar de Airão, 4 de março de 1787 — De V.Exª o mais humilde súdito e criado — Fr. José da Conceição.

N° 4

Resposta

Com a carta de V. Paternidade datada de 4 do corrente mês, me apresentou o capitão desse Lugar os índios Muras, que

vieram a minha presença, compreendendo-se entre eles quatro pertencentes a diversas Povoações deste rio, que nos seus assaltos haviam há anos apreendidos os ditos Muras e como seus escravos possuíam; e sendo daqueles oriundos da vila de Moura, o que já no fim de junho do ano próximo passado, aqui tinha vindo com outra porção do mesmo gentio, que então disseram que se queriam estabelecer na referida vila e que agora dizem que se resolveram a ficar na nova Povoação do rio Mamiá, junto ao lugar de Alvelos, no lago do Coari; ficando assim insubsistente a sua primeira determinação em descerem para Moura, mas sem inconveniente quando na realidade elegessem e se acham existentes naquela outra Povoação.

A estes e a mais gente que aí deixaram, mandei vestir e brindar com outras galantarias que a V. Paternidade constará, além de uma porção de ferramentas, para com elas continuarem o preciso trabalho das suas roças; as quais com todo o bom modo se devem ir aplicando, para delas poderem subsistir, fazendo-se-lhes sobretudo boas práticas para a sua desejada permanência. Dizem que tem muito mais gente no rio dos Purus e que mais devagar a pretendem ir buscar; o que assim quando quiserem, se lhes permitirá, tratando-se em tudo com o agasalho, que na minha precedente carta muito recomendei a V. Paternidade, o que também agora da mesma forma faço ao Diretor desse lugar, por ocasião de haver juntamente aqui passado. Deus guarde a V. Paternidade — Barcelos, em 12 de março de 1787 — João Pereira Caldas.

Barcelos, 30 de agosto de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.11.17)

XII — MEMÓRIA

SOBRE OS GENTIOS UEREQUENA QUE HABITAM OS RIOS IÇANA E XIÉ, AFLUENTES DO RIO NEGRO

A tábua IIª representa um dos gentios Warakêna, que habitam nos rios Içana e Ixié, os quais ambos desaguam na margem austral da parte superior do rio Negro. Dentre todo o gentio, que habita nele e nos seus confluentes, os Warakêna somente e os Uaupés são os únicos em que se observam alguns sinais e deformidades industriais. As dos Warakêna consistem em um largo furo, que fazem entre a cartilagem e a extremidade inferior de ambas as orelhas; introduzindo-lhe ao princípio pequenos tornos de paus ou de flechas, para assim impedirem que cicatrize o primeiro golpe; e, pelo tempo adiante o vão dilatando cada vez mais, à proporção que lhe introduzem corpos mais volumosos; até chegarem ao ponto de trazerem nelas molhos de palha; de sorte que, em alguns daqueles indivíduos lhes descem até aos ombros as extremidades das orelhas.

É gentio forte, audaz e belicoso, assim não fôra antrófago, que é uma das impiedades que muito desacredita a sua raça. De outros muitos gentios se conta como eram os Ingahibas, Txaparó e Mamayanás que só pela ocasião da guerra e nos transportes do seu maior furor, mordiam as carnes dos cadáveres dos inimigos e abocanhavam algumas delas; tocavam a chamada para o combate e festejavam depois dele a vitória, tocando gaitas, que eram feitas das tíbias das pernas dos inimigos vencidos em outros combates; bebiam e davam a beber água e os seus vinhos em crânios serrados e raspados à maneira das suas cuias; esfolavam e rompiam os cadáveres, arrancando-lhes os dentes, para deles fazerem as suas gargantilhas. Porém, todas estas barbaridades que ainda hoje alguns deles comete, durante o furor da guerra e para deste modo satisfazerem aos excessos da sua cólera, são as que o Warakêna pratica de sangue frio com os prisioneiros, que aplica para o seu sustento, longo tempo depois de concluída a guerra.

Deles se conta o mesmo, que de algumas outras nações da América se escreve que praticam o extraordinário costume de em algum deles chegando ou a envelhecer ou a padecer alguma daquelas enfermidades que a sua grosseira medicina não sabe remediar, os mesmos pais e filhos têm o cuidado de lhe antecipar a morte, não só para se aliviarem a si do fardo de tratar dele, durante a impertinência da moléstia, mas também para o aliviarem a ele das dores e tormentos, que passa, enquanto se lhe retarda a morte que é a porta que se lhe abre para escapar das misérias da vida. Eis aqui um rasgo de piedade entre eles que para nós, que pensamos, é uma impiedade. Viram em outro tempo os cabos das nossas tropas, que eles tinham currais de gentios prisioneiros, assim como nós os temos de gados para os açougues. Esta não é uma daquelas relações infiéis, entre as muitas que há deste caráter e no ar da sua malícia as armavam os apaixonados pelo partido da escravidão dos índios, atribuindo-lhes crueldades e costumes tais, que aos olhos dos menos iluminados os degradavam da alta dignidade do Ser do Homem, para os condenarem a uma perpétua escravidão. Homens muito desinteressados, graduados em letras e em virtudes, sem prejuízo algum nesta parte ou eclesiástico ou político, antes muito zelosos do serviço de Deus, do de Sua Majestade e do Bem público, o que testemunhado de vista e de ouvido. O que a respeito dos Warakênas me dizem algumas pessoas desta classe, as quais acompanharam ao Capitão Miguel de Sequeira Chaves, quando foi nomeado pelo Ilmo. e Exmo. Senhor Francisco Xavier Mendonça Furtado, então Governador e Capitão General do Estado, para comandar a tropa de soldados e índios Warakênas da vila de Portel, a fim de castigarem os índios rebelados, que, no ano de 1957, invadiram, assolaram e queimaram as povoações de Kabokênas, Bararoas e Barés situadas na margem meridional do rio Negro, é que, ainda depois de domesticados se podem, não perdem, ocasião de se cevarem na carne humana, porque, por mais diligência que pôs aquele comandante para que os Warakênas domesticados da sua Comitiva, não aproveitassem as carnes dos índios mortos no conflito, não pôde tal conseguir. Antes, em alguns balaios dos seus ranchos, que ele inopinadamente registrou, se acharam postas de carnes humanas frescas e moqueadas, vindo ele então a acabar de atingir a razão por que os Varakênas separavam os seus ranchos dos dos outros índios da tropa para não serem vistos e denunciados.

A figura que se representa é a de um Warakêna vestido e armado a seu modo. Quanto ao vestido, nenhuma diferença tem dos outros gentios, porque à maior parte deles, é comum o uso de tangas, de diferentes formas e matérias e o dos ornamentos que fazem de penas das aves, peles de animais e outros muitos caprichos.

Aos gentios desta parte da América parece que a mesma Natureza se descuidou de lhes ensinar, quanto era indecente o aparecerem nus. Porém, como debaixo de um céu benigno, eles nenhuma necessidade sentem de repararem as suas carnes, contra as injúrias do tempo; antes a sua mesma indolência os convida a pouparem-se a toda e qualquer espécie de trabalho, que lhes não for ordenado por uma extrema necessidade; todos, ou quase todos se deixam ficar no estado de uma quase absoluta nudez. Contentam-se com umas ligeiras tangas da entrecasca de alguma árvore, se é que se querem dar a mortificação de trazerem cobertas as partes vergonhosas. Mas ainda que andem nus nunca dispensaram os ornamentos e enfeites com que ornam os braços, as pernas e os cabelos, trazendo dependurados neles ou algumas folhetas de metais ou fragmentos de conchas e de cristais, que também trazem pendentes nos narizes, nos lábios e nas orelhas. Outros desenham na pele uma multidão de figuras diversas, custando-lhes estas pinturas muitas dores, muito tempo e muito trabalho. Outros andam sempre tintos de urucu, assim como dos antigos bretões se escreve, que tingiam com o pastel, para incutirem maior terror ao inimigo. O que assim praticam estes gentios, também no designo de apresentarem as suas pessoas, em um ar mais bizarro. Porém, a vaidade (diz Robertson) que encontra ocasiões sem número de exercitar a invenção e a indústria, nos países em que, a arte de trajar, se tem feito muito complicada, nestes, contudo, se acha ainda circunscrita em um muito estreito círculo limitado somente a bem poucos objetos; se bem que os gentios não só se esmeram, quanto podem em adquirirem e aperfeiçoarem os seus poucos ornamentos, mas também sentem um peso e inclinação natural a alterarem as formas naturais de seus corpos. Os antigos Cambebas, como escreverei na Explicação da Tábua V[a], imprensam entre duas talas as cabeças das crianças, para as fazerem chatas. Outros lhes davam uma figura cônica e outros quadrada. O Warakêna, como deixo escrito, rasga e distende as extremidades das orelhas.

O Mura, como também escreverei na Explicação da Tábua III[a] e outros muitos gentios, furam ambos os lábios e trazem introduzidos neles os batoques, como marcas de coquilho e fragmentos de ossos e de pedras. Os Maua Umaua, como já em outra tábua expliquei, andam sempre espartilhados à imitação das damas da Europa, de sorte que, com a chave da mão quase se chega a abarcar toda a sua cintura. Para se adquirirem semelhantes formas, arriscam resignadamente as suas vidas e a de seus filhos, fazendo-os passar logo desde o berço pelos mais dolorosos transes não se dirigindo eles a outro fim mais do que o de desordenarem o Plano da Natureza, debaixo do vão pretexto de aperfeiçoarem as suas obras. Porém, o certo é, que o principal fim a que se

dirigem estes diferentes meios e caprichos de ornarem as suas pessoas e de alterarem as formas naturais dos seus corpos, não é tanto para os embelecer como se pensa, mas sim, para lhes darem um ar impostor, que com a sua presença e deformidade aterre ao inimigo. Segundo bem reflete o citado Ingles e eu para prova do que ele escreve e eu mesmo tenho observado, não necessito de produzir mais do que os mesmos ornamentos e figuras, as quais por si próprias estão mostrando, que são mais aptas para a guerra do que para o galanteio. Pode-se, quanto aos princípios e progressos que tem tido entre os homens, a invenção dos vestidos subir desde a sua infância, até o seu estado atual, discorrendo assim. Os homens primeiramente andaram todos nus; pouco depois trataram de cobrir somente as suas partes vergonhosas, donde se originaram as tangas em que uma expediência e gosto mais tardio foi aperfeiçoando a forma e a matéria. Cresceu o desejo e em alguns países os obrigou a necessidade, a repararem os seus corpos contra as injúrias do tempo e dos outros animais, passando eles a usarem de roupas abertas que, primeiramente as fizeram de folhas, depois de entrecascas das árvores e pelo tempo adiante, de penas das aves e das peles dos outros animais. Fecharam-se ainda mais tarde as roupas, principando em formas de camisetas abertas pelos lados e sem mangas; donde passaram por um longo lapso de tempo para os feitios e para as matérias de que hoje se fazem, depois que se conheceram as qualidades de lã, do linho, do algodão, da seda e depois a Arte ensinou a conhecer, cultivar, recolher, preparar, fiar e tecer cada uma destas substâncias. De lhes embelezar a matéria, se encarregaram os tintureiros, os bordadores e outros diversos artistas. Com a mera forma se ocuparam os alfaiates, proporcionando-as, cortando-as e cozendo-as, segundo o gosto e a necessidade.

Quanto às suas armas, o nº 1 denota um dos seus dardos, a que na língua geral se dá o nome de murucu. A parte superior dele representa uma roca de fiar, sendo igualmente vazada e cavada por dentro como ela, com a diferença de ser pontiaguda. Introduzem-lhe algum pequeno seixo, o qual na ação deles brandirem o dardo, soa como uma cascavel e assim cuidam eles, que incutem maior terror.

No nº 2 designa a outra arma, a que se chama cuidaru. É de madeira dura e compacta, pintada com ocra ou com as féculas do urucu ou carajuru; disposta a pintura em forma de embutido; porém são tão somente as tintas que enchem alguns lavôres abertos na madeira, mediante os dentes das pacas, das cutias e de outros animais, os quais são as goivas dos seus artífices.

Elas nos fazem reflexionar, que as primeiras armas ofensivas foram sem dúvida as que ministrou o acaso; e que os primeiros

esforços da Arte para as aperfeiçoar, foram muito simples e grosseiros. Tais são estas pequenas massas de pau pesado que eu tenho remetido por vezes para o Real Gabinete, debaixo do nome de braçangas, as quais são as armas curtas dos gentios. Contundem e cortam como os sabres. As lanças de madeira simples ou tostada ao fogo para lhes conciliar maior dureza. Os piques armados na ponta ou com alguma pedra ou com algum osso aguçado. Porém, todas estas só servem para combaterem de perto. Os homens cogitaram depois um meio de ofenderem de longe ao seu inimigo. A esta idéia se deve a invenção dos arcos e das flechas e semelhantemente a das palhetas e das zarabatanas, que foram as primeiras armas de tiro, que então se inventaram e que ainda hoje são as únicas que possuem os povos que vivem na infância da Sociedade. A funda, contudo, não é tão conhecida dos Americanos todos. Quaisquer que sejam as armas de que usam os gentios desta parte da América eu as tenho remetido no intuito de completar algum dia a História da Indústria Americana; sendo certo que, para se chegar a adquirir um perfeito conhecimento do seu princípio e progressos é preciso mostrar o Americano em todas as diversas situações em que a Natureza o tem colocado, seguir os seus passos nos diferentes graus de sociabilidade, por onde ele tem passado, avançar gradualmente desde a Infância da sua vida Civil até a madureza e a declinação do seu estado Social e observar os esforços a que em diferentes tempos tem feito as suas Faculdades ativas, em todos os ramos da Indústria na Guerra e na Paz. O que certamente se não pode empreender com prudência, senão em vista das suas obras. Persuado-me que tenho respondido aos que me impacientam com perguntarem-me, para que adjunto eu remeto semelhantes armas e galantarias.

Barcelos, 29 de agosto de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.1.16)

XIII — MEMÓRIA

SOBRE O GENTIO GUAIKURU

Ao Governador e Capitão General João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Alexandre Rodrigues Ferreira em carta de 5 de maio de 1791.

Sr. Quanto ao Gentio, persuado-me que já pode Vossa Exa. aceitar as devidas felicitações pelo vantojoso princípio que tem dado o Sargento-mór Joaquim José Ferreira ao importante Negócio da redução do Guaikuru; redução, em que tão grande serviço faz ele a Deus como a Sua Majestade e ao Bem Público. A Deus, pelo considerável número de almas que mediante o batismo, podem ser chamadas ao Grêmio da Sua Igreja; à Sua Majestade, por mais aqueles vassalos, que reduz à sua obediência antes que contra nós os revoltem os Espanhóis, que em toda a parte são muito maus vizinhos; ultimamente ao Bem público, pela segurança e liberdade do comércio interno e da navegação mercantil dos portos de beira-mar, para estas minas. Porque suposto, que além daquele gentio, outros muitos infestam as margens destes Rios, como são os Guanas, Payaguás, Guatós, Koroas e outros; contudo dentre todos eles, os Guaikurus são, sem dúvida, os mais audazes e belicosos. Com eles estão aliados os Guanás; os Payaguás por temor que lhes têm, cuidam muito em lhes não desmerecer a sua amizade. Todos os mais quotidianamente são presas suas, que eles reduzem à escravidão.

Ali, tive o gosto de vê-los quando cheguei, que eram onze por todos, entre seis homens e cinco mulheres. No número dos homens vinha incluído um cacique seu, que entre eles se chama Caimá e entre nós, João Queima de Albuquerque, o qual vinha acompanhado de uma famosa tapuia, sua mulher, já então denominada D. Joaquina Ferreira de Albuquerque; e de si dizia o referido cacique, que era governador geral de todos os Guaikurús. Já a esse tempo o tinha o Sargento-mór fardado de encarnado, para o por nos termos de ser decentemente apresentado a V. Exa., quando for servido con-

descender com o gosto que disso mostra aquele cacique para, das mãos de V. Exa., receber (diz ele) o Bastão de Chefe da sua Gente. Ficava da mesma sorte vestida sua mulher e toda a mais Comitiva, proporcionalmente à representação de cada pessoa; e todos uniformemente dizem que querem aldear-se nas margens deste Rio, segundo se exprime uma negra crioula nossa que eles cativaram, quando rapariga e presentemente serve de Língua. É incrível a voracidade com que comem; se bem que nada têm de bárbaras as maneiras com que à mesa do Sargento-mór se comporta aquele cacique. Em uma palavra, está aquele Negócio nos termos de ser por V. Exa. dirigido e auxiliado do modo possível; ficando V. Exa. na certeza de que a nenhuma cautela se poupa o Sargento-mór; principalmente tratando ele com uma qualidade de Gente que em seus sinistros projetos sabe constantemente guardar a insidiosa máxima de um impenetrável segredo e uma refinada dissimulação. Sabe V. Exa. que não de outra sorte se reduziram os Muras que inventaram as margens do Amazonas, Solimões e Madeira; no que fez o Governador Capitão General João Pereira Caldas um tão aceito serviço, que já das reais mãos de Sua Majestade têm os referidos Muras recebido uma significante prova de sua liberalidade. Sabe que este tem sido em todos os tempos o principal objeto de Suas Reais Ordens e Recomendações; e, ultimamente, sabe que esta é a paixão favorita do Iluminado Ministro da Repartição de Ultramar.

E porque tenho falado deste Gentio que eu ali vi e observei; e de quem me deu uma exata informação o Reverendo Capelão do Presídio João José Gomes da Costa, que pessoalmente tinha ido visitá-lo aos seus Alojamentos, não será fora de propósito dar eu dele a V. Exa., uma circunstanciada relação.

Há muitos anos que ele costuma infestar as margens dos rios Cuiabá, São Lourenço ou Porrudos, Paraguai, Emboteteú ou Mondêgo (atual rio Miranda), Taquari, Cochlim e até ultimamente infestou as de Camapuã (seios redondos — Tupi). Do que tem deixado de receber graves danos, tanto as canoas de comércio que navegam por aqueles Rios, como alguns estabelecimentos nossos, que neles temos; experimentando de uns por outros anos as suas costumadas hostilidades. Comandava aquele presídio o Sargento-mór Marcelino Rodrigues Camponês, quando na manhã de 6 de janeiro de 1778 praticaram eles com 54 praças da sua Guarnição, a perfídia de as convidarem para uma permutação mercantil de alguns cavalos e carneiros que trouxeram. E depois que as viram fora da Estacada desarmadas (como se elas puseram) e baralhadas com eles, quase à vista do Comandante, aleivosamente as assassinaram e se retiraram impunes. De então para cá parece que se recearam do castigo. Sim, algumas mortes têm feito nas vizinhan-

ças do mesmo Destacamento; porém em todas elas, deve-se igualmente culpar da nossa parte a facilidade e o descuido; porque eles o mais que têm feito é aproximarem-se a nós e observarem-nos a seu salvo, quando podem; porém, nunca, jamais se nos dirigiram debaixo de outro algum pretexto senão ultimamente que as circunstâncias emergentes facilitaram de parte a parte uma acautelada comunicação.

Tendo ali chegado a 17 de dezembro do ano próximo passado o referido Sargento-mór Joaquim José Ferreira, não deixou de reparar que depois da sua vinda, nenhum deles aparecia. Suspeitou que talvez teriam os Espanhóis urdido com eles algum estratagema contra nós; e querendo tirar-se daquela dúvida, tomou o expediente de lhes enviar uma escolta e pelo Cabo dela mandou falar aos caciques, protestando-lhes a sua amizade e pedindo-lhes que lhe viessem falar. Com efeito receberam bem aos soldados e os agasalharam melhor; deram-lhes uma rez, para comerem; e despedindo-se o Cabo, por ele responderam ao Comandante, que cedo iriam visitá-lo, como lhes pedia. Contudo não o executaram tão prontamente que não concebesse ele segunda suspeita de ter sido paliativa a sua Resposta de maneira que, não sossegou, sem lhes enviar segundo recado. Já então mandaram visitá-lo por três escravos, que voltaram bem comidos e vestidos; pelo que se resolveu a vir pessoalmente o Cacique Caimá, acompanhado de três soldados seus e dois escravos. Conduzido à presença do Comandante, vinha tão assustado que nem falar podia; porém, tanto que se tranquilizou o seu espírito com as boas palavras, que lhe ele disse e com os donativos que lhe fez, levantando-se em pé o cacique e abraçando-o muito estreitamente, lhe disse de uma voz arrogante — Amigo Caimá — Repetidas vezes se tem ido aos seus alojamentos e na carreira de os conduzir e reconduzir, anda o soldado Antônio Batista da Silva que é o que mais lhes caiu em graça por se acomodar aos seus gestos e maneiras. Tanto se têm eles familiarizado com a nossa Gente, que até já consigo trazem as suas próprias mulheres. Porém, mostram um tão grande zelo da fidelidade conjugal que em nenhum caso e por nenhum motivo, se apartam delas. Ou seja, que se eles queiram lavar ou que vão passear, caçar, pescar, em uma palavra, para qualquer parte, que vão e façam eles o que fizerem, a mulher é fiel satélite de seu marido. Aquelas mesmas operações naturais, que sem um recíproco pejo e grande incômodo dos sentidos se não podem fazer de companhia; e que por essa razão entre nós cada um trata de as recatar, quanto pode eles as fazem na presença um do outro e o mais é, que sem de parte a parte se mostrar o menor sinal de ressentimento. Triste condição dos homens que, como diz um

filósofo, são Animais de costume e *quanti quanti sunt, educationi debentur*.

De uma daquelas vezes, que se lhes dirigiu de ordem do Sargento-Mor uma Escolta nossa de 45 praças, resolveu-se a acompanhá-la o sobredito Pe. João José Gomes da Costa que a viagem que fez fielmente m'a comunicou. Saiu a 13 de fevereiro próximo passado; e tendo navegado água abaixo dois dias e meio de viagem, desembarcou em um porto da margem oriental do Rio, onde montou a cavalo se seguiu viagem pela terra adentro; coisa de 1/4 de légua e ali achou o primeiro alojamento. Dali marchou 8 léguas à leste, até onde estava o segundo, que se denominava dos Guanás. Andadas mais cinco léguas ao mesmo rumo, chegou ao terceiro, que era dos Guaikurus.

GUANÁS

Pouca diferença têm dos Guaikurus, de quem são vizinhos, amigos e aliados. Casam entre si e reciprocamente se auxiliam, sempre que assim o pede alguma urgência pública ou particular. Porém, não se arrancham em tijupares, como eles; antes dão às suas palhoças uma figura oval, com as cumieiras muito altas e todas elas cobertas desta espécie de grama, que por aqui se chama sapé. Também são menos ociosos que eles, porque fazem roças onde plantam milho, feijão, batatas, canas, etc. Algumas frutas cultivam, principalmente papaias ou mamões, bananas, abóboras, melancias; e quando chega o tempo da colheita do arroz bravo, fazem a esse fim diversas excursões pelos lagos e pantanais, onde se ele cria. São grandes criadores de cavalos e nisto se conformam com os Guaikurus. De alguma palavra que proferem, evidentemente se conhece que sua língua primitiva foi a Geral do Brasil; porém, eles a tem desfigurado de maneira que, para distinguir-lhe as feições, não basta uma mediana perspicácia. De Deus e da religião cristã, alguns conhecimentos mostram ter e um deles, que foi ao Presídio, vendo uma imagem de Cristo a beijou. Provavelmente assim viu fazerem os Espanhóis, com quem se comunicam e de cuja língua proferem algumas palavras, como são: capitán, cristiano, cristianista, Santa Cruz, etc

GUAIKURUS

O quam contempta res est homo, nisi supra humana se evescexit!

Habitam os terrenos, que formam a margem oriental do rio Paraguai, pelo dilatado espaço de quase cem léguas, que correm

Norte Sul desde o rio Mondêgo (atual Miranda) ou por outro nome, Emboloteú, até a margem boreal do Ipané: Compreendendo-se entre estes outros muitos rios, que são o Mboymboy, o Terery, o Guacuri, o Topoty — o que pareceu ser o rio das Correntes, o Barrique ou Mboery, o Piray e o Cambanupá. Todos desaguam no Paraguai, para cuja margem ocidental atravessam os Guaikurús no tempo da vazante por diferentes passagens, que então lhes facilite o Rio; sendo que de todas elas tão somente duas conhecemos, a primeira, na distância de 4 léguas abaixo do Presídio de Nova Coimbra, e a segunda, defronte da foz do Piray. Têm alentado homens entre si; os quais em todo o conflito sabem manejar destramente as faculdades ativas da Natureza. De todos quantos vi, nenhuma tinha de altura menos de 8 palmos e 1/2. Setenta polegadas contava o cacique Caimá, que é dos mais altos Tapuias que até agora tenho visto porém, todos eles eram igualmente espadaúdos e quadrados, com os peitos largos e fornidos, o ventre plano, o dorso e os braços musculosos. A sua vida é de Corso, tanto em terra como pelos rios; com a diferença que em terra, andam montados a cavalo, donde lhes vem o nome de Cavaleiros; e pelos rios navegam em ligeiras canoas que remam com incrível celeridade. Tem cada remo seu, 18 palmos de comprimento, a saber seis de pá e doze de haste pontiaguda para lhes servir de remo e de lança.

Não se ocupam em construir palhoças como os Guanás, se bem que alguns alojamentos têm, que são fixos, e eles vão situá-los nas serras circunvizinhas, quando com a enchente do Rio se inundam as campanhas adjacentes. Servem-lhes de quartéis de inverno, para onde se retiram os decrépitos, os inválidos, as mulheres pejadas e as paridas, que têm de criar seus filhos. Tudo o mais pelo tempo do verão são aldeias errantes, que se estabelecem, onde favorece o tempo e o lugar. Ali se abrigam debaixo de tijupares de esteiras de piri-piri horizontalmente estendidas; todos dormem no chão, sobre couros de boi ou peles de onças, de veado, de porcos do mato e de ariranhas, coberto cada um com um grande cobertor de pano de algodão listrado de branco, vermelho escuro e negro. Recolhida uma turma a um tijupar, os casados dormem a uma parte e os solteiros à outra. Ajuntam-se em matrimônio como os animais, voltando a mulher as costas ao seu marido. Todos são polígamos; se bem que comumente cada homem não tem mais de três até quatro mulheres. O marido não leva a mulher para o seu tijupar; ela fica, como estava dantes, em companhia de seus pais, onde o marido a procura e a sustenta do que lhe leva. Ora, como eles andam vagando de uns para outros alojamentos, em cada um deles tem cada marido uma mulher, a quem leva o que caça ou o que pesca. Amam-se ternamente e os maridos como já disse, zelam

quanto podem, a fidelidade conjugal. Com o mesmo afeto e ternura amam as mães os primeiros dois, até três filhos e guardam-nos, como as meninas dos seus olhos, porém em concebendo mais, lembram-lhes vivamente os trabalhos que os filhos têm de dar e passar, para se conduzirem da infância à virilidade; e a impressão daquela lembrança sufoca a voz da Natureza e faz as mães insensíveis às mais vivas emoções do amor materno. Porque então o mais seguro expediente das mães se livrarem a si da mortificação de parí-los e criá-los e a eles, de em toda a sua vida passarem pelas necessidades e trabalhos que consigo traz a vida selvagem é o de abortá-los logo que os sentem gerados. O regime da mulher pejada consiste em comer pouco; e a razão é (dizem elas) para não crescer muito o feto e com o seu volume dificultar o parto. Aproximando-se este, tem o marido o cuidado de prevenir para sua mulher uma pequena palhoça, bem reparada de ar e nela se ajuntam as parteiras, que tudo quanto executam da sua arte de partejar, consiste em comprimir-lhe o ventre e ajeitá-lo de modo que se lhe facilite o parto.

Também estes Gentios desenham na pele diversas listras e figuras; pintando a face de urucu, de tabatinga e de jenipapo; que é com que tingem de preto as mãos e os pés, os lábios e as orelhas. Como todos andam a cavalo, tanto homens, como mulheres, cada mulher traz em uma perna um sinal que é o da marca do seu cavalo. As mulheres são geralmente bem feitas, de pé pequeno e delicado. O mais comum é andarem nuas, cobrindo com ligeiras tangas tão somente as partes vergonhosas. Outras andam enfaixadas com um longo cobertor de pano de algodão listrado, que lhes cobre os corpos, desde os peitos até meia perna. Todas enquanto solteiras, tem a parte anterior da cabeça povoada de cabelos descidos sobre a testa, como as Donzelas Inglesas e pela posterior o têm curto, porque o cortam. As casadas trazem a cabeça raspada deixando-lhes na parte anterior tão somente um topete longitudinal que, pela sua posição e figura, representa a crista de um MUTUM. Servem-lhes de navalhas com que rapam as cabeças, as conchas fluviais, que são os instrumentos cortantes de que originariamente se servem. Uns e outros, nem mais um cabelo consentem em seus corpos; tudo arrancam até as mesmas pestanas e sombrancelhas.

Postos a caminho, os homens marcham nus, como andam; uns montados em pelo e recuados para as ancas dos cavalos; e outros em lombilhos que fazem de dois pequenos feixes de grama, atados um ao outro, para servirem de suadouros sobre os quais costumam estender, primeiramente, uma esteira de folhas de palmeiras, e, em cima dela, alguma pelo de carneiro ou de veado, ou algum couro de boi. Este é o seu Pellejo, como dizem os espanhóis americanos,

é a sua CAMA e a sua PELOTA, onde embarcam os móveis que se não devem molhar, quando atravessam algum rio ou lagoa. Com a referida pelota é o mesmo couro ajeitado ao feitio de um barco em que se pode transportar o seu trem, embarcado ele, assenta cada qual sobre a sua carga e seu filho e puxando por ela ou a nado ou a cavalo, a conduz para onde quer. Para a mulher poder montar é ajudada por seu marido, que pegando-lhe com a mão direita no artelho do pé esquerdo, em seu pulso lhe oferece o estribo, em que, ela se firma para se pôr a cavalo, sobre algum lombilho; e ela estendendo as pernas a procurar as espáduas do cavalo o conduz tão destramente como qualquer homem, mediante um simples barbicacho de cordão de fio de algodão ou simples, ou entretecido com lã ou cabelo, servindo-lhe a extremidade do cordão de chicote, com que o fustiga.

A abundância que os Guaikurus têm de cavalos, uns criados por eles, e outros furtados aos Espanhóis, faz com que nenhum dê um só passo, que não vá montado. Esta é a sua principal criação; que o que eles têm de gado vacum e ovelhum é coisa muito insignificante. Também, criam perus, galinhas, etc. porém delas não comem senão os ovos; e, a maior parte deles já depois de terem pintos. A palmeira MACAJUBA lhes subministra o principal sustento; comem-lhe o palmito e os coquilhos ou crus ou assados ou cozidos. O mesmo âmago da referida palmeira, quando nova, lhes serve de alimento; porque sendo ele suculento e doce, ou o chupam, como se faz à cana de açúcar ou o assam ou o reduzem à farinha, para a comerem sêca ou cozida. Ela lhes serve de pão; que de conduto servem as cobras, os jacarés, as onças, os veados, as antas, as capivaras e tudo quanto caçam ou pescam. As mulheres casadas não comem anta nem capivara.

De entre todos os seus Bens, os que eles mais apreciam, são os seus ESCRAVOS, as suas ARMAS e os seus CAVALOS. Sabe-se, pelo que deles transpira sobre a sua conduta com os escravos que estes são humanamente tratados por seus senhores. Nós os chamamos BÁRBAROS; porém eles nesta parte não desonram tanto a Humanidade, como as mais polidas Nações da Europa, que sem embargo de terem a Razão exercida pela Filosofia e iluminada pela Revelação, em se estabelecendo na América parece, que de propósito cogitam os meios de fazer mais pesado o jugo da escravidão dos Negros. Porém o certo é, que menos interessados os Senhores, tanto mais humanos são e mais indulgentes com os escravos. Nenhuma coisa há tão rara, como ver contentes o Interesse e a Avareza. Os Guaikurus não a tem; e conseqüentemente não tratam de enriquecer-se à proporção do trabalho alheio. Tratam-nos indulgentemente, comem com eles; e cada Senhor se contenta de que como tal o reconhece o seu escravo. Eis aqui a

mais dura pensão que entre eles tem o cativeiro; que as odiosas distinções que fazem as nossas Constituições Políticas, são felizmente desconhecidas de semelhantes qualidades de Senhores.

As suas armas de tiro são flechas; dizem que também usam de bolas e de laço; para combaterem de perto usam de lanças e de porretes; alguns terçados têm havidos dos Espanhões por via de comércio. Dentre os Brancos ou Negros, que por desgraça suas lhes caem nas mãos, se algum há que lhes mereça quartel, são tão somente as mulheres e as crianças. Raros são os homens que gozam de semelhante graça; comumente os degolam, depois de mortos, para de suas cabeças fazerem os seus troféus. De muitas tiranias destas, poderia eu referir muitos exemplos. Porém, nesse caso a História desta pequena parte do Gênero Humano, seria a História da Desumanidade de trucidações, de ódio e de horrores.

Quanto à Religião, diz a referida crioula, que o que neles tem visto é em certos tempos do ano, fazerem um baile festivo, em honra do Sete Estrêlo. Das cerimônias e práticas religiosas que constituem a superstição deste baile e semelhantemente da música instrumental e vocal, são encarregados os seus médicos, que servem eles mesmos de cirurgiões, de filósofos e de estadistas das suas tribos. A medicina entre esta casta de gente é a arte de adivinhar. Os seus médicos, pelo que respeita às enfermidades internas de que não conhecem as causas, são umas espécies de mágicos, que da ocasião da aflição e dos temores quiméricos, em que eles mesmos constituem os minguados espíritos dos enfermos, sabem aproveitar-se destramento, paar lhes inspirarem uma confiança cega na eficácia dos seus encantos e na certeza das suas predições. A cirurgia não é tão embusteira como a medicina. Sabe-se que, freqüentemente, praticam a amputação, a sucçao e o cautério; e que a diversas feridas e chagas aplicam diversas ervas, raízes e gomas, com que ao menos paliativamente remediam até os mesmos bubões e úlceras venéreas de que todos eles estão infectados.

É certo que, sendo a queixa grave, vem finalmente a morte a triunfar da impostura; mas nem ainda nesse caso cessa a influência de seus embustes; porque demitindo logo o Assistente, o emprego que exercitou de médico investe o ministério de sacerdote e como tal é o que dispõem o enterro e os ofícios sepulcrais. Estendido o cadáver, pinta-se-lhe a face de urucu, de tabatinga e de jenipapo; e amortalhado ele em o seu cobertor, traz-se-lhe o seu cavalo, onde monta algum parente do defunto e o leva reclinado ao seu peito. Marcha igualmente montado o concurso que o acompanha; e sendo cacique o defunto não fica vassalo seu, que lhe não tribute aquela última demonstração de Amor e de Respeito;

consagrando-lhe a Nação inteira toda a qualidade de lágrimas, ilustres e plebéias. Chegados ao lugar destinado para as sepulturas dos mortos (que é um grande tijupar, que serve de CEMITÉRIO) abre-se com paus agudos uma cova de 6 até 7 palmos de altura, para não ser o cadáver facilmente desenterrado pelas onças e estendida uma esteira no fundo, sobre ela se deita ao comprido o cadáver, cobrindo-o de terra fofa, sem ser calcada, até encher-se a cova, que também por cima se cobre com outra esteira. Finca-se-lhe à cabeceira uma forquilha, onde se lhe deixam dependuradas as suas armas, os seus móveis e utensílios domésticos. Perto da sua sepultura, se abre outra para o seu cavalo, que a recompensa que ali recebe de ter servido ao defunto é a de ser morto a lançadas, para continuar a serví-lo no outro mundo. Segue-se o luto dos parentes, que, enquanto estão enojados por 6 até 8 dias, não saem de dentro de suas palhoças; as mulheres se deixam estar sentadas com as cabeças cobertas, não comem, não se lavam, nem se pintam; tudo ali são lágrimas e outras demonstrações de tristeza.

Poucos velhos têm visto a nossa Gente de todas as vezes que têm ido aos seus alojamentos, porém muita criança e homens de armas. Também se lhes viram dois negros e três negras, que uma delas é a sobredita crioula Vitória, a qual eram em outro tempo cativa de D. Ana de Moraes, assistentes na vila de Cuiabá e deles foi cativada, sendo ela roubada de uns negros seus parceiros, que mataram seu Senhor e desceram fugidos pelo Paraguai, onde caíram nas mãos dos Guaikurus, que a todos eles mataram. Tão somente a ela e a uma irmã sua, concederam a vida e reduziram à escravidão.

Da boca do canal de fora da lagoa da Uberaba, em viagem pelo rio Paraguai, aos 5 de maio de 1791.

(Códice B.N. 21.1.1.22)

XIV — MEMÓRIA

SOBRE OS GENTIOS YURUPIXUNAS, OS QUAIS SE DISTINGUEM DOS OUTROS EM SEREM MASCARADOS; SEGUNDO OS FEZ DESENHAR E REMETEU OS DESENHOS PARA O REAL GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL O DOUTOR NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

A tábua Iª representa os Gentios Yurypixunas (Juri ou Yuri), que habitam o rio dos Párcos e assim mesmo, os outros da margem ocidental do rio Japurá. Distinguem-se dos outros gentios pelas suas máscaras. Os índios domesticados lhes dão na língua geral o nome de — Yurupixunas (Juri ou Yuri), da palavra — yuru = boca, Pixuna = negra. Picam a cara com os espinhos da palmeira pupunha e com as cinzas das suas folhas pulverizam as picadaduras, arraigando-se-lhe de tal modo a tinta, que jamais se lhe extingüe a máscara com que ficam. Muito trabalho e dor lhes custa este ornato, porque não raras vezes lhes sobrevêm as erisipelas de que alguns chegam a morrer. A dor é maior ou menor segundo a obra do enfeite. O que representa a figura nº 1, só dos cantos da boca até o ângulo inferior da orelha corre em ambas as faces uma linha delicada. A cabeça nº 2 mostra duas; a do nº 3 apresenta somente os lábios como orlados da dita cor. Os nºs 4, 5 e 6 mostram como à proporção do crescimento da idade se lhes aumenta igualmente a máscara, porque tem o cuidado de a acrescentar. Os adultos trazem toda a face mascarada, com a diferença porém de que uns se contentam de fazerem aos lados da face o xadrez, em que acaba a máscara da cabeça nº 7; outros o fazem também na testa e no espaço que medeia entre as sobrancelhas, como representa a cabeça nº 8. E não contentes com isto trazem outros o beiço inferior furado e no furo introduzida uma marca de coquilho. Os velhos são, entre eles, os mestres encarregados destes enfeites. Eles têm o cuidado de subtrairem os filhos e filhas da presença dos pais, conduzindo-os para o mato retirado,

onde não possam os pais ouvir o choro das crianças, quando se doem da mortificação que lhes causa a operação do referido ornato.

São índios humildes e sujeitos aos brancos que os domesticam. Aldeados que sejam nas Povoações para onde os descem chegam a envergonhar-se tanto de terem a cara mascarada, que alguns fazem a diligência possível por extingüir a tal máscara. Os outros índios os desprezam, de onde procede, que nas viagens que fazem as Canoas equipadas com uns e outros, observam os brancos, que os Yurupixunas (Juri ou Yuri) fazem ranchos separados, comem e dormem retirados deles; as suas armas são as zarabatanas, os murucus, as braganças e os cuidarus. De todas elas já se tem remetido para o Real Gabinete as amostras que devem constar da Relação dos Produtos recolhidos em viagem da parte superior do Rio Negro.

Barcelos, 20 de fevereiro de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.1.40)

XV — MEMÓRIA

SOBRE A NAÇÃO CATAUIXI, QUE HABITA AS MARGENS DO RIO PURUS

A tábua IIª representa uma gentia da não *Catauixi*, que é uma das habitantes do rio dos Purus, o qual desagua na margem meridional do rio Solimões. Nação aquela, a dos Purus, de que se contam e se escrevem muitas superstições, que ela pratica, entre as quais é célebre a do jejum expiatório, a que ela se entrega por preceito de religião, sendo tão rigorosa entre eles a abstinência de tudo, que, enquanto obriga o preceito, nem ainda no caso de lhes sobrevir alguma enfermidade ou comem ou tratam de si, de maneira que alguns chegam a morrer de desfalecidos, escolhendo antes de morrer, para cumprir a lei do que violá-la, para viver.

São dignas de reparo nos gentios Catauixis as manchas brancas, hereditárias que todos eles têm na cutis de diferentes partes de seus corpos, como são nos pés, nas mãos, nos peitos, nos pescoços e nas faces. Disse hereditárias porque para elas não concorre da sua parte artifício algum; nem tão pouco aquelas manchas se deixam ver, quando nascem as crianças; porém logo depois do nascimento se anunciam em uns; a outros, já depois de adultos é que sobrevem; alguns há, que de vinte anos para cima principiam a tê-las; e em outros se não conhecem ([a]).

É porém de notar, (escreve o Autor do acusado Diário) que estas manchas se comunicam com o contágio. Sobre o que se deve refletir, que a esta palavra Alphos, do verbo grego, Alphonein (mudar) porque se muda a cor da pele, corresponde em latim

---

(a) Diário da viagem, em correição e visita da capitania de São José do Rio Negro, nos anos de 1774 e 1775.

esta outra — Vitiligo — a qual indica uma mancha na pele sem aspereza manifesta, sem escamas aparentes e sem ulceração, o que a distingue da sarna, da lepra e dos outros tumores desta natureza. De cujos Alphos se contam três espécies, que são:

1ª

Alphos propriamente ditos, os quais são umas manchas esbranquiçadas, algum tanto ásperas ao tato, semeadas de algumas escamas imperceptíveis, sem serem contínuas as referidas manchas, porém sim, dispersadas como por gotas, algumas vezes chatas, assaz largas e entrecortadas e tão somente ocupam a superfície da pele.

2ª

Chamada Mélas, de Mélas grego, que significa preto; a qual só na cor difere do Alphos, porque sendo uma mancha igualmente superficial, difere em ser de uma cor trigueira e de sombra de que algumas pintas aparecem pelos corpos dos referidos gentios.

3ª

A que dão o nome de Leuci, em grego (branco) e em latim — Vitiligo Alba, a qual sendo nisto semelhante ao Alphos só difere dele, em ser esta uma mancha mais profunda e em penetrar até a superfície da carne; da qual faz gorrêo (*b*) uma espécie de lepra e esta é a espécie de Alphos, a que parece que se deve reduzir a dos gentios Catauixis.

Não sendo nada perigosa para a vida e para a saúde as duas primeiras manchas Alphos e Mélas, por não procederem de outra causa mais que de uma linfa grosseira, que se demora nas extremidades dos vasos excretórios da pele e que penetra os corpos mucosos. Evaporando-se pela transpiração a parte mais serosa e sutil desta linfa e ficando tão-somente a mais grosseira, que é a que produz as manchas, as quais sendo procedidas de um humor carregado e atrabiliar, produzem o Mélas. Algum

---

(b) Delfin. Medic. Gal. lib. 2 meth. Med. 2

perigo ameaça as outras manchas Leuci porque procedendo elas de uma linfa grosseira e acre, a qual obstrui não somente as glândulas cutâneas e os vasos da pele, mas também os vasos linfáticos da carne que está debaixo. Acometendo as raízes dos pelos, que ela faz cair de maneira que os que renascem são brancos, pequenos, finos e delicados, como os das plumas mais delicadas das aves, podem as ditas manchas ser um efeito de algum virus venéreo, escorbútico ou leproso e este virus hereditário de toda uma Nação. Pelo que me parece que para o curativo delas, se devem experimentar os mesmos remédios que para a sarna e lepra dos gregos.

Barcelos, 4 de junho de 1788

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.1.34)

XVI — MEMÓRIA

SOBRE O GENTIO MIRANHA QUE HABITA A MARGEM SETENTRIONAL DO RIO SOLIMÕES, ENTRE JAPURA E O IÇA

A tábua 1ª representa a figura de um gentio da nação Mirânia, uma das mais populosas que habitam na margem setentrional do rio dos Solimões, entre os dois rios do Japurá e do Içá.

Distinguem-se dos outros gentios em serem claros; em terem ambas as ventas furadas e em trazerem introduzidas nos furos, pela ocasião da guerra principalmente, quando querem incutir maior terror, penas de cauda de arara, as quais ficando em uma posição declinada representam umas bigodeiras.

A todos os outros gentios faz guerra e aprisiona; assim como de todos eles é perseguido e aprisionado para os servir como escravo. Tais são os Tabocas, Mauá, Curacis, Yúmas, Pazes, Kueretus, Mucunãas, Amaniuarás e os mais que habitam nos confluentes de ambos aqueles rios. O seu principal Império, onde não entram os outros gentios é no rio Carauíni que desagua na margem ocidental do Japurá, alguns dias acima da cachoeira do Cupaty.

Um costume é notável neste gentio. Como habita em uma paragem muito faminta de peixe, vê-se obrigado a descer abaixo da sobredita cachoeira para fazer, pela vazante do rio, as suas provisões de peixe sêco; fazendo-as porém pela maneira seguinte: — como eles não têm sal que chegue para as grandes salgas porque o pouco que tiram pela combustão das plantas, além de não ser da natureza do sal marinho, apenas chega para temperarem o comer. Estendem o peixe inteiro, como o pescam, em uma grelha de pau ao fumo, para lhe dissipar a humidade. Dissipada ela o escamam e o extirpam e cortadas as cabeças a uns poucos os vão unindo em uma figura cilíndrica b, b, cingindo-os por fora com a casca dos talos da pacova-sororoca, de maneira

que, há cilindro destes que pesa boas 3 arrobas e outras tantas carregam as mulheres.

No vestir e nos mais costumes são semelhantes aos outros. As suas armas são arcos e flechas e alguns usam da zarabana c.c.

Barcelos, 4 de junho de 1788

Alexandre Rodrigues Ferreira

(Códice B.N. 21.2.4)

Fig. 3 — *Indio Miranha*

— Livro Biblioteca Nacional 21.10, Estampa 7

XVII — MEMÓRIA

SOBRE OS ÍNDIOS ESPANHÓIS, APRESENTADOS AO ILMO. E EXMO. SR. JOÃO PEREIRA CALDAS, NA VILA DE BARCELOS, PARA ONDE OS REMETEU O COMANDANTE DE BORBA; SEGUNDO OS FEZ DESENHAR E REMETEU OS DESENHOS PARA O REAL GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL, O DOUTOR NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

A tábua II^{a} representa um dos dois casais dos índios espanhóis que desertaram, segundo eles disseram, da Povoação de Sant'Ana da Província de Santa Cruz de la Sierra, Domínios de Espanha confiantes com a Capitania de Mato Grosso. Chegaram desta Vila no dia 24 de janeiro de 1787 remetidos a Sua Exa. pelo Comandante de Borba. Eram cinco entre todos, a saber, o índio Felix, marido da índia Melchióra e pai da rapariga Dorotéa e o índio Felipe casado com a índia Luísa. Disseram que haviam desertado por se terem desgostado da demasiada severidade de um dos dois padres da sua Povoação, e que descendo pelo rio da Madeira lhes haviam morrido dois de sua comitiva nas cachoeiras do dito rio e que só eles cinco tinham escapado. Encontrou-os nas praias daquele rio um dos cabos das canoas do Pará, que andava na fatura das manteigas de tartaruga e conhecendo que eram espanhóis, os prendeu à ordem do General do Estado, a quem fazia tenção de os apresentar. O que contudo resolveu o Comandante de Borba, que se não devia efetuar sem serem primeiramente apresentados a Sua Exa. o Sr. João Pereira Caldas, a quem os dirigiu. Falavam sofrivelmente a língua espanhola; indicavam uma notável educação e ensino nos dogmas da Fé e nas demonstrações exteriores de religião; pediam e recebiam o que se lhes davam com urbana humilhação, acrescentando ao benefício o agradecimento expressado pelas palavras — Diós se lo

pague; beijavam de joelhos o escapulário ao religioso carmelita, capelão da Expedição; ajoelhavam para rezarem quando ouviam as badaladas do meio dia e trindades; não desconheciam o uso do açúcar, da manteiga, do chocolate e das carnes, particularmente a da vaca, que eles diziam que, nas suas Povoações a comiam fresca todos os domingos, por haver nelas muito gado. Vestiam umas túnicas sem mangas a que eles chamavam camisetas, que eram mais curtas as dos homens e mais compridas as das mulheres, sem outra alguma roupa interior. Eram as ditas túnicas de tapuirana, que é um certo tecido de algodão entre os nossos índios, com a diferença, que o de que usavam os ditos espanhóis era entremeados de listras de lã tinta de encarnado. Engrandeceram muito a bondade do Comandante de Borba e pediram a Sua Exa. a permissão de voltarem para se estabelecerem naquela Vila, no que Sua Exa., conveio, passando a recomendar ao Comandante o zelo que devia ter em aproveitar a indústria dos ditos, facilitando-lhes o uso e o trabalho dos teares para no seu método de tecer ficarem igualmente instruídos os nossos. Consta o que fica dito pelas cópias das cartas que lhe dirigiu na data de 25 de janeiro de 1787.

Barcelos, 20 de fevereiro de 1787

Alexandre Rodrigues Ferreira

* * *

PARA O COMANDANTE DO REGISTRO DA VILA DE BORBA, EM DATA DE 25 DE JANEIRO DE 1787.

A noite passada recebi a carta de V. Mercê que trouxe a data de 5 do corrente mês e, com ela, a relação que a acompanhou dos oficiais e mais índios capazes de serviço pertencentes a essa Povoação, em conformidade do que eu a este respeito lhe tinha ordenado.

Se me apresentaram juntamente os dois índios e três índias da nação espanhola, que desertando das suas terras confinantes com o Mato Grosso, aí vieram ter na forma que V. Mercê me participa; e como as ditas pessoas me disseram que se queriam estabelecer nessa Vila, eu as faço agora mesmo regressar, para que nela fiquem fazendo-as V. Mercê agasalhar e sustentar como for possível, enquanto não fazem as suas roças; e defendendo que se não incomodem com alguma violência para que se não desgostem e por isso se retirem.

Para o mesmo

Além do que agora mesmo tenho escrito a V. Mercê em outra carta, acrescento nesta em dizer-lhe, que os dois casais de índios espanhóis que aí se vão estabelecer, mandei aqui dar o seguinte: — dois machados, duas foices, dois chapéus, uma peça de Bretanha e uma dita Cadiaz, para os dois homens, sendo a peça de Bretanha e a de Cadiaz para entre ambos se repartirem de forma que cada um fique com sua camisa e seu calção; e assim mesmo três ferros de cova, três peças de Cadiaz e uma dita de Bretanha, para saias e camisas das duas mulheres e filha, indo mais duas cabeças de linhas brancas, para se coser toda a referida obra.

Como esta gente sabe tecer os panos de algodão de que vêm vestidos, talvez seria bom estabelecer-lhe aí teares e comprando-se-lhe o algodão, fazê-la nisso trabalhar, conforme a qualidade de tecidos que parecer poderão ter melhor saída, em ordem a que assim se possam vender depois de descontado no preço e custo do algodão.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 25 de janeiro de 1787 — *João Pereira Caldas*

(Códice B.N. 71.1.41)

XVIII — MEMÓRIA

SOBRE OS INSTRUMENTOS DE QUE USA O GENTIO PARA TOMAR O TABACO — PARICA, OS QUAIS FORAM REMETIDOS NO CAIXÃO Nº 7 DA PRIMEIRA REMESSA DO RIO NEGRO

Todo este aparelho é preciso ao gentio Magué, para tomar a seu modo o tabaco — Paricá. Consta de um almofariz — Induá — com a sua mão — Induá-mena; uma escovilha — tapixana; um caracol — yapuruxitá; uma prancheta de madeira e dois ossos das asas de uma ave, juntos um ao outro. Veja-se a explicação seguinte:

Serve de almofariz uma das metades em que dividem a cápsula das castanhas chamadas — do Maranhão. Pisam e reduzem a pó sutil os frutos da árvore — Paricá — depois de torrados. Nele consiste o seu mais estimado tabaco.

A que parece escovilha é um feixe de sedas da cauda do tamanduá. O seu uso é o de limpar o almofariz e o de estender o tabaco pelo vazado da prancheta.

O caracol (Helix terrestris) pela serventia que tem, toma o nome de — Paricá-reru — que quer dizer — Caixa de Paricá. Com algum outro pedaço de concha da mesma espécie tapam a boca do caracol. Grudam-no com resina do Anani; e sem mais custo fica feita a caixa de tabaco. Para o introduzirem nela e para o vazarem na prancheta, abrem o vértice da espira e na abertura grudam o bocal que é um gargalo de um cabaço.

A prancheta costuma ter a figura de algum animal. A que tem a da amostra, dizia o Índio seu dono, que era a de um jacaré. A figura e os lavores são feitos com os dentes das cutias e de outros animais; estes são as suas goivas, formões, plainas, etc. Da madrepérola da concha — itãa, fingem os olhos embutidos nas cavidades, que os devem representar. A extremidade da peça representa uma pá vazada do meio para baixo. Chama-se Paricá-rendana. Vale o mesmo que — Lugar em que se vaza o Paricá.

Os dois ossos dos braços das asas, escolhem-se daquelas aves que os têm mais compridos. Tais são os Tuiuius, Maguaris, Ajajás, etc. Tiram o tutano a ambos, ajuntam um ao outro, mediante o tecido de um fio fino de algodão e com a interposição das duas como costas que tem e são da palmeira — Paxiúba, impedem que do meio para cima se ajuntem tanto que não fique medido e separado o intervalo das ventas. Para os aproximarem a elas grudam nas suas extremidades superiores os 2 coquilhos da palmeira — Yu-hue, tirado de dentro o miolo, descascada a casca exterior e abertos os buracos. Veja-se o modo de tomar o Paricá.

Despejada no vazado da prancheta a porção que se há de tomar, nele se espalha por igual com o cabo da escovilha, que representa uma catrabucha. O que a há de tomar pega com a chave da mão esquerda no enfranque da prancheta, que parece o pescoço do jacaré; e tendo voltado para si o vazado dela, com a direita aproxima às ventas as extremidades superiores dos dois ossos e, ao vazado da prancheta, as inferiores. Assim serve pelos dois sifões a porção que despejou para a tomar. Dele usa o Gentio nas grandes bacanais, chamadas do Paricá; e para elas tem uma casa grande feita de propósito, sem repartição alguma e porisso denominada casa do Paricá.

Principia a cerimônia das bacanais por uma cruelissima flagelação. Açoitam-se reciprocamente uns aos outros com um azorrague dos couros do peixe-boi, anta ou veado. Na falta disto supre uma corda de pita bem torcida, do comprimento de uma braça. Tem na extremidade uma pedra ou outro qualquer apenso, que seja sólido e que fira. Açoitam-se de dois a dois. O paciente recebe os açoites de pé e com os braços abertos, enquanto o flagelante o fustiga à sua vontade. Pouco depois passa o flagelante para flagelado e assim cada parelha segue o seu turno. Nisto consomem 8 dias eles na cerimônia da flagelação e as velhas na preparação do Paricá e na dos vinhos das frutas e do beiju. Segue-se a função de participarem, deles os que participaram dos açoites. A virtude narcótica do Paricá, o modo de o sorver e a demasia dos vinhos, obram com tanta violência que os que não morrem algumas vezes sufocados do tabaco, caem semi-mortos e caídos ficam até lhes passar a borracheira. Passada a primeira, principia a segunda. É do estatuto da festa durar a borracheira tanto quanto durarem os açoites.

Barcelos, 13 de fevereiro de 1786

(Códice B.N. 21.1.26)

Fig. 4 — *Indio com narigueira*

— Livro Biblioteca Nacional 21.10, Estampa 4

XIX — MEMÓRIA

NOTICIA DA NAÇAO JUIOANA A QUE CHAMAM HOJE SUCACA

A nação Juioana foi a que sempre habitou a Ilha Grande de Joânes (*). Teve esta Ilha este nome por perverter o nome da dita nação Juioana em Joânes. Deram depois a esta nação o nome de Sacaca por causa que indo muitos destes Índios trabalhar na Fortaleza da Barra com outras mais nações, o feitor índio que eles levaram era austero, dizia sempre aos seus que governava, pela sua gíria *Sacacon*. Esta palavra quer dizer aviar com o trabalho. As mais nações que ouviam dizer muitas vêzes aquela palavra, entraram a chamar-lhe Sakakas, com este nome ficaram até hoje.

Esta ilha tinha mais nações de índios, como eram Aruans, Moco-ons, Ingahíbas, Mariapan e Karipunas.

A nação Sakaka hoje deste nome, existe na vila de Monforte, hoje assim chamada e antes a aldeia de Joânes dos padres de Santo Antônio. O orago da Igreja era de Nossa Senhora do Rosário, o qual ainda hoje conserva.

Esta nação sempre habitou pelos centros desta ilha, pelas paragens hoje assim chamadas, Laranjeiras, Frigeiras, Três Irmãos, Curuxis e por outras mais ilhas, as quais estão pelo meio dos

---

(*) Chama-se de ilha de Joânes, porque havendo sido povoada de diversas nações de índios, como Aruans, Moco-ons, Ingahibas, Mariapans e Karipunas, entre estas a povoou também a nação Juioana; eis aqui o nome que depois com o tempo as converteu no que hoje tem no de *Joânes* *. Tal é a informação que dá a tal respeito o Sakaka Severino dos Santos, Sargento-Mor da ordenança dos ditos índios da vila de Monforte. É um índio, pelo que dele alcancei, suficientemente versado nas coisas do país, civilizado já pelo menos com a civilidade de haver aprendido a ler e escrever, conta de idade setenta e tantos anos, fala expeditamente e assim entende a língua portuguêsa e portanto nenhum escrúpulo faço de subscrever as suas informações.

(Códice, B.N. 21.1.1. nº 3)

campos em cabeceiras de rios, ou junto a lagos dos quais desceram para a margem da costa, donde se acha hoje aquela vila, por se verem perseguidos dos índios da nação Aruans, que eram seus inimigos e mais a nação Tupinambá.

Pela nação Karipúna que eram seus camaradas tiveram notícias que se achava gente branca na parte onde hoje é a cidade do Pará, a qual era muito valorosa e com esta fama a procuravam passando a outra banda da baia em canoas que lhes deram os ditos seus camaradas Karapúna. Chegando à cidade tiveram a fortuna de acharem lá um parente seu o qual lhes serviu de intérprete para falarem ao branco que governava o Pará, o qual era Capitão-Mor. Este dito seu parente estava feito Capitão da Nação Tupinambá, o qual tinham apanhado no campo desta ilha sendo ainda rapaz e depois o batizaram e lhe puseram o nome de João; tinha a alcunha de Sapatú.

Fazendo os Sakakas a sua fala a quem governava o Pará naquele tempo e dizendo-lhe que iam buscar a sua proteção e que concedendo-lhe a mercê de lhe dar cem soldados com alguns oficiais para os ajudarem a vencer na guerra aquele grande inimigo Aruans, que eles se obrigavam a sustentar os soldados e se sujeitariam ao domínio de EL REI de Portugal sendo seus leais vassalos. Foi aceita esta fala e executada logo mandando-se-lhe um destacamento de soldados com um capitão com seus respectivos oficiais. Estando os ditos Sakakas já aposentados na sua aldeia, hoje vila de Monforte, com os soldados foram acometidos pelos Aruans e saindo-se-lhe ao centro junto com os soldados fizeram uma mortandade grande nos ditos Aruans e os acabaram de matar na praia do rio da água doce, distante da aldeia meia légua, costa abaixo, ficando aquela praia alastrada de corpos mortos e só escapando aqueles que estavam guardando as canoas em que os ditos Aruans tinha vindo.

As quais canoas estavam metidas no rio Juvin, aonde tinham feito o seu desembarque; os quais fugiram nas canoas que estavam vigiando e levaram notícias aos mais que ficaram tão intimidados que nunca mais vieram. Mas o destacamento se conservou sempre; mas no tempo do governo do Sr. Manoel Bernardo de Melo de Castro, ainda se nomeava capitão com o título da fronteira de Joânes, sendo o último nomeado no seu governo Matias Paes de Albuquerque, o qual era o oficial maior da Secretaria do Estado do Pará. Este governador mandou buscar a última peça de artilharia que ainda lá havia posta em uma fortaleza, que hoje está demolida, por ter sido feita de terra.

A nação Aruan se repartiu por várias aldeias, como são a da Najátuba, hoje vila de Chaves, a aldeia da Conceição, hoje vila de Salvaterra e pela aldeia de São José, hoje o lugar de Mondim. Eram todas dos padres Capuchos.

A nação Ingahiba existe em duas povoações que hoje se chamam Vila de Conde e Vila de Beja, chamadas algum dia de aldeias de Suma-uma, Murtigura. Eram dos padres da Companhia.

As nações Mocoões (atual denominação de um rio), Mariapan, Kadipuna já se acabaram e por acaso se acham algum descendente deles.

Estas notas todas deu a Sakaka Severino dos Santos, Sargento-Mor da ordenança dos ditos índios Sakakas, o qual é o mais civilizado entre eles e se acha na idade de setenta e tantos anos e tem toda esta notícia por tradição dos seus parentes. Sabe ler e escrever, é livreiro e tem bom discernimento e por este motivo se faz esta lembrança para a todo o tempo constar. Monforte, 15 de novembro de 1783.

XX — MEMÓRIA

NOTÍCIAS DA VOLUNTÁRIA REDUÇÃO DE PAZ E AMIZADE DA FEROZ NAÇÃO DO GENTIO MURA NOS ANOS DE 1784, 85 E 86

DO FURRIEL COMANDANTE DO DESTACAMENTO DO LUGAR DE SANTO ANTÔNIO DO MATARIPE (*) NO RIO JAPURÁ

Ilmº e Exmº Sr. — Dou parte a Vossa Excia. que, sendo chamado à Vila de Ega pelo primeiro comissário, quando me recolhi para o destacamento achei a novidade que no dia três de julho tinha o gentio Mura chegado a esta Povoação, às dez horas do dia onze em termos de Paz; ocasião tal em que só se achavam o padre Vigário e um soldado, pois os dois outros que existiam se achavam em serviço fora dela, e por participação do mesmo padre sobre as práticas que com eles tive, veio ao meu conhecimento dirigirem-se outros para conhecerem a força da Povoação e não ao intento que expressaram, pedindo facas e mais ferramentas precisas, de onde resultou que o mesmo Vigário, temendo os bárbaros, mandou pelos seus rapazes chamar o Diretor da Povoação, que se achava fora, na fatura de um casco de canoa; e este prontamente acudiu, como também os dois soldados, e havendo conferências, o Vigário e o Diretor consideraram por melhor de os deixar irem em paz, por ignorarem se em maior quantidade estavam ocultos, como de fato assim era; estes eram cinco, todos eles falavam bem a língua geral e confessaram serem um de Maturá, outros de Airão, pegados em pequenos, e que além deles haviam outros mais, com a gente que ficou oculta à espera destes a pouca distância desta Povoação; do que tudo resultou receberem-nos como Prática verdadeira e leais a esta Povoação, pois protestaram de não fazerem mais mortes na gente dela, tanto assim exageraram que não querem, pois atualmente viam os pescadores e todas as canoas, que deste lugar saem, como também precaver-nos de que, atrás deles, vinha maior quantidade de Muras mais bárbaros, que entre si não admitiam gente ladina de aldeias, a nada perdoavam e a tudo o que topam matam, de que resultou o Diretor brindá-los com vinte e cinco facas, um machado, um alqueire de farinha e um arpão, só a fim de ver, por estes meios, se abrandam estes cruéis ingratos, de que mostraram

(*) Também chamada Imaripi ou Mapiri.

irem satisfeitos; também disseram que se iam refazer de tartarugas e assolarem ao gentio que fica por este rio; quando os destruíssem e eles acabassem com as suas rocas, prontamente voltavam, chegando a esta Povoação com algumas tartarugas como remuneração do brinde que se lhes fez e pelas conferências que temos tido mais preferimos ser traição que outra qualquer coisa; pois, na noite em que se contavam seis dos presentes, às dez para as onze horas, pouco mais ou menos, foram vistos dois Muras pelos índios Pazés, donde assim se pode julgar, virem reconhecer o número de casas pela incerteza que tinham aqueles; os que foram vistos por conta que me deu o padre, eram quarenta, em dez embarcações ubás e cascas de pau; nestes termos, e vistas as razões, não nos atrevemos a dar um passo que seja fora desta Povoação e por este motivo recorro a V. Excia. e aos Srs. do Governo, que me socorram com alguns soldados, ao menos para completar o número do destacamento. Deus guarde a preciosa pessoa de V. Excia. muitos anos, Maripi, 12 de julho de 1784 — Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas — Beija as mãos de V. Excia. seu mais humilde e obsequioso súdito — *Manoel José Valadão*.

DO TENENTE-CORONEL PRIMEIRO COMISSARIO DA QUARTA PARTIDA DE LIMITES — JOÃO BATISTA MARDEL

Ilmº e Exmº Sr. — As cartas inclusas que não copiei por não haver tempo, assim também como o portador desta, porão Vossa Excelência a par do sucesso acontecido em Maripi.

Deus guarde a V. Excia. muitos anos. Ega, 14 de julho de 1784 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel*

Note-se

Que as acusadas cartas eram do Comandante e do Diretor daquele lugar do Maripi, semelhantes na substância à precedente participação do referido Comandante.

PARA O SOBREDITO TENENTE-CORONEL, EM DATA DE 11 DE AGOSTO DO MESMO ANO

Nele por agora (falando do lugar do Maripi) se conservaram também mais quatro auxiliares para precaver-se de algum insulto do gentio Mura, pois apesar de todas as promessas de paz e amizade não se pode deixar de tomar as necessárias providências.

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL EM DATA DE 23 DO SOBREDITO MÊS E ANO

Finalmente de outro ofício de V.M., em data de 14, vejo o sucesso relatado a respeito de alguns índios Muras, que em figura de Paz vieram ao lugar do Maripi; e como sobre isto já antecipei a V.M. proximamente a precisa resposta, nada mais me resta dizer-lhe do que restituir-lhe as próprias cartas, porque o Diretor e o Comandante do destacamento deram a V.M. essa parte, sendo semelhantes às que também a mim me dirigiram.

Note-se

Que ao Comandante se respondeu ao mesmo tempo com referência ao que se ordenou ao mencionado Tenente-Coronel.

DO DITO COMANDANTE

Ilmo. e Exmo. Sr. — No dia que se contava 12 do corrente, pelas oito horas do dia, apareceram neste porto duas ubás com quatro índios, que são os que servem para falar a língua dos Muras, e dizendo que os ditos estavam aí perto, que queriam vir me falar; trouxeram cinco tartarugas como presente, de parte do Principal e umas poucas raízes de salsa, coisa pouca; estivemos persuadindo que viessem e trouxessem as mulheres para lhes dar alguma coisa; partiram para onde estava o Principal, seriam duas horas da tarde, com pacovas, alguma farinha e beijús, para darem ao Principal; que no dia seguinte voltassem, como voltaram; chegaram a este porto seriam sete horas do dia. Não consenti que viessem do porto para cima, senão o Principal e os intérpretes. Estivemos a conversar e a ouvir o que diziam e passado algum tempo mandei que fossem para a casa do Principal para se lhe dar alguma coisa para comer e se inteirar da derrota que indo daqui levava; disse que ia para o lago do Amaná ver um irmão que por lá andava com outra gente e contar-lhe que tinha feito as pazes com os brancos; que não fizessem mal a ninguém, viesse ter conosco aqui, procurando pelos outros que aqui tinham vindo da outra vez; deram por resposta que tinham ido pelos Pureus a dar em outros seus inimigos e como estivessem tardando muito a chegar e já se ter esgotado o tempo que tinham ficado de vir ter conosco, por essa causa não vinham todos, mas que logo haviam de vir atrás; não deram tempo certo e procurando por eles disse que não sabia se daria logo com os parentes, que dando com eles então é que havia de vir; disse-lhe, como ele ia para baixo, se queria ir falar com o Tenente-Coronel, que havia de gostar muito

de o ver e que lhe havia de dar muitos presentes; disse que sim, mas logo pediu para mandar soldados com ele, mas em outra canôa; disse que ele andava mal disposto na barriga, que não se achava capaz de andar com os brancos, que quando eles viessem de baixo havia de ir falar com o Tenente-Coronel, pois ele também o queria ver; a este Principal acompanhavam vinte e oito índios, um rapaz e seis mulheres, em sete ubás; os outros parece que ficaram de guarda às mulheres, porque eles mesmos disseram que as demais mulheres não quiseram vir, porque tinham medo; viram mais ubás que andavam à vigia pela outra banda e as mulheres que aqui vieram a cada uma se lhe deu um espelho, uma gargantilha, umas poucas miçangas; aos índios se lhes deu a cada um dos que aqui vieram, uma faca, um berimbau, três anzóis, um bico de flecha, duas sararacas e ao Principal foi dado mais uma foice e três machados; duas foices para que ele desse a quem lhe parecesse, e dois paneiros de farinha.

Deus guarde a V. Excia. muitos anos. Maripi (*), 15 de janeiro de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — Beija as mãos de V. Excia. seu mais humilde e obsequioso súdito — Manoel José Valadão — Furriel e Comandante.

Ilmº e Exmº Sr. — Sem embargo na parte que relatei a V. Excia. sobre o gentio Mura, dizendo que não se resolvia a ir ter com o Tenente-Coronel senão quando viessem de baixo, passados dois dias que daqui tinham partido, chegaram pela segunda vez os intérpretes ao porto, dizendo que da parte do Principal este pedia que se ainda não tinham partido para baixo, que ele queria ir; chegaram com a família toda, eram mais de quarenta ubás, mas não foram todas à Vila do Ega porque o Principal disse que as mulheres não fossem com ele e foram esperá-lo no lago do Amaná.

Deus guarde a preciosa pessoa de V. Excia. muitos anos. Maripi, 16 de janeiro de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — Beija as mãos de V. Excia. seu mais humilde e obsequioso súdito — *Manoel José Valadão*.

DO REFERIDO TENENTE-CORONEL

Ilmº e Exmº Sr. — No dia 18 do corrente apresentou-se neste quartel o Diretor de Maripi trazendo um Principal Mura e dez índios seus vassalos, acompanhados de três intérpretes, um que foi rapaz da povoação de Carvoeiro e dois de Castro de

---

(*) Também Uimaripi ou Mapiri.

Avelans, tendo deixado mais de cem pessoas fora da boca, por temerem entrar.

Fiz as mais eficazes práticas, premiei-os com o que mandarei em outra ocasião dizer a V. Excia.; prometem paz e que sairão; mas que agora iam informar todos os parentes que se acham por ambas as margens do Amazonas e Madeira, do mesmo acordo. Deus lhe ponha a virtude.

Sempre os adverti de que, quando aparecesse alguma canoa nossa, se apresentassem sem armas e dizendo: — Camarada Matias, cuja advertência também faço aos nossos que daqui vão e forem, para que lhes não atirem e acabem por destruir uma obra que leva tão bom princípio.

Deus guarde V. Excia. — Ega, 22 de janeiro de 1785 — Ilm° e Exm° Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL

Acabando de acusar em outra carta todas as recebidas de V. Mercê com data de 22 de janeiro, e tendo delas respondido às que compreendiam o primeiro maço, agora continuarei a fazê-lo às do segundo, tratando unicamente nesta sobre a notícia dos Muras, que V. Mercê me participa na que veio marcada com o n° 1.

Vejo, pois, como um Principal, acompanhado de não pequeno número de pessoas, saiu do lugar, no rio Japurá, em desempenho da promessa alguns meses antes feita pelos do primeiro troço alí aparecidos; vejo que o dito Principal, com parte dos seus índios (havendo por medo deixado outra maior parte na boca desse lago) se resolveu a ir falar a V.M., e o que de oportunas práticas e agrados V.M. com ele se entendeu, o que me deixa contente e muito satisfeito, porque, não obstante, desde logo não devamos dar inteiro crédito às promessas daqueles bárbaros, e que por ora sobre eles e sobre alguns seus pretendidos enganos, nos devemos com prudência e cautela regular, também não devemos duvidar da infinita misericórdia de Deus, para que Ele permita que se realize uma obra tanto de sua glória, e tanto da sua piedade, em libertar a estes miseráveis povos de tão cruel flagelo.

Em tais termos, pois, se aí tornarem, lhes continuará dispensando V.M. o mesmo agasalho e toda a conveniente prática que V.M. saberá bem intimar-lhes, propondo-lhes a principal felicidade, que obterão se forem conduzidos ao gremio da igreja e à vassalagem da rainha Nossa Senhora, que protege e manda tratar os índios com a maior humanidade, ainda mesmo perdoando-lhes

os seus insultos e delitos, como pode constar se praticou com os do rio Branco e se tem também praticado com outras muitas Nações; sendo do tempo do meu governo na capitania do Piauí, também consta o que alí se obrou com a nação dos Quegues (?), de igual ferocidade, e que posto por diferentes princípios, como foi o da guerra, que lhes dispus, em execução das Reais ordens, se reduziu e estabeleceu com muita utilidade daqueles habitantes, e não menor interesse do serviço de Sua Majestade. E que enfim, se continuarem eles, Muras, nos insultos e excessos que têm praticado, só a sua última ruina podem esperar, uma vez que se tomar essa precisa e indispensável resolução.

Será também conveniente que V.M. indague a sua força, as povoações que têm e em que sítios, para onde querem descer e para que número de povoações terão suficiente porção de gente, sendo que, a ser muita, nunca convirá que fique toda junta, ou as povoações muito vizinhas umas das outras, para lhes dificultar alguma futura sublevação, a qual melhor, e desde logo se precaveria, se fosse possível passá-los a algumas mais remotas situações da capitania do Pará; mas a isto não será provavelmente possível de os persuadir e capacitar.

Suposta a senha que eles deram de: — Camarada Matias e de se apresentarem sem armas aos nossos viajantes, assim irão advertidos os que daqui saírem, se bem que sempre precavidos, para que não experimentem alguma traição.

Deus guarde a V.M. — Barcelos, em 4 de fevereiro de 1785 — *João Pereira Caldas*.

Note-se

Que na mesma ocasião se deu também resposta ao Comandante do lugar do Maripi, advertindo-o de que pelo sobredito Tenente-Coronel, se lhe distribuíam as correspondentes ordens.

DO MESMO TENENTE-CORONEL

Ilmº e Exmº Sr. — Tendo participado a V. Excia. que em 17 de janeiro do presente ano veio falar com o Diretor do Maripi um Principal Mura, e o mais que com ele passei, agora vou dar a V. Excia. a gostosa notícia de que em 10 de março veio outro troço que acompanhava o dito Principal; tinha aparecido a primeira vez em Maripi, mas ao tempo que o Principal veio com a sua gente falar-me, que foi os que tinham prometido aparecer; não veio este último troço capitaneado por um índio de nome Ambrósio, por ter ido ao rio dos Pureus acabarem, como dizem acabaram, uma nação por ordem do sobredito Principal.

Este índio Ambrósio, que é de corpulenta e quase gigantesca figura por ser mais alto, mais fornido e musculoso do que eu, veio enfim falar-me, trazendo em sua companhia a mulher que é Mura, com quem se casou a seu modo no rio Madeira, segundo me explicou, no lago dos Autazes onde, em dilatadas campinas, tem o Mura grande poder; e, por conseqüência, muitas roças de mandioca, milho e outras frutas de que vivem com fartura, além da pesca de que os fornece o mesmo lago de peixe-boi e tartarugas, com outros inumeráveis peixes.

Ele falando mal a língua geral, mas em tudo murificado, até nos dois ossos como grandes dentes que traz, um no beiço de baixo e outro no de cima, por terem os Muras o apanhado na povoação de Paracuari e terem-no assim desfigurado; uma irmã, que aqui trouxe consigo, pagã, por ter sido apanhada ainda pequena, mas falando bem a língua geral com a mãe, que também veio, e com ele foi apanhada, por nome Joana.

Esta Joana serviu de intérprete e entre todas as práticas que lhe fiz, ainda que não tão enérgicas como Vossa Excelência é servido instruir-me, me respondeu que ele ia já dar princípio à sua povoação no lago de Amaná, em uma tapera onde, em outro tempo, esteve a povoação de Alvarães e que por causa do mesmo Mura se retirou, sendo aliás as terras muito pingues e o lago abundantíssimo de pescado, como as suas margens de salsa, de cacau e outras drogas que fazem o comércio do Estado.

Que ele depois de dar princípio à povoação que pretendia fazer grande, para o que já trazia um Principal Yumâna como parte de sua gente, toda corpulenta e muito trabalhadora, devendo depois vir o resto que nas terras do Japurá desta nação ficaram; pretendiam passar ao Juruá, praticar o Mura daquele rio, de quem ele era sócio, e po-los em paz, induzindo-os a ficar, ou no mesmo Juruá, ou descerem com ele e aumentar a povoação no mesmo Amaná (*).

O Principal Yumâna, que separadamente pratiquei, me disse que, obrigado pelo medo que o sobredito Ambrósio lhe infundira, descia e pretendia estabelecer-se com ele, e que, antecipadamente, teria já descido para o Maripi, se o tivessem ido buscar nas muitas vezes em que pediu.

Apresentou-se-me este troço do Ambrósio e/ Principal Yumàna, com dezenove pessoas adultas e algumas crianças; entre aquelas vinham dois Muras, um cunhado do Ambrósio e outro que, suponho, seja espia, que para o acompanhar teria deixado

(*) Também Amana ou Amanã.

o primeiro Principal que me apareceu e que pratiquei; diz também que pretende no mesmo lago, onde tem muitos aliados Muras, fazer a sua povoação, que se entendeu ser junto com o dito Ambrósio, depois que terminasse de fazer aos mais Muras a prática que já participei a V. Excia. no meu ofício de janeiro próximo passado.

Deste troço, como do primeiro, foram mais de cem almas em direitura para o Amanã, receando vir à minha presença; mas conversaram no Maripi e no caminho com o Diretor, a quem verdadeiramente se deve ser o instrumento de quem Deus se serviu, e que espero frutificará esta grande obra, podendo-se dizer por este *revelas te parvulis* etc.

Ao Diretor facilitei, por m'o pedir, o ir ao referido lago do Amanã à colheita da salsa, tanto para o viático da igreja do Maripi, como para vestir alguns índios novos daquela povoação, aos quais se tem dado, por não haver parte do prêmio permitido: isto é, o Governo da Capitania, no qual eu me achava quando se supriu com o que havia.

Recomendei ao mesmo tempo ao referido Diretor, observasse e visse o que o Ambrósio fazia, e de tudo me desse parte, para que eu o relatasse assim a V.Excia., a cuja respeitável presença incluo neste a relação do que de prêmios deste Armazém da Partida se distribuiu por ordem minha, como, e nas mesmas parcelas dela se declara.

Quando o Ambrósio me vier falar, como prometeu, eu farei as interrogações que V.Excia. ordena, que (refletidamente) não tinha feito para não dar suspeita a um homem que a estava indicando na fereza com que se comportou; mas que declinou muito quando viu liberalizar as peças que se lhe deram, acompanhadas das mais intimativas práticas, e que se parecerem excessivas as peças, estou pronto a pagar pelos meus soldos.

Das promessas que o primeiro Principal Mura me fez de praticar os mais de uma e outra margem do Amazonas, já se percebeu alguma utilidade (segundo me dizem e que ainda não dou por certo), pois, aportando algumas canoas de pesca em uma praia, perceberam muitas canoas de gentio por detrás de uma ponta, e querendo fugir, eles desarmados correram a clamá-los: camarada, camarada! e com eles estiveram satisfeitos e sem dano; não tendo tido tempo de me informar da verdade, quando a souber, a certificarei a Vossa Excelência.

Deus guarde a V. Excia. Ega, 15 de março de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

Relação do que se mandou dar do real armazém do depósito desta Vila de Ega, por ordem do Sr. Primeiro Comissário desta quarta partida ao diretor do lugar de Santo Antonio do Maripi, Matias Fernandes, para ali ser repartido por modo de prêmio, ao gentio Mura, que pretende habitar no dito lugar; como também do que receberam nesta Vila em presença do dito senhor, o seguinte:

POR ORDEM DE 15 DE JULHO DE 1784

SE REMETEU AO DITO DIRETOR O SEGUINTE

Quatro machados	4
Seis foices	6
Quatro chapéus pequenos	4
Três dúzias de facas	3
Trinta gargantilhas	30
Dez maços de velas sortidos	10
Duas dúzias de espelhos	2
Três dúzias de berimbaus	3
Duzentos e cinqüenta anzóis pequenos	250

DO QUE RECEBERAM NESTA VILA

POR ORDEM DE 19 DE JANEIRO DE 1785

Quatro machados	4
Quatro foices	4
Dois ferros de cova	2
Doze facas	12
Doze trinchetes	12
Doze arpões de tartaruga	12
Vinte e quatro bicos de flechas	24
Vinte e quatro sararacas	24
Doze navalhas de barba	12
Vinte e cinco varas de pano de algodão	25
Três maços de velas sortidos	3
Um enxó de canoa	1

DA MESMA FORMA

POR ORDEM DE 10 DE MARÇO DO MESMO ANO

Dez machados	10
Dez foices	10
Dezesseis facas	16
Dezoito trinchetes	18
Trinta e sete bicos de flechas	37
Vinte e cinco sararacas	25
Trinta e dois arpões de tartaruga	32
Sete cabeças de velas	7
Quatro cabeças de granadas brancas	4

RECENSEAMENTO DE TODA A CONTA

Machados, dezoito	18
Foices, vinte	20
Ferros de cova	2
Facas, sessenta e quatro	64
Trinchetes, trinta	30
Pano de algodão, varas	25
Chapéus pequenos, quatro	4
Espelhos, vinte e quatro	24
Arpões de tartaruga, quarenta e quatro	44
Bicos de flechas, sessenta e um	61
Sararacas, quarenta e nove	49
Navalhas de barba, doze	12
Gargantilhas, trinta	30
Berimbaus, três dúzias	3
Anzóis brancos, duzentos e cinqüenta	250
Velas sortidos, maços três	3
Cabeças de granadas, quatro	4

EGA, 11 de março de 1875 — *Pedro José Pereira*

Ilmº e Exmº Sr. — Sem embargo de se não verificar, mais que, por umas leves notícias, o que participei a V. Excia. em 15 de março, terem os Muras praticado de paz com uns pescadores nossos, agora se me verificou caso idêntico pela parte inclusa.

Tenho também notícia certa de que o Ambrósio, capitão do segundo troço, principiara logo que foi daqui a roçar no Amaná, de onde veio com muitos dos seus, trazer uma boa porção de tartarugas a um parente seu que é meirinho na povoação de Nogueira, e onde se demoraram com danças e com boa harmonia; não tenho certeza ao fazer esta, se já se foram outra vez.

Mandando a Alvarães, também m'o participou vocalmente o Diretor que lá se achavam três índios e duas índias Muras, que debaixo de paz foram àquela povoação. Como isto não é obra de um dia, Deus lhe ponha a virtude.

Deus guarde a V. Excia. Ega, 17 de abril de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

Senhor Tenente-Coronel Primeiro Comissário — No dia 14 de março chegaram à minha presença, recolhidos de uma pescaria, os dois soldados auxiliares Caetano de Lira e Agostinho de Carvalho, e um índio por nome Francisco, os quais me disseram que, indo andando pela margem do Solimões, que chamam Paricatuba, encontraram cinco canoas de Muras; que os ditos auxiliares e índios quiseram atirar, porém, vendo que os referidos

Muras não pegaram logo em arco e flecha, para a defesa, se levantarem e em altas vozes gritaram — camaradas Matias — tenente-coronel; e para maior sinal, mostraram também uma camisa e um calção; vendo, porém, os referidos auxiliares e índios, ser aquela a senha que V. Mercê em um ofício me participou para eu instruir os moradores deste lugar, logo aportando ao pé das canoas dos ditos Muras, com ele estiveram; e, na despedida, forneceram aos ditos gentios alguma farinha; tornando a partir, sem que houvesse alguma novidade que pussesse em suspeita o dito gentio.

Deus guarde a V. Mercê. Alvelos, 18 de março de 1785 — Diretor *Domingos de Macedo Ferreira.*

Ilmº e Exmº Sr. — Demais do que participo a V. Excia. na carta nº 4, acresce a notícia da carta inclusa que recebi justamente ao fechar este saco, e de que não deixei cópia.

Deus guarde a V. Excia. Ega, 17 de abril de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

Sr. Tenente-Coronel — Têm os Muras roçado um bom roçado e estão continuando a roçar mais. Não topei cá o capitão dos Muras, Ambrósio; disseram os Yumânas que tinha ele ido para Nogueira; V. Mercê lá saberá se assim é ou não.

Cá recomendei aos meus índios que andam em diligência, de ajuntar alguma salsa e jabutís; destes últimos só apereceram quatro, que são os que remeto.

O Furriel me disse que havia dado parte a V.M. da minha saída e chegada, se V. Mercê puder dispensar, para se livrar o trabalho dos índios.

Deus guarde a V. Mercê muitos anos. Lago do Amaná, 16 de abril de 1785 — De V. Mercê súdito venerador e criado — *Matias Fernandes.*

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL

De uma carta de V. Mercê datada de 15 de março, nº 1, e de duas mais de 17 de abril (nºs 4 e 9), fico cabal e circunstanciadamente informado de quanto daí felizmente se tem obrado, e tem demais ocorrido sobre as boas disposições de paz e amizade que se continuam a observar no gentio Mura; havendo já um troço destes dado princípio ao seu estabelecimento no vizinho lago Amaná, conforme presenciou e o relata o Diretor do Maripi — Matias Fernandes, e sendo porisso tanto mais de se esperar

o bom sucesso que desejamos, remetendo eu a V. Mercê inclusa a própria carta do dito Diretor.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 3 de maio de 1785 — *João Pereira Caldas.*

DO MESMO TENENTE-CORONEL EM DATA DE 29 DE MAIO

Ilmº e Exmº Sr. — Ao ofício nº 2 respondo com a referida participação nº 2 que na primeira carta aponto.

Nº 2

Ilmº e Exmº Sr. — Dizendo a V. Excia. na resposta nº 2 que em ofício de participação diria a respeito de Muras, agora vou participar a V. Excia. que: —

Chegando a Ega, na tarde de 27 do passado, quatorze canoas de Muras com sessenta e uma almas, entre cinqüenta índios, cinco mulheres, três rapazes e três raparigas, o Major segundo comissário enviou a este lugar em duas das suas mesmas canoas os dois Principais, que capitaneavam aquele troço, sendo um deles o primeiro, que me veio falar em janeiro, e um outro novo, que consigo trazia, e era Mura legítimo dos que habitavam o rio Purus, e que, sendo bastante parecido, quanto permite aquela vida selvagem em que andam, disseram tinha grande ascendência sobre todos os outros, que habitam a margem meridional do Amazonas e rios colaterais, que nele pela mesma margem desaguam.

Depois do primeiro Principal me dar conta de que, em virtude da fala, que eu lhe havia feito da primeira vez, vindo com o Matias de Maripi, tinha passado a prática de paz a todos os Muras da referida margem meridional até à sua foz; que todos a tinham aceitado e que para provar a sua verdade me trazia aquele Principal novo, esperançando-me de trazer outros do rio Madeira para onde se encaminhava a fim de pôr aquele gentio do mesmo acordo, como antecedentemente me tinha prometido.

O principal novo, que me participam fora muito satisfeito com o pequeno prêmio que lhe mandei dar e que consta da relação inclusa, e dos muitos presentes que diferentes pessoas lhe fizeram, depois de deixar um rapaz ao Alferes Francisco Xavier, diz que, para se civilizar, partiu com toda a sua comitiva no dia 29, no qual, indo ao quartel da minha residência, e estando os empregados à mesa, se lançou sem dizer nada e arrebatou uma

faca, colher e garfo, e se foi sem dizer, nem querer dar idéia de mais nada; prometeu-me que ia passar prática ao gentio, que pelo centro e lagos habitam desde o Purus até o Juruá, de onde prometeu trazer-me um Principal e estabelecer da mesma forma que com ele, a paz.

No mesmo dia 29, pela manhã, quando em Ega se tratava de contemplar por ordem minha aqueles Principais, chegou a este lugar, vindo do novo estabelecimento do Amaná pelo Puca, o capataz Ambrósio, que tinha aqui sua mãe, por tela deixado a curar-se; e é uma velha muito divertida, que não deixava de ir à igreja e todas as obrigações e devoções do mais povo; e trazendo o dito Ambrósio consigo todo o mulherio de que consta o seu troço (que não é mau sinal) e entre o qual vem uma rapariga, que terá quinze anos, apanhada da povoação de Carvoeiro nesse rio, por nome Inácia; ficou por aqui uns três, até quatro dias, ia com todos os índios por este lago acima matar porcos e pescar tartarugas, tendo trazido destas para a casa onde a mãe assiste, muita quantidade.

Diz o referido Ambrósio (o qual mostra bastante satisfação), que ele já mandara seu irmão com mais dois Muras, levar a minha prática aos que infestam esse rio Negro, o qual ele estava por instantes esperando. Que já tinha também estabelecido a paz com o gentio da margem setentrional do Amazonas, e que também, regressando agora, pretendia ir acima ao rio Juruá, para da mesma forma praticar o gentio daquêle rio e ajuntar-se com o outro em que acima falo; desceram depois, trazendo-me Principais daqueles que eu lhes dizer o mesmo que a ele dissera, no que ele estava certo, e que se fiava muito no que eu lhe prometia.

Para ele fundamentar mais esta confiança, me foi preciso entregar um rapaz, que ele, Ambrósio, tendo-o na sua companhia, tinha deixado, em Alvarães, em poder da mãe em uma das vezes que me veio falar, debaixo de palavra de lh'o entregarem; mas vendo agora que lh'o não queriam entregar, porque a mãe lutando entre as saudades e amor do filho, com a palavra que tinha dado, fazia todos os esforços para que ele ficasse, o que tinha já bastantemente desconfiado ao mesmo Ambrósio, e de alguma forma posto obstáculos a esta grande obra; pela nímia desconfiança destes bárbaros, para evitar a qual, e pelas razões, que na cópia inclusa digo, mandei logo vir de Alvarães aquele rapaz, e entreguei-lho. Deixo à cristã e prudente reflexão de V. Excia. a decisão que tomei, pois fico trespassado de mágoa, consternado de dor, ao ver uma desolada mãe nos transportes da maior dor e aflição, por esta entrega forçosa, e ser indispensavelmente preciso praticá-la.

Esta ação, que parecerá cruel, mas que supus ser precisa para não destruir o que está principiado com grandes progressos, que creio a onipotente mão de Deus vivificá, foi necessária, não havendo razões que bastassem, de todas as que usei, para o acomodar e deixar o rapaz; tanto porque, escandalizado, e ficando de má fé, ele iria buscar aquele rapaz, talvez entre rios de sangue e exporia a todos os demais, que por práticas dele se pacificam na mesma má fé; enquanto se lhe não desse em cima, acenderia mais os furores de guerra sanguinolenta, que eles nos têm feito, e continuariam na horrorosa carniçaria de que estavam de posse, pelo que me pareceu (talvez por uma moral errada e não agradável) ser melhor sacrificar um, do que expor a sacrifício tantos.

Depois desta, que eu chamo ímpia, mas necessária entrega, ficou de tal forma satisfeito aquele monstro, que ratificando as promessas feitas, deu todos os indícios da maior satisfação, tanto mais quanto ele fundamentava a sua desconfiança em, que se lhe tirando este por ser de povoação, se lhe tirariam os muitos que são, ou foram, também de povoações, e traz consigo murificados.

O Principal Yumãna, que participei a V. Excia., o dito Ambrósio tinha trazido e que com ele estão fundando no lago do Amanã, também nesse dia 29 à tarde me veio falar, trazendo uma arroba de salsa, que mandei tomar Antonio Gonçalves, e pagar-lhe o importe de 4$000, em que foi avaliada, dando-lhe esse valor em gêneros, que o mesmo Principal queria.

Este me diz e promete, que logo que acabar de plantar a grande roça, que sei tem feito, e as casas, pretende ir buscar os demais parentes que deixou nas suas terras; mas como estas sejam no Içá, cuido muito, que não falem com os hespanhóis, e lhes recomendo venham a esta Povoação falar-me quando quiserem, ainda que temo o famoso preto Rojas, que conhecendo bem a língua, não vá ao Amanã e faça alguma embrulhada; para evitá-la pretendo mandar vir o Diretor do Maripi e dizer-lhe que pratique naquele lago a maior e mais continuada assistência, e que evite quanto puder a entrada do tal preto nele; isto é, enquanto V. Excia. não dá providências mais acertadas e que certamente é preciso, porque são de temer as astúcias daquele famoso Argonauta e descobridor. E isto é o que se tem dito, isto é o que esperançam os de quem dou parte; o que será, o tempo o irá mostrando, e será bom que haja sempre toda a cautela, que eu não deixo de recomendar a todas as povoações e às canoas, que daqui despeço. O mais relativo a esta matéria se verá no suplemento junto.

Deus guarde a V. Excia. — Nogueira, 1º de julho de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

Relação do que de pano e mais gêneros se gastou deste armazém real com os Muras, viñdos no dia 27 e mais dias seguintes:

Vinte e seis varas de pano de algodão	26
Seis machados	6
Seis foices	6
Quarenta e oito trinchetes	48
Quarenta e quatro facas	44
Quatorze arpões de tartarugas	14
Trinta e seis sararacas	36
Dois arpões de peixe-boi	2
Seis ditos de todo o peixe	6
Seis ditos de tambaqui	6
Cinqüenta e quatro bicos de flecha	54
Duzentos anzóis brancos	200
Dois macinhos de velas verde	2
Dois ditos de cor de ouro	2
Um maço de granadas	1
Quinze paneiros de farinha, gastos p/comerem e levarem	15

Como V. Mercê não entendeu o que lhe disse a respeito do rapaz, que os Muras aí deixaram, já o trarão aqui, a este lugar de Nogueira, para se entregar outra vez aos Muras que estão bastantemente desconfiados; e não há razão, que por uma alma se percam tantas, que poderão vir para o grêmio da igreja (mediante Deus), nem arrisquemos as vidas de tantos, contra quem estes mesmos Muras poderão conspirar por essa falta de palavra, que com eles se usa.

Deus guarde a V. Mercê. — Nogueira, 28 de maio de 1785 João Batista Mardel — Sr. Diretor do lugar de alvarães — Por impedimento do secretário assinei — *José Ferreira*.

SUPLEMENTO
À CARTA ANTECEDENTE

Querendo satisfazer, quanto possível, as ordens respeitáveis de V. Excia., a respeito de fazer as indagações precisas aos Muras, vou participar a V. Excia. as que fiz tendo para isso a mais oportuna comodidade, e direi também alguma reflexão, que faço sobre esta gente; assegurando com o maior respeito, que não é a minha intenção, sirva de arbítrio mais do que na parte, ou partes, que a V. Excia. parecerem acertadas.

Indagando individualmente qual fosse a primeira, e principal habitação deste gentio, me asseguraram que, sendo o seu costume viverem de corso, tinham contudo a sua assembléia geral na margem setentrional do Beni, em toda a extensão da parte daquele rio, que corre com o nome de Madeira, sendo a paragem

do seu maior ajuntamento no célebre lago, que quase na foz daquele rio se encontra com o nome de Autazes, o qual por um furo, ou furos, se comunica com o Solimões para baixo do Purus na parte meridional do mesmo Solimões; que por aquela margem do Madeira, o seu império e antiga habitação, dela saíram a difundir-se, primeiro pelas margens do Madeira, e descendo à antiga povoação dos Abacaxis, mataram e aprisionaram muitos dela; destes aprisionados é um velho, que mostra ter oitenta anos, já com a desgrenhada barba e cabelo todo branco, o gesto murificado, mas ainda muito ágil, que vem em companhia do capataz Ambrósio, a título de seu cunhado: que depois tendo saído algumas canoas, que viajavam aquele rio, entraram a fazer presas e mortes (creio trazem à memória a primeira subida do Sargento-Mor João de Souza, por aquele rio para Mato Grosso, em cuja ocasião foi por eles atacado, como me contou, e com bastante vigor; não havendo notícia de outro anterior, nem consta dos Anais de Berredo) e que passando depois para o Solimões, principiaram a infestar aquele rio, atravessando dos Autazes já dito para o lago Piuinuri (*), na margem setentrional do Solimões (que é onde o Principal agora, vindo de novo, diz querer fundar a sua povoação) e aí mataram um Manáo fugido do rio Negro, que com outros se tinha feito capataz, e aprisionaram todo o mulherio e crianças que em sua companhia estavam, entre as quais apanharam a índia velha, então rapariga, por nome Joana; este filho por nome Ambrósio, de quem se tem tratado, uma irmã mameluca (a qual fugindo aos ditos Muras, depois de tempo, veio a dar a esta Povoação, onde se acha); que se tinham ausentado por queixas do missionário da povoação de Parauari, com o pai marido da tal Joana, e morto no choque, para aquele lago Piuinuri; que levado o tal Ambrósio para os Autazes, e logo murificado com os dois ossos de pirarucu, um no beiço de cima e o outro no de baixo, com eles se criou; depois de casado a seu modo, com uma Mura, com alguns fugiu, e veio para o lago do Amanã, quando Manoel Dias com os arekênas, seus aliados, fora aos Autazes dar naquele gentio, em cuja ocasião fizera neles grande carnagem; que crescendo ele, Ambrósio, principiou com os Muras, que com eles estavam a andar a corso e a infestar o Japurá e toda aquela margem do Amazonas, até entrar no rio Negro, onde fizera algumas presas, sendo a índia Inácia, em quem na carta falo, uma das apanhadas na povoação de Carvoeiro, apesar dos muitos tiros que lhe atiraram e de muitas mortes, que ele mesmo confessa que fizera nas roças e circunvizinhanças daquela Povoação, onde apanhou a dita Inácia sendo ainda criança.

murificado

(*) Também Piurini ou Piorini

Estas notícias que com muito jeito pude alcançar dele, da mãe e de outros Muras em diferentes conversas, foram confirmadas, especialmente esta última de Carvoeiro, por um primo ou irmão, que o nomeado Ambrósio tem, e é Meirinho neste lugar de Nogueira. Por ele também soube que não estando o tal Ambrósio em muito boa inteligência com os Muras da outra margem do Amazonas, que ultimamente vieram a Ega no dia 27 do passado, Ambrósio os ameaçava de que, se com efeito quisessem enganar aos brancos, não fazendo povoação, ele pretendia dar-lhes guerra com os seus e com os mais que são seus aliados.

Faço agora esta reflexão de que sem embargo de se saber por confissão dele mesmo ser um dos matadores, não devo de modo nenhum apreende-lo, o que me seria fácil; ou matá-lo, se daí não resultasse a falta de palavra dada antes de se saber desta circunstância, se com esta apreensão ou morte não destruísse a boa fé em que se pretende pôr os demais, para o que concorrerá muito este mesmo matador; se daí pudesse resultar coisa que fosse em utilidade, e não em prejuizo, como certamente é, porque, escandalizado este em quem se pode ter toda a esperança, se escandalizarão e fugirão os mais para continuarem na mesma ou pior carnagem; perderemos um apoio, que nos há de sustentar os fundamentos desta grande obra, e olhando com os olhos de Política, um guia, um prático, que poderá facilitar a entrega dos mais ou semear entre eles de tal forma a cizânia, que se acabem uns aos outros, e nos seja mais fácil extingui-los, no que tenho cuidado pelo melhor modo, fomentando desde já entre eles alguma emulação e ciúme, ao mesmo tempo que a todos trato com a maior cordialidade e amizade.

Das utilidades que tenho percebido se poderão tirar desta gente, a maior é a de se aumentar o rebanho de Cristo, sendo grande a de se poder navegar com segurança por estes rios; não menos me parece vantajosa a de termos outros tantos arcos, que podem prestar grande defesa ao Estado contra os inimigos externos e ainda internos; a de serem grandes pombeiros, pela grande prática que têm de cortarem mato e transportar-se com facilidade de uma para outra parte, ainda por mar, pelo qual navegam com indizível velocidade, como vi nos Principais, que me vieram falar, e neste Ambrósio e os seus quando passaram por este lago, aqueles recolhendo-se a Ega e estes indo à caça em que já falo na carta. Não menos me lembra que não sendo eles por agora de préstimo para fazerem casas, roças, nem outros fundamentais estabelecimentos, serão contudo de grande utilidade para descobrirem as preciosidades que a sua ferocidade ocultava, e fazem os principais ramos do comércio do Estado.

Estas as notícias que tenho podido alcançar, ficando ao meu cuidado, em observância das mesmas respeitáveis ordens de V. Excia., continuar com assídua diligência em averiguar o mais que puder de confiança, ou desconfiança, como quem se interessa tanto em sustentar o meu crédito, dando gosto a V. Excia. e sendo útil à Pátria. Nogueira, 1º de junho de 1785.

P.S. A tal índia Joana, tendo prolificado com os Muras, seus apreensores, tem duas filhas murificadas, que sabem bem, por ensino da mãe, a língua geral, e têm-na ensinado a muitos dos legítimos Muras, especialmente os maridos que o são, e andam com o referido Ambrósio, seu cunhado, com a irmã de um dos quais é ele casado a seu modo

Ilmº e Exmº Sr. — Creio bem, não sem muito fundamento, que será de grande gosto para V. Excia. a notícia que se comprova com a certidão junta, de se terem no dia 9 do presente, batizado vinte inocentes Muras do troço do capataz Ambrósio; ele mesmo me falou quando se vinha despedir para ir para o Amaná, para onde partiu no dia seguinte ao do batizado, tendo já voluntariamente se batizado em Maripi (como me disse o Diretor que me veio falar para a recomendação da qual já falei a V. Excia. em ofício do 1º do presente, e na mesma data nº 2 de participações; para efetuar a qual, e fazer provimento de piracuí lhe dei, por precisos, dois soldados), sete Yumânas inocentes, dos que estão com eles estabelecidos no dito lago. Sem que eu, sem embargo de ser padrinho de dezoito daqueles, e de ter feito ao Ambrósio os obséquios possíveis, concorresse, nem pessoa alguma, para que o dito Ambrósio tomasse aquela resolução, a qual, creio certamente, foi inspiração de Deus, porque o inimigo comum não quer coisa boa, e mesmo que não se tivesse feito nada de bom, só nesta obra seria de muito merecimento para todos, e valeria bem o pouco que com eles se tem gasto e no qual eu cuido em ir com toda a economia.

Deus guarde a V. Excia. — Nogueira, 24 de junho de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

CERTIDÃO

Fr. José de Santa Teresa Neves, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da antiga, e regular observância, e vigário interino desta igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário deste lugar de Nogueira. Certifico que, no dia nove do mês de junho deste ano de mil setecentos e oitenta e cinco, nesta dita igreja, batizei solenemente e pus os santos

óleos a vinte inocentes filhos de pais infiéis, todas da nação Mura, e por se me ter pedido pelos pais dos ditos inocentes, que queriam seus filhos batizados, e de dezoito dos inocentes, foi padrinho o Tenente-Coronel João Batista Mardel; e por ser verdade passei a presente que assinei, e sendo necessário o juro in verbo sacerdotis. Lugar de Nogueira, 20 de junho de 1785 — O vigário fr. *José de Santa Teresa Neves*.

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL

O que em carta e suplemento de 1º de junho, nº 2, V. Mercê continuou a participar-me sobre o mais de boas disposições de paz e amizade que se havia passado com o gentio Mura, e sobre as curiosas notícias por V. Mercê circunstanciadamente dele adquiridas, já eu também com as cópias daqueles papéis continuei a informar a S. Majestade, e sendo-me tudo muito estimável, também o foi o relatado na carta posterior de V. Mercê, que veio marcada com o nº 3, e trouxe a data de 24 do mesmo mês, constando dela e da certidão adjunta, haverem-se no lugar de Nogueira batizado vinte inocentes daquela Nação a pedido de seus pais, além dos sete Yumanas, que igual felicidade obtiveram na povoação do Maripi; louvando eu a V. Mercê pelo muito empenho e desvelo com que se emprega e trabalha nestão tão interessante obra do serviço de Deus e da nossa Augusta Soberana; e esperando que assim prossiga em promover a mesma útil redução desses bárbaros, e o seu estabelecimento, para que se possam conseguir os vantajosos e gloriosos fins desejados, e dos quais a V. Mercê grande merecimento resulte.

A entrega do rapaz que V. Mercê deliberou, parece não só que foi necessária, com indispensável; e nem dela resultará conseqüência prejudicial, se como se espera do Auxílio Divino, o novo estabelecimento do Amaná for prosperando e lançando seguras raízes; para o que, e no outro segundo estabelecimento prometido, é preciso que V. Mercê, conforme bem reflete, procure pelos possíveis meios desviar o ingresso, o trato e as práticas do preto espanhol Rojas, fazendo, como determinou, que no Amaná assista o diretor do Maripi acompanhado de um ou dois sujeitos, que M. Mercê depute; fazendo com que, na ausência do dito diretor, o substitua no Maripi o respectivo páraco, ou outra pessoa; e fazendo eleição de algum outro sujeito hábil para o novo segundo esperançado estabelecimento; isto tudo enquanto pelo decurso do tempo, e conforme as coisas correrem, mais oportunas providências se não determinarem. V. Mercê sabe, e bem compreende, que quanto for possível desviar esta gente

de que os mais espanhóis a comuniquem e obtenham a sua amizade, nos pode isso ser de muito proveito.

Deus guarde a V. Mercê. — Barcelos, 16 de julho de 1785 — *João Pereira Caldas*.

PARA O REFERIDO DIRETOR DO LUGAR DO MARIPI, MATIAS FERNANDES, POR RESPOSTA A UMA SUA RECEBIDA CARTA, QUE DO MESMO ESTABELECIMENTO DE MURAS VERSAVA

Recebi a carta de V. Mercê datada de 17 de maio do corrente ano; e ficando na inteligência de quanto nela me participa sobre a redução de partes dos índios Muras, que têm principiado a estabelecer-se no lago do Amaná, isto me é muito estimável, e que V. Mercê, nesta obra, se tenha empregado com o zelo e desvelo, de que plena e circunstanciadamente me acho informado pelo Tenente-Coronel João Batista Mardel; esperando eu, que conforme o que agora determino ao dito Tenente-Coronel, para encarregar a V. Mercê, assim com igual zelo e desvelo o procure executar, para que da utilidade que se seguir no aumento e segura conservação do referido estabelecimento, se faça V. Mercê tanto mais merecedor da atenção que me requer, e que eu, no que me for possível praticar em seu benefício, não faltarei em facilitar .

Deus guarde a V. Mercê. — Barcelos, em 17 de julho de 1785 — *João Pereira Caldas*.

DO REFERIDO TENENTE-CORONEL

Ilmº e Exmº Sr. — Participo a V. Excia. que aqueles Principais Muras que, em data de 1º de junho próximo passado, dei parte a V. Excia. tinham vindo a Ega, tornaram a aparecer no Amaná, diz o diretor Matias que, para cima de cento e cinqüenta almas, sendo a maior parte de índios, aos quais persuadiu o mencionado diretor, que pescassem tartarugas, o que com efeito fizeram; pescaram mais de duzentas, as quais transportaram para Ega, vendendo a maior parte à fazenda real, e que mandei logo pagar, para não desanimar aqueles bárbaros, com facas, bicos de flechas e algumas velas, com o que ficaram muito contentes.

Os Principais pretendiam, e me mandaram dizer, que queriam me vir falar acompanhados de toda a comitiva, mas como cá não cabe tanta gente, seria preciso dar-lhes novos prêmios, e

vejo que não cuidam em fazer estabelecimento: mandei lhes dizer pelos intérpretes que me vieram falar, que quando eles tivessem feito o seu estabelecimento roçado, e feito casas, que eu iria ve-los e levar-lhes prêmios com que se contentassem; prometeram ir já nessa diligência e levar prática aos do Juruá, como também ao Madeira. Também constando-me que na margem meridional do Solimões tinham os Muras flechado gente da Pedreira e de Poiares, perguntei-lhes com modo, mas com alguma severidade «se eles andavam nos enganando, porquanto eu sabia que alguns dos seus, a título de Paz, tinham flechado índios de povoações». Responderam que pode ser fossem uns que brigando com eles mesmos fugiram e foram para a foz do Solimões; pelo que será preciso haver sempre cautela, porque não sendo isto obra de um dia, pouco a pouco, com brandura e com rigor, poderão chegar ao ponto desejado, não sendo pequena vantagem termos da nossa parte o capataz Ambrósio, meu compadre, para nos facilitar fazer sobre eles mão baixa, quando se faça necessário e V. Excia. o entenda. O império destes miseráveis é grande, composto de muitos de diferentes línguas, e muitos refugiados entre eles e apanhados das Povoações, todos passando debaixo do nome de Muras, sendo estes refugiados os mais dificultosos de se sujeitarem; dissuadiram alguns a que não se submetam à paz, pois andam à sua vontade entre eles e livres de remarem as canoas e demais diligências a que são nas Povoações obrigados, e em que morrem em tanta quantidade: os quais não deixarão de fazer bastante obstáculo, mas (mediante Deus) o tempo, o modo, as dádivas e o castigo tudo sujeita.

Deus guarde a V. Excia. — Nogueira, 26 de julho de 1785 — Ilm° e Exm° Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL

Outra carta de V. Mercê nº 1, se reduz ao que V. Mercê novamente me informa sobre índios Muras; e sendo certo e prudente que convém haver sempre com eles cautela, fico entendendo o que V. Mercê a alguns Principais fez intimar sobre verificarem a execução da promessa dada para o seu estabelecimento, o qual será útil e estimável que enfim efetuem, e que se não todos os indivíduos daquela nação e os outros com eles associados se vão reduzindo à paz os que forem possível de ir adquirindo, para que pelo menos esses se aproveitem e façam menos oneroso o flagelo de um maior número daqueles bárbaros.

Deus guarde a V. Mercê. — Barcelos, em 23 de agosto de 1785 — *João Pereira Caldas.*

DO MESMO TENENTE-CORONEL, EM DATA DE 20 DE AGOSTO DO REFERIDO ANO DE 1785

Ilmº e Exmº Sr. — À carta nº 6, com uma de participação nº 5, respondo a V. Excia.

Nº 5

Ilmº e Exmº Sr. — Dizendo a V. Excia. na carta nº 3 que, em uma de participação, respondo à de V. Excia. nº 6 das que V. Excia. se dignou dirigir-me, tenho a honra de participar a V. Excia. que o estabelecimento do Amaná vai florescendo e espero (mediante Deus) deitará raízes que o inimigo comum não poderá secar.

O capataz Ambrósio, que ali é o que figura de Principal, e a quem todos os Muras têm o maior respeito, há poucos dias me veio falar, trazendo alguns e deixando lá muitos índios Muras com suas mulheres, que eu ainda não tinha visto e que ele foi conduzir das margens desse rio aonde eu o tinha mandado, para que eu os premiasse; mas como ao mesmo tempo me trouxe quase duas arrobas de salsa, mandei entregar estas no armazém e do seu produto avaliado por menos de quatro mil réis, atendendo a quebras, mandei se dessem aqueles prêmios, ficando assim menos onerosa a despesa à Real Fazenda, e eles contentes e animados a continuarem na extração daquele gênero, que à proporção que vier vindo, irei remetendo para essa Provedoria, se assim agradar a V. Excia.

Deus guarde a V. Excia. — Ega, 20 de agosto de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

P.S. — Já despedi o Diretor de Maripi com todas as recomendações por V. Excia. feitas, e nomeei um morador de Alvarães para o substituir.

Ilmº e Exmº Sr. — Aqui me dão parte de que o Pantoja andara aos tiros com os Muras, querendo talvez verificar a tradição de outro Pantoja por este gentio de má fé com os brancos, aos quais eles geralmente chamam Pantojas. Não digo que haja ainda neles muita confiança, mas que haja menos medo, e não atirar-lhes sem eles principiarem a atacar; pois que o modo deles poderem pouco a pouco ir-se domesticando é falando a uma e a outra canoa, e recebendo-os com agrado, diminuindo-lhes a ferocidade. Eles cercaram a canoa do Evora e porque este lhes não atirou, abordaram, conversaram, receberam alguma pequena dádiva e brinde e deixaram-no ir em paz; o mesmo que-

riam fazer ao Pantoja, mas por Pantoja, e por mazombo, que tem natural aversão aos miseráveis índios, diria talvez por medo, fizeram fogo nestes cães, que é como os tratam; e desta forma atrasa-se e talvez se dificulte uma obra que não é de dias e para a qual é preciso concorrerem todos, pois é imenso o grande império destes bárbaros.

Aqui me chegou um pescador a quem depois de pago licenciei para ir a Alvelos, sua povoação, todo espavorido e trazendo-me a notícia de que o Mura lhe tinha tomado a canoa e morto o companheiro; chega-me logo outra notícia de que canoa, companheiro e tudo o que estava nela se achava em Alvelos, e que o medo de ver o gentio o fizera fugir, como sucedeu a um preto daquele lugar, que vendo Mura largou a canoa e se meteu no mato; o gentio o amarrou a um pau e foi-se, naturalmente sentido de ver que os não comunicam, que os evitam e que não querem paz com eles. Inácio Roiz sabe destes casos e pode contá-los a V. Excia.

Para provar que o gentio a quem Pantoja atirou não vinha de guerra, basta saber que esses mesmos, depois, na praia dos Codajas, abordaram uma canoa que tinha ido ao Pesqueiro levar a muda e contaram ao cabo dela, a quem não fizeram mal, que um branco tinha andado aos tiros com eles; este troço infiro ser do Madeira, onde me consta já levaram os Principais que aqui vieram à minha prática e o confirma a paz e sossego com que sem embargo de escandalizados, falaram ao dito cabo.

Deus guarde a V. Excia. muitos anos. — Ega, 20 de agosto de 1785 — Ilm° e Exm° Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL

Duas cartas de V. Mercê com a mesma acusada data de 20 de agosto e com os n.ºs 5 e 16 se reduzem à continuação das notícias que V. Mercê me refere sobre índios Muras, e me é estimável ver na primeira, que não só vai florescendo o novo estabelecimento do Amaná, como o que havia praticado o capataz Ambrósio em reunir parte daquele gentio que vagava pelas margens deste rio, e de ter nessa ocasião transportado a pequena porção de salsa, que V. Mercê justamente lhe mandou pagar por conta da Real Fazenda, como assim em outras vezes pode praticar e fazer aqui encaminhar essas adquiridas porções.

Sobre o que contém a segunda, chamei à minha presença o soldado Pedro Antonio de Oliveira Pantoja, para o repreender

da facilidade com que principiou a atirar naqueles mesmos índios com quem se encontrou; mas ele desculpou-se dizendo que havia encontrado duas canoinhas dos ditos para baixo do rio Purus; chamando-os, eles haviam fugido e ele se persuadira serem do referido rio que, tinha ouvido, não queriam aceitar a paz, e que por isso ele e dois dos soldados que o acompanhavam dispararam sobre eles dois tiros, sem que contudo lhe fizessem dano.

Deus guarde a V. Mercê. — Barcelos, em 16 de setembro de 1785 — *João Pereira Caldas.*

DO SARGENTO ADMINISTRADOR DO PESQUEIRO REAL DO CALDEIRÃO, SITO POUCO SUPERIORMENTE À BOCA DO RIO SOLIMÕES

Ilmº e Exmº Sr. — Dou parte a V. Excia. que o primeiro comissário da quarta divisão de Ega, o Tenente-Coronel João Batista Mardel, remeteu uma carta para eu remeter ao comandante da fortaleza para este a enviar com brevidade a V. Excia., ao que dei logo execução sem demora.

Outrossim, faço certo a V. Excia. ter chegado a este Pesqueiro um número grande de gentio Mura no dia 27 do corrente, trazendo por intérprete um índio por nome Antonio, que o tal gentio aprisionara na povoação dos Abacaxis quando era no rio Madeira, e agora Vila de Serpa.

O mesmo gentio, nos seus artigos, declara pelo mesmo guia quererem se estabelecer na margem deste rio Solimões, nas vizinhanças deste Pesqueiro, deixando as suas habitações onde até agora viviam.

Segundo a minha pobreza, os brindei como pude, assegurando ao mesmo gentio dar parte a V. Excia. da pretensão deles, assegurando-lhes que V. Excia. havia de estimar receber a notícia e que também V. Excia. contribuiria com coisas que os capacitassem e me parece que brevemente voltarão pela resolução de V. Excia., e que deverão trazer o mulherio. Termos em que V. Excia. mandará o que for servido.

Deus guarde a V. Excia. muitos anos. — Pesqueiro do Caldeirão, 28 de setembro de 1785 — De V. Excia. — *Sebastião Pereira de Castro.*

RESPOSTA

A noite passada recebi com a carta de V. Mercê as que aí vieram ter do Tenente-Coronel João Batista Mardel, e que da Fortaleza da Barra deste rio se me expediram ultimamente pelo Cadete seu Comandante.

Da mesma carta de V. Mercê fico com muito gosto sabendo do troço de gentio Mura que chegou a esse Pesqueiro em ar de paz e que V. Mercê os tratou na forma que me participa.

Já adverti aos governadores interinos de mandarem a V. Mercê alguma porção de facas, de anzóis e de outras miudezas, para V. Mercê amimar o dito gentio, caso aí torne, como é bem a esperar; e irão também doze machados e doze foices para principiarem o seu estabelecimento; mas a quererem eles, seria melhor de se unirem ao lago Amaná, ou ao segundo que também já se acha principiado, persuadindo-os V. Mercê a isso, principalmente se não for grande porção de gente capaz por si só de constituir outra separada povoação. Porém, a não quererem unir-se aos outros sobreditos e quererem formar separada povoação, não se violentarão e se lhe pode nesses termos escolher por essa vizinhança paragem conveniente, como talvez seja a de Manacapuru ou outra que bem própria se possa descobrir, sendo de bom terreno elevado, próprio para roças e que não tenha formigas, dirigindo V. Mercê o dito estabelecimento, enquanto outra providência se não der, e defendendo que por modo algum em nada se desgoste o mesmo gentio.

Deus guarde a V. Mercê. — Barcelos, em 8 de outubro de 1785 — *João Pereira Caldas*.

DO MESMO ADMINISTRADOR

Ilmº e Exmº Sr. — Participo a V. Excia. que fico entregue da carta que V. Excia me dirigiu pelo soldado Lourenço da Costa Serra, ficando na inteligência do que devo obrar respectivo ao estabelecimento do gentio Mura, do que da minha parte hei de fazer a diligência a tirá-los do mato, procurando os meios de os introduzir ao grêmio da igreja.

Segunda vez tornou maior número de gentio a falar-me neste Pesqueiro, ficando comigo na prática que lhe fiz voltar no mês de novembro, ajustando-se no seu estabelecimento, do que farei aviso a V. Excia. do que se passar.

Pelo Provedor interino recebi os prêmios determinados por V. Excia. para o dito gentio, a saber: doze machados, doze

foices, sessenta facas, um milheiro de anzóis brancos, dez dúzias de sararacas, faltando alguns maços de velas para as mulheres do dito gentio ficarem mais contentes. Eis o que aqui se me oferece dizer a V. Excia.

Deus guarde a V. Excia. — Pesqueiro Real do Caldeirão, 18 de outubro de 1785 — De V. Excia. humilde súdito — *Sebastião Pereira de Castro*.

DO TENENTE-CORONEL JOÃO BATISTA MARDEL, EM DATA DE 2 DE NOVEMBRO DO MESMO ANO DE 1875

Dou parte a V. Excia. que chegando Matias José Fernandes na data de ontem a esta vila, trouxe com o capataz Ambrósio um novo Principal Mura que, diz o mesmo Matias, trazia cem almas pouco mais ou menos; a este mandei dar alguns prêmios modestamente e ao Ambrósio, que trouxe uns canudos de salsa, de que agora vai entregue ao Miguel Soares, para repor nessa Provedoria debaixo da ordem de V. Excia.; também lhe hei de dar o valor em alguma ferramenta, ou bagatelas, que ele pedir, quando voltar de fazer umas canoas e que agora vão por este rio acima.

Devo dizer a V. Excia. que neste armazém já não há nada para dar de prêmios a estes gentios, nem para os mais que precisarem tirar alguma coisa à conta dos seus soldos, como é o caso dos soldados a quem não tem vindo pagamento.

Seria grande coisa, se fosse possível, vir o Miguel Arcanjo, para complemento desta obra, pois não tenho aqui ninguém com a habilidade dele.

RESPOSTA

Concluindo finalmente a resposta a todas as recebidas cartas de V. Mercê, digo quanto à última que trouxe o nº 13, e que trata sobre índios Muras, que com gosto fico sabendo desse novo Principal que a V. Mercê apresentou o Diretor Matias Fernandes, e de lhe ter este informado de virem juntamente mais cem almas, pouco mais ou menos, porque desta forma se vai melhor esperançando o progresso de tão feliz sucesso.

O soldado Miguel Soares entregou a pequena porção de salsa, de que veio encarregado; e quanto à falta em que se acha este armazém de gêneros próprios para continuados mimos àquele

gentio, e para outros destinos, verei o que brevemente se pode remeter, sem embargo de não vir a relação do que se precisa e suas quantidades, segundo por vezes tenho advertido a V. Mercê.

O cabo de esquadra Miguel Arcanjo de Bitencourt, acha-se em semelhantes diligências de redução de índios do rio Branco; e por agora se não pode escusar.

Deus guarde a V. Mercê. — Barcelos, em 26 de novembro de 1785 — *João Pereira Caldas.*

DO SOBREDITO TENENTE-CORONEL, E NA DATA DE 31 DE DEZEMBRO DO MESMO ANO

A respeito de Muras, dou parte a V. Exia., ter no dia de ontem chegado a falar-me outro Principal que me conduziu o capataz Ambrosio com mais de 150 almas.

DO MESMO TENENTE-CORONEL

Ilmº e Exmº Sr. — A carta inclusa é do Diretor de Alvelos que confirma a notícia que me deu Miguel Soares, qual seja a de estar um Principal Mura fundando povoação no rio Mamiá, que toma o nome de um lago assim chamado, vizinho à boca onde por esta carta, creio ser para onde encontrou o dito Miguel Soares nesta viagem, iam os Muras conduzindo muita maniva.

O Principal deve ser, pelo guia que fala a carta, o terceiro que me apareceu e a quem pratiquei fizesse ali estabelecimento. Pretendo agora animar e ordenar àquele Diretor a que os vá ver e os socorra com a farinha que precisarem, tomando debaixo do seu cuidado o vigiá-los, como faz o Diretor do Maripi aos de S. João Batista, no Amaná, onde por agora continuam (graças a Deus) e onde pretendo em estando isto mais sossegado, chegar a ver o que há, se agradar assim a V. Exª, o que em poucos dias se verificará.

Deus guarde a V. Exª muitos anos. — Ega, 31 de dezembro de 1785 — Ilmº e Exmº Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

Sr. Tenente-Coronel — Serve esta para dar parte a V. Mercê como em dias passados vieram a este lugar uns índios Muras, de um Principal que tem um cunhado, que traz por guia um índio do lugar de Carvoeiro, chamado Antônio José; mandou-me dizer

que lhe mandasse maniva e alguma farinha, que estava fazendo casas no rio ou lago Mamiá e que tinha um roçadinho para pacovas e algumas plantas, e também para alguma maniva: mandou-me dizer que dissesse a V. Mercê que naquela paragem estavam fazendo casas, e eu perguntei ao ladino onde era: disse-me que era em uma tapera pelo lago, dentro de meio-dia de viagem, eu pretendo lá ir ver para dar parte a V. Mercê com certeza; este homem persegue-me por farinha, eu tenho gasto da minha a estes índios aldeados também, quero saber de V. Mercê se posso gastar alguma da dos dízimos, principalmente se lá for, pois todos me caem em cima, estes tais ladinos são os piores. Isto é o que se me oferece dizer a V. Mercê que mandará o que for servido.

Deus guarde a V. Mercê por muitos anos. — Alvelos, a 21 de dezembro de 1785 — De V. Mercê obediente súdito — *Domingos de Macedo Ferreira.*

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL EM DATA DE 6 DE MARÇO DE 1786

Na mesma carta me participa V. Mercê finalmente ter ali ido falar-lhe outro Principal Mura, conduzido pelo capataz Ambrosio e com mais cento e cinqüenta almas, como muito estimo.

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL

Na carta nº 16 me inclui V. Mercê uma do Diretor do lugar de Alvelos, em que lhe dá parte de outro novo estabelecimento de Muras, que estão fundando dentro do rio Mamiá; o que sendo muito estimável, me parece bem a resolução que V. Mercê estava de encarregar ao mesmo Diretor de vigiar sobre o dito novo estabelecimento, enquanto outra providência se não puder dar.

Quanto ao bom sucesso com que vai prosperando o primeiro estabelecimento de S. João Batista do Amanã, certeza é esta que me merece a maior estimação; e não terei dúvida que V. Mercê passe a visitá-lo, se se persuadir; que da sua falta nesse quartel não pode resultar nenhum inconveniente ao principal objeto do serviço de que se acha encarregado.

V. Mercê me havia há tempos dado parte do princípio de outro estabelecimento no lago Peunuhiri (*); porém como me não tornou a falar mais em tal, cuido que ele não produziu efeito algum.

(*) Piurini ou Piorini.

A referida carta nº 16 é a última das que vieram datadas do ano próximo precedente.

Deus guarde a V. Mercê. — Barcelos, em 6 de março de 1786 — *João Pereira Caldas.*

PARA O MESMO TENENTE-CORONEL

O Diretor do Maripi, escreveu a este Governo interino as duas cartas inclusas, expondo nelas, a precisão de se mudar logo aquela povoação e indicando a paragem que para esse fim considerava mais própria; porém, para que nisto se obre com todo o acerto, e com adiantados pontos-de-vista ao que houver de determinar-se sobre demarcação, acho justo de encarregar a V. Mercê o exame e decisão desta pretensão, parecendo-me que, a ser possível, e a haver terreno capaz e com a precisa naturalidade para roças, conviria antes de mudar a dita povoação mais para dentro, de forma que ficasse fronteira à boca que o canal Auatiparaná (*) faz no Japurá, ou mais para cima, se bem defronte se não puder realizar; obrando V. Mercê neste particular, conforme o que achar mais útil, se maior inconveniente dos índios, nem descontentamento seu, para que desgostosos se não ausente, e os percamos em uma ou em outra paragem.

E as sobreditas originais cartas remeterá V. Mercê depois ao Sargento-Mór — Domingos Franco de Carvalho, para na secretaria do referido Governo se depositarem.

Muito conviria também, que junto à foz do rio Apoporis e a ela o mais próximo que fosse possível, se estabelecesse outra povoação; e já dali teve princípio a dos infelizes Kusarés, segundo V. Mercê constatará. Os Kucretus poderiam talvez querer mudar-se para baixo.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 27 de janeiro de 1788. João Pereira Caldas.

Note-se — Que como escusadas, se não transcrevem aqui as duas cartas acima mencionadas.

DO MESMO TENENTE-CORONEL

Ilmo. e Exmo. Sr. — Em observância da ordem de Vossa Exa. inserta na carta de 27 de janeiro do presente e recebida no dia 12 de fevereiro, parti no dia 18 em uma igarité, ao Japurá, sem

(*) Alti-Paraná.

fausto de bandeiras, para não fazer estrondo, fiz o exame por V. Exa. ordenado e achei que, com efeito, precisa aquela povoação mudar-se com brevidade, porque tendo caído grandes lanços de terra de uma e outra parte imediata, o terreno em que ela se acha, já também caído em grande parte, ameaça a última ruína uma grande racha que tem de um a outro extremo dela, mais de dois palmos de largo.

Em virtude pois, da mesma ordem de V. Exa. procurei rio acima, onde se pudesse fundar com as circunstâncias por Vossa Exa. indicadas; e na distância (pela estimativa) de pouco mais de cinco leguas achei um terreno admirável fronteiro ao Auatiparaná, cuja boca se avista bem por entre duas ilhas, na ponta de uma das quais se poderá, fazendo um pequeno roçado, fundar-se uma casa, guarita, reduto, ou o que parecer justo e necessário; e porque também, feito o roçado na ponta dita, muito melhor se verá da nova povoação aquela boca.

Tudo o que talvez compreenderá V. Exa. melhor, da informe e tosca planta que acompanha esta inclusa no saco, a qual fiz para facilitar a inteligência do que digo e não para ostentar de engenheiro, nem querer persuadir o que não sou, e que bem se deixa ver.

Andando mais acima, vi ainda que, algum terreno, apesar de sólido e bom, não era contudo próprio, porque um intrincado de ilhas embaraça a vista; por essa causa mandei que naquela primeira que escolhi se roçasse e, quando de lá parti, por aumento de minha moléstia, já ficava o mato preciso abatido.

Por uns lagos que indica a planta achei que se chegava ao Rio Negro em pouco tempo.

Deus Guarde a V. Exa. muitos anos. Ega, 12 de março de 1786 — Ilmo. e Exmo. Dr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

DO MESMO TENENTE-CORONEL

Continuando o objeto da carta antecedente vou participar a V. Exa. que, achando por informação do Diretor e outras pessoas, (*) que a nova povoação de São João Batista do Amaná, tinha no tempo da vazante dificultoso acesso por secar muito aquele lago, de forma que as canoas ficam a uma distância grande, e, por causa do lodo ser muito mole, não haver modo de se poder ir àquela povoação; além de nesse tempo não ter águas senão a

(*) À margem lê-se: — Esta denominação havia sido determinada ou aprovada, ao dito Tenente-Coronel por outra anterior carta de 24 de setembro de 1785.

muita distância, acordei (se parecer justo a V. Exa.) que antes de se adiantar mais aquela fundação, e por outras muitas razões que a V. Exa. não deixarão de ocorrer, se mudassem os Muras dela para o Rio Japurá e, para aquela tapera para onde pretendia o diretor, se mudasse a de Maripi, a qual é chegada à boca do Japurá e fronteira a boca de um canal por onde o Solimões, entrando quase defronte de Fonte Boa vem juntar as suas águas com as daquele rio, dando o nome de Aranapu.

Se for de agrado de V. Exa. eu desejarei saber com brevidade a sua aprovação para assim poder executar, não tendo eu por agora mais que mandado dispor os Muras até resolução de V. Exa.

Quanto aos Kueretus, eles há pouco tempo vieram aqui e informaram que estão fazendo a sua povoação sobre uma cachoeira do Apaporis, que eu equivocadamente, ou mal informado, disse a V. Exa. ser nas Furnas. Creio haverá alguma dificuldade em descerem para onde estiverem os Kusaris; porém, se V. Exa. se dignar encarregar-me de dar resgates de pano e ferramenta e mais quinquilharias, um padre e botica, eu vou estabelecer com descimentos quantas povoações V. Exa. intentar poderão ser do interesse de Sua Majestade; terei nesta diligência (apesar de ser arriscado) a consolação de me ver fora de Ega, pois mais me valera lidar com bárbaros do que com cristãos intrigantes e desobedientes, que não reputam mais nada por valioso que terem os flatos de muito fidalgos, muito sábios e muito valentes, quando infelizmente nada disto têm, senão na fantasia, para desordenar e perturbar quem só cuida em servir como deve a Sua Majestade.

Deus guarde a V. Exa. muitos anos. Ega, 12 de março de 1786 — Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

RESPOSTA

Chegando-me aqui na manhã de anteontem e na noite passada, as cartas de V. Mercê, datadas de 12 e 14 do corrente, eu as vou prontamente responder na maneira seguinte:

Da primeira que trata sobre a pretendida mudança do lugar do Maripi, louvando muito o zelo com que V. Mercê se dispôs a ir por si mesmo fazer aquele reconhecimento, me é igualmente estimável, que a coisa de cinco leguas de distância da antiga situação descobrisse V. Mercê a outra tão própria e na conveniência e desejada paragem fronteira à boca do Auatiparaná, que clarissimamente demonstra o bem formalizado e explicado mapa, que V. Mercê juntamente me remeteu e do qual também vejo os lagos

que daquela vizinhança facilitam comunicação com este Rio Negro, concordando isto com as informações que eu já tinha a esse respeito.

O princípio, pois, que V. Mercê logo fez dar ao dito novo estabelecimento, o mandará adiantar com atividade, deliberando para a sua regularidade e pronta conclusão todas aquelas providências que justas lhe parecerem.

Do ameaço que V. Mercê experimentou da sua moléstia, estimar-lhe-ei não resultasse maior inconveniente e que logo se lhe desvanecesse.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 24 de março de 1786. *João Pereira Caldas.*

Visto o que V. Mercê me expõe na sua segunda carta da incapacidade e dos inconvenientes que se reconhecem no lugar do Amaná, em que se havia principiado o primeiro estabelecimento dos índios Muras, propondo-me para se mudarem a situação da Tapera, em que no Rio Japurá pretendia o Diretor do Maripi de novo erigir aquela povoação; e advertindo bem as utilidades que dessa mudança podem resultar, não só por conta de evitar os referidos inconvenientes, como pelo que se interessa de outros motivos políticos, não tenho dúvida a que assim se execute; mas será preciso toda prudência e cautela, para que se não desgostem e se façam desconfiar os ditos índios, estando-se bem certo nisto antes que tal mudança se intente e determine; e podendo-se no caso dela primeiro dispor na nova situação os roçados e outras precisas comodidades, para que menos seja a dúvida e repugnância daqueles bárbaros.

Quanto aos Kueretus, nada por ora se intentará, suposto o que V. Mercê me participa; ainda que a haver ocasião de se praticarem, sempre conviria por cautela preveni-los de que mudem os seus estabelecimentos para a margem setentrional do Apaporis, se é que alguns tiverem e conservarem na meridional.

Deus Guarde a V. Mercê. Barcelos, em 24 de março de 1786. *João Pereira Caldas.*

DO SARGENTO ADMINISTRADOR DO PESQUEIRO REAL DO CALDEIRÃO

Ilmo. e Exmo. Sr. — Dou parte à V. Exa. que, no dia 25 de dezembro de 1785, se ausentou o anspeçada Estevão de Almeida Faria do regimento da cidade, que se achava servindo neste Pesqueiro por ordem de V. Exa. não sabendo eu o motivo de sua ausência.

Outrossim, o gentio Mura fora ver a paragem onde há de fazer a sua povoação, ficando satisfeito pela paragem ser boa, ele dito tem vindo a este Pesqueiro várias vezes; porém torna a voltar para as suas terras, fazendo seguro da sua determinação em tratar por todo este mês do seu estabelecimento que Deus lhe ponha a virtude. O língua anda em prática aos mais gentios, do Rio Madeira, sendo esta a causa de sua demora.

Eu requeri aos governadores interinos farinha para o estabelecimento do dito gentio, ao que me responderam requeresse a V. Exa. para esta providência, pois, digo a V. Exa. que é o gênero em que o dito gentio mais reclama, como constará a V. Exa. das canoas da passagem, pois pedem a todos farinha, quando se encontram com elas.

Deus Guarde a V. Exa. muitos anos. Pesqueiro Real do Caldeirão, 7 de janeiro de 1786 — De V. Exa. humilde criado — *Sebastião Pereira de Castro.*

DO MESMO ADMINISTRADOR

Ilmo. e Exmo. Sr. — Dou parte a V. Exa. que no dia 15 de fevereiro de 1786 entrei com o estabelecimento do gentio Mura, em Manacapuru, onde eu fui e determinei a paragem, bom terreno em terras altas e eles ficaram satisfeitos, deixando eu e três soldados em companhia do dito gentio com a recomendação de aplicarem as casas e os roçados, tratando-os com amor, e aumentado-lhes o trabalho; ainda que eles, ditos gentios, são muito preguiçosos para o trabalho, é preciso paciência para conservação deles. Por ora não posso dar conta a V. Exa. por miudeza dos índios, índios e crianças; só faço certo a V. Exa. se acham duzentas e noventa almas com esperança de se recolher mais algum gentio, que Deus lhe ponha a virtude; por enquanto mandei fazer casas para cômodo do dito gentio com pouca segurança, para depois irem fazendo as suas casas divididas, conforme deve ser a povoação.

Remeto a V. Exa. uma carta do primeiro comissário castelhano, que deixou aqui um cabo de uma canoa do correeiro que ia para a cidade.

Deus Guarde a V. Exa. muitos anos. Pesqueiro do Caldeirão, hoje 24 de março de 1786 — De V. Exa. súdito e criado — *Sebastião Pereira de Castro.*

RESPOSTA

Tendo recebido as duas cartas de V. Mercê datadas de 7 de janeiro e 24 de março do ano corrente, não só da primeira fico certo de se haver desse Pesqueiro ausentado o anspeçada Estevão de Almeida, como informado pela mesma, e pela segunda, de que continuando a chegarem os índios Muras, ultimamente, no número de duzentas e noventa almas, se acham satisfeitos, principiando o seu estabelecimento na elegida e determinada situação de Manacapuru; e sendo-me esta notícia muito agradável, torno a recomendar a V. Mercê o agasalho e a paciência que é preciso haver com esta gente para que se não desgoste e desconfie, voltando por esse motivo, aos matos e ao corso em que andava, e que tanto dano causava aos vassalos de Sua Majestade; tendo-se também cuidado em não haver por ora com a dita gente uma maior facilidade ou confiança, para prudentemente se precaver alguma perfídia a que se possa animar.

Quanto à farinha pedida, já pelos Governadores interinos se mandou remeter alguma e se avisou a V. Mercê o como se devia distribuir.

E quanto à carta do Primeiro Comissário espanhol, que aí deixou a canoa, que ia para a cidade, fico dela entregue.

Deus Guarde a V. Mercê. Barcelos, em 4 de abril de 1786 — *João Pereira Caldas.*

DO TENENTE-CORONEL JOÃO BATISTA MARDEL

Para que V. Exa. veja verificado o que disse a V. Exa. e se digna falar-me no 1º § da carta nº 9, incluo a carta do Diretor de Alvelos. Os Muras em que ele fala, aqui se acham agora. São os segundos que me apareceram e foram premiados; mas vindo de novo pedir-me alguma ferramenta e constando que com efeito estão fundando, não transferem gênero algum, sempre sou precisado dar-lhes algo do que me pedem.

A fundação do Piuhinuiri da qual eu tinha escrito a V. Exa. e agora se digna dizer-me no 3º § da mesma carta não tenho tornado a falar; vou informar a V. Exa. o que uns e outros Muras me disseram; que iam lá fazer povoação, mas não tenho tido mais certeza, a não ser uma leve notícia de que com efeito lá estavam; e não tendo podido mandar Matias ver o que está feito, por não poder separá-lo de outras diligências; porém brevemente mandarei (se ainda eu aqui estiver) saber o que há e participarei a Vossa

Exa. Deus que guarde muitos anos. Ega, 6 de abril de 1786 — Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas — *João Batista Mardel.*

Senhor Tenente-Coronel — Aqui chegou o Principal dos Muras e me pediu escrevesse a V. Mercê, e desse parte da sua situação da forma em que estava, pois eu a tinha visto; não há dúvida que tem o seu lugar no lago do Mamiá, meio dia de viagem em uma muito boa paragem, na qual tem quatro casas, três das ditas bastante grandes, cobertas de ubi, em muito boa ordem, têm bastante milho e seu princípio de roça de maniva; eu os tenho socorrido com farinha na forma da sua ordem; os ditos estão contentes ao que me parece, Deus os conserve; a gente já anda mais descansado.

Sobretudo Deus guarde a importante vida de V. Mercê por muitos anos. Alvelos, a 27 de março de 1786 — De V. Mercê servo, criado e súdito — *Domingos de Macedo Ferreira,*

RESPOSTA

Uma das já acusadas e recebidas carta de V. Mercê em data de 6 do mes corrente, me deixa certo de que V. Mercê novamente me informa sobre o principiado estabelecimento dos Muras no lago Mamiá; e visto que a V. Mercê tendo ordenado de vir a minha presença, lhe determino também que tomando de passagem o lugar de Alvelos, com aquele Diretor se encaminhe ao dito novo estabelecimento, para que vendo-o e examinando-o, não só se anime e anime os seus habitantes; mas advirta ao referido Diretor quanto a bem do melhor arranjamento do mesmo estabelecimento, parecer a V. Mercê útil e conveniente; e praticando V. Mercê semelhante exame quanto ao outro novo estabelecimento do mesmo gentio Mura, que se acha principiado no sítio de Manacapuru, junto ao Pesqueiro Real do Caldeirão, para iguais advertências fazer ao respectivo administrador e para de tudo assim me informar, logo que V. Mercê a esta vila chegar.

Sobre o outro estabelecimento do Amanã, ou ali fique, ou haja de passar para dentro do Japurá, deixará V. Mercê as maiores recomendações do Sargento-Mór, segundo comissário.

E, enfim, dirá V. Mercê desenganado da dúvida em que me diz persistia sobre o outro suposto estabelecimento do Piuhiuniri, para do mesmo modo disso me informar.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 24 de abril de 1786.

P.S. — Sendo possível de averiguar, desejarei saber que número de homens, de mulheres, rapazes, raparigas e crianças com-

preende ao certo cada um dos referidos estabelecimentos, incluído o do Amanã, como o primeiro e principal de todos. — *João Pereira Caldas.*

Exame dos novos estabelecimentos dos Muras, que por ordem de V. Exa., de 25 de abril, em carta nº 2 fiz e é o que consta na seguinte narração

MAMIÁ

Quatro casas muito boas, quanto possível, em que se recolhem:

Índios	60	
Mulheres	59	
Rapazes	30	entrando crianças
Raparigas	35	entrando crianças

Acham-se fora sessenta e quatro almas, entre adultos e inocentes, segundo a conta que me deu o Diretor Macedo e, segundo a que eu pude alcançar deles e não havendo a língua por estar fora, tive minha dificuldade em os atender; mas a conta confere com a que o mesmo Diretor me dá de 250 almas, que é o casco com que se principiou aquele estabelecimento.

A este número se têm vindo ajuntar e voltado muitos outros das campinas do Madeira para onde tem fácil comunicação, e aonde vão sair subindo pouco o mesmo Mamiá; os quais índios deram esperança de vir estabelecer-se nesta povoação, esperança que já me tinha dado um dos mesmos do Madeira, que com o Principal do Mamiá me tinha ido falar em Ega. Esperança (outra vez digo) que agora me tornaram a ratificar alguns destes mesmos índios que ali se achavam e que tinham chegado daquelas campinas, trazendo a notícia de que os Mundurukus tinham feito entre os parentes daquele domicílio horrível carnagem e que também por essa causa se queriam vir ali estabelecer.

E a povoação de Mamiá situada em um terreno alto, distante da boca do rio daquele nome, que conclui sobre o Amazonas seis léguas, pela estimativa; o qual rio, subindo-se duas horas de viagem principia a se alargar de forma que figura um grande lago, na margem boreal do qual está aquela povoação em uma ponta de terra firme, onde têm os novos povoadores umas pequenas roças que já desmancharam e replantaram de milho, todas vizinhas às casas; tem também, além de suas fruteiras já plantadas, em alguma (mas pouca) distância um grande roçado para plantar maniva, que já tem principiado a conduzir do lugar de Alvelos, que não

lhe ficando distante pelo Amazonas acima, fica-lhes por um igarapé que está logo abaixo da povoação, e dele por um pequeno trajeto muito perto. Farei se agradar a V. Exa. ainda que informemente, a planta daquele rio, lago e povoação, para me fazer perceber melhor, conforme o que observei e alcancei de notícias.

MANACAPURU

Neste não pude examinar distintamente o número de almas, quantos de cada um dos sexos e idade; porque a maior parte ou quase todos tinham ido precipitadamente poucos dias antes, acudir as mulheres que ainda tinham nas campinas e na habitação dos Antazes, aonde tiveram notícia, pelos Mundurukus e o Xumas ou, ambas estas nações juntas, porque de ambas acharam os efeitos; estes comendo e aqueles degolando, o que não é comum nos bárbaros destas duas nações. Por essa causa não pude fazer a numeração dos indivíduos deste novo estabelecimento; mas assegura-me o Sargento-Administrador constar de mais de 300 almas, sendo que achei 54, a maior parte crianças.

Está esta povoação, que tem dez ranchos, ainda não completamente casas, mas que reparam suficientemente do tempo, situada na margem setentrional do Amazonas para cima do Pesqueiro do Caldeirão, estimativamente sete léguas; e nele faz a maior assistência aquele administrador, tanto porque lhe fica o lago em que se pesca mais próximo, como porque estando com mais comunicação com os novos povoadores, observa melhor os seus movimentos, promove melhor o adiantamento daquele estabelecimento, e assim se civilizam mais, pontos-de-vista que persuadi tanto a este Sargento, como àquele Diretor os em que mais se deviam interessar e não menos os tratar com afabilidade, com brandura, disfarçando com prudência por agora alguma grosseria e passo errado que derem. Esta mesma prática tem o Diretor do Maripi, Matias Fernandes e assim também a de reduzir os novos colonos do Amaná a mudarem-se para o Japurá, no que creio eles estão concordes pelo desgosto com que se acham daquela situação, que eles mesmos tinham escolhido.

AMANA

Não podendo eu dizer ao certo o número de almas que terá, já ordenei àquele Diretor o examinasse com a individualização por V. Exa. ordenada e que desse parte ao Sargento-Mór, segundo comissário, para este a dar a V. Exa., como o instruí. Infiro, porém, que serão mais de 200 almas, incluindo os Yumânas que

estão com eles, e, além de um grande troço do Juruá, aonde eu mandei prática e tinham vindo com o Principal meu emissário, que os foi praticar em direitura ao Amaná, de onde ainda me não tinham vindo falar, por se estarem restabelecendo das sezões com que todos vieram, como este mesmo Principal me mandou.

DO PIURINI

O estabelecimento, que eu equivocadamente tinha dito a Vossa Exa. chamar-se Piuhinuri, no meu suplemento da data de 1º de junho de 1785, e que me prometeu um Principal novo Mura, que foi a Nogueira falar-me e, conduzido pelo primeiro que me apareceu com o Matias e disse a V. Exa. em carta da mesma data e mês, pretendia ir fundar no lago Piuhinuri, é o que achei agora ter-se estabelecido no Mamiá; e suposto ele me fosse falar a Ega, já depois de estar ali fundando, como participei a V. Exa., em data de dezembro de 1785, tão desfigurado ia, que não reconheci como o que me falou em Nogueira e só por um, que com outros dos muitos que me têm vindo falar, eu tinha praticado para fundar no Mamiá, tendo-lhe conhecido nessa ocasião inclinação a este lugar, e não me lembrando que lhe tinha encarregado o tal estabelecimento do referido Piuhinuri, verdadeiramente Piurini. Agora que conheci ser o referido Principal o encarregado daquela nova colônia fico desvanecido de que haja lá o estabelecimento esperançado, salvo se o irmão do Ambrósio for o que com o seu troço lá tenha ido fundar, como também lhe recomendei, por ser aquele lago a sua antiga habitação, assim como era o Mamiá a do Principal em questão e que ali estabelecido se achava, o que não deixa de ter alguma probabilidade porque o tal irmão do Ambrósio me disse, e tem dito ao Matias, que estava roçando naquela paragem, depois que levou a minha prática aos que daquela nação vagavam e infestavam o Rio Negro, do que informará melhor o mesmo Matias, agora que desembaraçado de outras diligências deverá lá ir como eu lhe tinha ordenado.

É o lago Piurini, um dos três grandes lagos, que correm paralelos ao Rio Negro, comunicados de uns nos outros; o primeiro, o famoso lago dos Codajás, por onde se entra para os outros e tem a sua foz na margem setentrional do Amazonas onde desagua. O segundo, o lago Piurini de que se trata, e desagua no primeiro. O terceiro, o lago Achequiuni, do qual por um trajeto se comunica com o lago Maraa, (*) o qual desagua no Japurá e de que já dei parte a V. Exa. e por diferentes trajetos, tanto deste último Ache-

---

(*) Também Maraã.

quiuni, como dos outros se passa ao Rio Negro até às povoações de Airão para cima.

Despesa feita com os Muras dos dois estabelecimentos

10 alqueires de farinha
4 dúzias de facas
2 ditas de arpões de todo o peixe
2 ditas ditos de tartarugas
6 ditas de sararacas
2 cabeças de linhas
1 milheiro de anzóis brancos
4 frascos de aguardente de cana

João Batista Mardel

PARA O SARGENTO-MÓR, SEGUNDO COMISSÁRIO DA QUARTA PARTIDA PORTUGUESA, HENRIQUE JOÃO WILKENS, ACHANDO-SE COMANDANDO O QUARTEL DA VILA DE EGA

Acho conveniente remeter a V. Mercê a cópia inclusa da ordenada informação que me apresentou aqui o Tenente-Coronel João Batista Mardel, como efeito do exame e das disposições que praticou a respeito dos novos estabelecimentos dos índios Muras; para que V. Mercê em vista do conteúdo na dita informação, possa continuar a me informar do que mais for ocorrendo sobre os dois dos mesmos estabelecimentos do Amaná e Mamiá, como situações que ficam em maior vizinhança desse quartel, e assim com mais comodidade de dele se socorrerem e do preciso se providenciarem; promovendo V. Mercê também a proposta e consentida a mudança dos habitantes do Amaná para o elegido lugar do Japurá, pelo prudente e suave modo que tenho advertido e muito torno a recomendar.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 20 de junho de 1786. — *João Pereira Caldas.*

DO COMANDANTE DO REGISTRO DA VILA DE BORBA

Ilmo. e Exmo. Sr. — Pelo Diretor da vila de Serpa fui entregue da carta de V. Exa. com a data de 21 de março do corrente ano e do pequeno saco de papéis que V. Exa. pelo mesmo me enviou para ser remetido ao Exmo. Sr. General do Mato Grosso.

Até ao presente tempo ainda aqui não chegaram canoas daquela capitania, nem do Pará também para subirem.

Participo a V. Exa., em como mandando eu uma canoa minha à boca do Rio Antazes, a gente que nela ia topou com o gentio Mura, e lhe falaram sem lhe fazer mal, antes lhes mostraram muito agrado e lhe disseram que queriam falar comigo e que logo cá vinham.

Em 21 de abril seriam três horas da madrugada, chegaram aqui duas cascas de pau com sete índios e uma mulher; entre eles vinha um sobrinho de um dos Principais e me disse que o Principal queria vir para ser meu camarada; eu lhe disse que viesse e logo lhe dei algumas coisas e se foram embora.

Em 6 do mês próximo passado de maio, vieram dois Principais, um de nação Iruré e outro de nação Javari e trouxeram setenta e dois índios de arco, nove mulheres e oito crianças e me disseram que os Mundurukus lhes tinham morto muitas mulheres e alguns homens e tinham vindo com a sua gente para o dito Rio Antazes; aqui estiveram um dia e uma noite, até ao outro dia; dançaram muito, os Principais muito contentes juntamente com os demais índios; também lhes fiz o bem que pude para os contentar e lhes prometi de os ir lá visitar; nesta ocasião me entregaram um índio desta vila, que tinham apanhado no tempo do Tenente já falecido, Francisco Borja, o qual índio aqui se conserva.

Em 16 do mesmo mês de maio veio uma casca com quatro índios a trazer uma índia desta vila, que havia trinta anos a tinham apanhado; esta veio doente e me mandou dizer o Principal que se vivesse a conservasse cá e se morresse que vinha para a enterrar na sua terra; a qual faleceu, mas se confessou primeiro.

Em 25 do dito mês parti para onde se acham os referidos Principais e lá estive uma noite, até o outro dia ao jantar, e então vi a maior parte da sua gente; os desejei contar, mas não o fiz para não os por em desconfiança; porém, perguntei ao Principal Iruri, que é quem governa a todos, que gente teria e me disse que teria quatrocentas, perto de quinhentas pessoas, o que não duvido, pois vi muitos e na pesca tinha trinta e tantas cascas de pau com muita gente; lá os pratiquei o melhor que pude, a que fizessem a sua povoação mais perto e agora ficam a querer principiá-la daqui a meio dia de viagem pelo rio acima; e defronte do lago onde estão já têm feito suas roças muito boas, com as ferramentas que lhes tenho dado. O ferreiro desta vila, com dois aprendizes não faz mais que trabalhar para eles, mas foices e machados é que não possuem, e facões também lhes custam; eu lhe tenho dado a ferramenta que possuía e o mais que a V. Exa. será constante algum dia, tudo a fim de os agradar, por aqui ter notícia de quanto

V. Exa. os estima; e assim se V. Exa. mandar que se me empreste do Armazém Real, para eu mandar vir outras, algumas foices, machados e facões, com algumas miçangas, por ser coisa que eu não posso suprir agora, para se lhe dar, a fim deles continuarem com mais eficácia na fatura das suas roças, as mais coisas de que eles precisarem, pertencentes à ferragem será suprida pelo ferreiro daqui.

Nesta mesma ocasião em que lá fui, lhe disse que tinha licença para ir à cidade, que foi de que não gostaram, e suposto eu ter participado a V. Exa. que havia daqui saído no mês passado de maio, não o fiz, não só por respeito ao gentio, como por não terem subido as canoas para Mato Grosso, porquanto os sacos e o mais que V. Exa. enviou, não o entrego senão a quem os há de levar, só si com determinação de V. Exa.

No 1º do corrente mês vieram outra vez os dois Principais e cento e quarenta e três pessoas, entre homens e mulheres e o Principal Iruri me veio dizer que eu tinha feito camaradagem com ele, e assim que não queria que fosse daqui para parte nenhuma, porquanto não queria que viesse outro e os tratasse mal, e que quando eu me fosse ele ia outra vez embora com a sua gente toda; estiveram aqui três dias por querer ver levantar o mastro do Divino Espírito Santo e o de Santo Antônio e dizem querer vir ver a festa, que eu os mandasse avisar, ou que cá haviam de mandar saber quando era; e partiram a ir buscar os mais todos para principiarem a povoação.

Também alguns deles já têm vontade de ficar aqui; se Vossa Exa. assim houver por bem, poderei já ir deixando-os ficar pouco a pouco; e quando eu lá fui, me deu o Principal um rapaz e disse que era para mim; poderá ter quatorze, até quinze anos. Quando cá vieram esta última vez já fugia dos parentes e é muito esperto e muito claro, parece mameluco e assim sobre a minha ida à cidade V. Exa. determinará, que eu estimo mais ter ocasião de poder agregar esta gente a esta vila, do que outro qualquer interesse meu.

Na mesma forma participo a V. Exa., em como os referidos Principais trazem consigo alguns de nação Turá, que têm aqui um Principal por nome José e várias mulheres da mesma nação; os dito logo que chegam se vão meter na casa delas e lhes trazem seus macacos de mimo; os mais são das nações dos ditos Principais e Muras, todos andam misturados. Gostam muito de farinha e quando cá vêm limpam as casas da que têm; eu tenho uma roça que estou agora mandando desmanchar a toda pressa, para ter pronta quando vierem, e será preciso socorrê-los com alguma para enquanto a não têm.

Quem serve de guia ao dito gentio é um índio chamado Adam, da vila de Monte Alegre, que apanharam há doze anos, indo para Mato Grosso com o soldado Antônio dos Santos; este lhe fez boas práticas e o que ele diz ao Principal Iruri, é o que se faz; ainda trazem consigo dois da vila de Óbidos, um deles não é muito bom, o qual se chama Leandro, e o Principal diz que mo há de mandar se ele fizer má prática, para eu o remeter a V. Exa., e não tornar cá mais, porquanto é pior que o mesmo gentio, e tem feito bastante mortes; e que eu posso dizer a V. Exa. é que tem muito má cara e é torto e não tem senão um olho.

O soldado que a V. Exa., esta há de apresentar é Antônio Teixeira Zigre, o mando à vila de Serpa, para de lá se transformar à Fortaleza e desta na primeira ocasião partir, pois não o mando em direitura a essa capital, porque os índios que aqui há são poucos e poderá entretanto chegar correio do Mato Grosso e não ter com quem o possa enviar a V. Exa.

O Soldado Domingos Inocêncio, que tinha ido para o Pará em companhia do cabo de esquadra Elias José Liz, foi S. Exa. o Exmo. Sr. General do Estado servido mandar-lhe dar baixa e a escusa passada pelo seu Coronel, a remeto agora ao Sargento-Mór Comandante Domingos Franco de Carvalho; e o dito Soldado logo que aqui chegou, faleceu daí há pouco tempo e mais seu filho, por virem muito doentes.

Rogo a V. Exa. que no caso de haver por bem vir outro em lugar do referido, que não seja nenhum dos que aqui têm estado, porquanto estou informado da sua conduta; e não tenho a Vossa Exa. mandado daqui alguns para não amofinar, que só Deus sabe o que tenho aturado.

V. Exa. me queira honrar com as suas determinações, e de que devo daqui em diante obrar sobre o referido gentio, perdoando-me V. Exa. qualquer coisa que até aqui tenha praticado contra o agrado de V. Exa. a quem desejo a mais sólida saúde, na posse das maiores felicidades.

Deus guarde a V. Exa. muitos anos. Borba, a 13 de junho de 1786 — De V. Exa. muito humilde súdito — *Antônio Carlos da Fonseca Coutinho.*

RESPOSTA

Principiada inesperadamente a parte do Rio Solimões a feliz e interessante obra da voluntária paz e redução a que se veio oferecer o gentio Mura, esperava eu já pelas participações que das suas práticas e promessas se me haviam feito, que o mesmo daí suce-

desse; e com efeito com grande gosto meu o vejo assim verificado pela carta de V. Mercê, que trazendo a data de 13 do corrente mês, na tarde do dia de ontem recebi; avisando-me V. Mercê do que o dito gentio tem dessa parte obrado e de que V. Mercê o tem procurado agasalhar e animar na forma que me relata e que eu muito estimo e muito louvo a V. Mercê.

Sabia eu também já da carnagem que o outro gentio Munduruku havia feito nos mesmos Muras. O mau é que, reduzidos estes, se venham aqueles introduzir nesse rio, e fazer o seu estabelecimento no Antazes, para que se bem livres de uns, não deixe de ficar sempre infestada de outras essa navegação; porém, menos inimigos haverá a combater e para o seu tempo se castigarem, os referidos Muras nos serão de grande ajuda e vantagem.

Esta considero eu maior, em que os ditos Muras fiquem e se unam a essa vila; e como V. Mercê me diz que muitos assim mesmo o querem e desejam, cuido que lhe não será dificultoso de reduzir todos a que aí se estabeleçam, para se restabelecer a vila da sua diminuída população e melhor se ir diligenciando, e conseguindo a civilização da mesma gente, propondo-lhes e persuadindo-lhes V. Mercê que também se assim se estabelecerem, ficarão mais protegidos e seguros contra algum insulto, que mais separados, poderão dos seus contrários experimentar, não tendo lá nem os soldados, nem os moradores dessa vila, que em alguma invasão, ou violência os possam ajudar e defender. Porém, se enfim mostrarem resistência, para largarem a situação que escolheram e em que principiaram a roçar, V. Mercê não os obrigará; e nesse caso auxiliará e dirigirá aquele estabelecimento o melhor que possível lhe for.

Para assim se facilitar, não obstante a falta em que se acham estes armazéns reais e na demora de não terem ainda chegado da cidade as canoas, que devem conduzir os fornecimentos precisos ao consumo do presente ano; mando vinte e cinco machados, outras tantas foices, outros tantos ferros de cova, dez dúzias de trinchetes, dez ditas de facas, três rolos de pano de algodão, seis cabeças de linhas, dois milheiros de agulhas e dois ditos de anzóis; e não vão os facões que V. Mercê pede, porque não os há para se repartirem, nem a miçanga.

Da obra de ferreiro que com o mesmo fim se tem aí feito, e as continua a fazer; e semelhantemente do sustento de farinha e de outras despesas; formará V. Mercê individuais e autênticas relações, que assim remeterá ao Provedor da Real Fazenda, da Repartição da Capitania, dando também de tudo conta ao governo interino.

É muito louvável, que sem embargo da precisão das suas dependências para que tinha licença do Exmo. Sr. General do Estado

de as ir tratar na cidade, V. Mercê em vista do presente sucesso prefira o interesse do real serviço, pelo que sem dúvida de importante pode render a S. Majestade e tanto maior a Deus Nosso Senhor, atraindo-se ao grêmio da igreja toda essa miserável gente; e nesta inteligência estou certo, que S. Exa. tanto não levará a mal que V. Mercê deixe de usar da referida licença, que pelo contrário assim o estimará muito.

E logo que, sem desconfiança da mesma gente, V. Mercê puder conseguir averiguar, e saber o seu total, número, formará e me remeterá, uma relação na mesma figura e distinção dos mapas da população de cada freguesia, que estabeleci no tempo do meu governo neste estado, segundo aí mesmo é constante a Vossa Mercê.

Em lugar do soldado desse destacamento, que no Pará obteve baixa, e que ultimamente faleceu, ordenei de ir outro filho dessa vila, e que me consta ter aqui muito bem procedido.

Recomendo ultimamente a V. Mercê que, no mesmo ordenado arrajamento dos Muras, haja toda a prudência e que de forma nenhuma se escandalizem, nem se pretenda deles por agora trabalho que repugne aos seus costumes, para que aborrecidos se não tornem à vida licenciosa, que acabam de largar.

Em separada carta tratarei de outro acrescido saco de papéis que a V. Mercê dirijo, para com os cinco precedentes que aí se acham detidos, se encaminharem todos ao Sr. General do Mato Grosso pelas canoas, que subidas do Pará, cuido estarão a chegar a esse porto dentro de breves dias; e irão também trinta arrobas de café, para se remeterem juntamente, da mesma forma que tenho advertido a respeito das cem arrobas de breu e de que V. Mercê há muito mais tempo se acha entregue.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 28 de junho de 1786 — *João Pereira Caldas.*

DO TENENTE-CORONEL JOÃO BATISTA MARDEL

Ilmo e Exmo. Sr. — Procedendo ao exame por V. Exa. ordenado no dia 30 do passado, a respeito dos Muras, que em 4 canoas (ou cascas de pau) chegaram à presença de V. Exa. esperançando virem 14 ou 15 mais carregadas de gente, que tenham ficado nas vizinhanças da Fortaleza da Barra, ao Paricá (espécie de tabaco de que usam) suposto não se poder entender bem o língua, que é um índio que sendo ainda rapaz e estando no serviço do alferes Ângelo Rodrigues da Cruz, abalizado da vila de Moura, foi apreendido dos Muras e está com eles tão identificado que não

se lembrado nem da língua Baré, nem da Geral, e explicando-se muito mal nesta, pude perceber.

Que os oito índios, sete mulheres e dez crianças entre rapazes e raparigas, ao todo 25 almas, que com ele vieram nestas quatro canoas de pau, pretendiam ir buscar os outros companheiros, que ficaram ao referido Paricá, de onde haviam de voltar para o seu domicílio, cujo número não pude alcançar mais que o dizer-me, que eram muitos, buscar (digo) para se virem estabelecer na vila de Moura, o que efetuariam daqui a cinco meses pouco mais ou menos, que é o tempo em que se costumam fazer as manteigas.

Que a sua vivenda ordinária, quando não andavam a corso, era nos Codajás.

Que não tinham camaradagem com os outros Muras e que não conheciam o Ambrósio, capataz do Amaná, nem o Principal do Mamiá, e que os Muras de Manacapuru eram seus contrários e também que no Piurini não estavam Muras.

Devo refletir, que tendo eu mandado nos princípios de 85 um Principal, irmão daquele Ambrósio, trazer prática aos Muras, que infestavam este Rio Negro, ele me foi dizer, e o mesmo Ambrósio, que já a tinha trazido e que os Muras dos Cadajás, Piurini e Achiquiuni estavam de acordo; o que se prova, pois em todo o resto daquele ano e neste até ao presente, em todas estas povoações cessou a hostilidade, que perpetravam aqueles bárbaros, o que me faz entender, que há malícia em dizerem estes, não conheceram aqueles, ou poderá ser que não me entendendo, o que lhe pergunto, não me saiba em verdade responder.

É certo que a natural inconstância destes miseráveis; a dúvida em que ainda estão da certeza da amizade que com os brancos procuram ter; a habitual vida e costume de viverem como feras os faz ainda vagar sem tomar verdadeiramente assento; o que o Supremo e Onipotente Autor, que principiou esta grande obra é que há de completar; e creio que será pelo caminho de se sofrer por agora com muita paciência a impersistência que neles se há de encontrar; e que o agrado, a liberalidade, o modo e mesmo o meio do temor poderá vencer.

É o que posso informar a V. Exa. do exame que incompletamente fiz.

Barcelos, 1º de julho de 1786 — *João Batista Mardel.*

PARA O DIRETOR DA VILA DE MOURA

Chegando aqui ontem a falar-me uma porção de gentio Mura, habitador do lago Codajás, no Rio Solimões e sendo o seu intento de se me oferecer e querer estabelecer-se nessa vila, de onde é natural um índio que os conduz e que em pequeno apanharam, há largos anos. Eu estando por isso, assim o participo a V. Mercê e que não só a esta porção aceite e a outra que dizem em caminho deixaram, como aos mais parentes e agregados, que quanto se lhe pode perceber, parece que ainda têm no referido lago; acomodando-os V. Mercê e fazendo-os tratar com o maior agasalho, para que não desconfiem e se malogre uma obra, que na voluntária paz e redução destes ferozes bárbaros, só se representa disposta e permitida pela onipotente Mão de Deus todo Poderoso.

As mesmas pessoas vão daqui todas vestidas e brindadas de mais algumas galatarias; e aí as assistirá V. Mercê do preciso sustento por conta da Real Fazenda, enquanto não tem as necessárias roças para a sua subsistência, do que tudo V. Mercê dará conta ao Governo Interino da Capitania, como é da sua obrigação.

A mim me irá também V. Mercê avisando do que for ocorrendo a respeito, para assim me ser presente; e lembro a V. Mercê, que suposto recomendo o bom trato de tal gente, também não menos advirto que por ora nela não haja uma inteira confiança.

Deus guarda a V. Mercê. Barcelos, em 1º de julho de 1786 — *João Pereira Caldas.*

RELAÇÃO DAS ALMAS DO GENTIO MURA, QUE SE ACHA EFETIVO NO ESTABELECIMENTO DO MANACAPURU

Índios	76
Índias	48
Rapazes	23
Raparigas	17
Inocentes	50
Soma	214

Sebastião Pereira de Castro
Administrador

RESPOSTA

Pela carta de V. Mercê de 3 de julho do corrente ano, e pela relação a ela junta, fico ciente de tudo que V. Mercê novamente me participa e informa sobre esse novo estabelecimento de índios Muras; e sendo certo que eu quero que a eles se trate com a paciência e bom modo, que a V. Mercê tenho recomendado, convém contudo de os ir animando e persuadindo a que cuidem das suas roças para se sustentarem e para as quais destas povoações tem ido a maniva que a V. Mercê se terá entregue e irá a mais que for possível.

O dito novo estabelecimento se ficará denominado Lugar de São Sebastião da Pedreira; e assim o terá V. Mercê entendido.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 22 de setembro de 1786 — *João Pereira Caldas.*

DO ADMINISTRADOR DO PESQUEIRO REAL DO CALDEIRÃO

Ilmo. e Exmo. Sr. — Dou parte a V. Exa, respectiva ao gentio Mura que se acha no estabelecimento de Manacapuru. Pela relação inclusa conhecerá V. Exa, as pessoas que se acham no dito estabelecimento, sendo o número de trezentas e tantas almas, por razões de serem volantes, se acha só este número de que poderão recolherem-se pelo tempo em diante, motivo por terem suas roças para seu sustento, porque agora desculpam-se que vão às suas terras por causa de algum mantimento; estas almas que aponto a V. Exa. são assistentes no dito estabelecimento.

Outrossim, recolhendo-se o Tenente-Coronel João Batista Mardel da vila de Ega para Barcelos, me mandou uma carta por um soldado me achasse eu no dito estabelecimento, de que logo dei execução; chegando o dito mandou por a gente que se achava; ele dito os brindou e lhe deu uma prática de que ficaram muito contentes, ainda que se não achava o número de almas que no presente se acham; porém, logo tiveram a notícia uns dos outros; também fui à Fortaleza da Barra com algum gentio, indo um deles abalizado, por me pedirem que queriam lá ir; os moradores todos lhes fizeram seus mimos, uns lhe davam farinha, outros pacovas, principalmente Antônio José de Sequeira Gancho brindou alguns com suas camisas, e calção onde deu ao abalizado sua casaca, vestia, calção, camisa e chapéu, do que ficaram muito contentes, agora ando reconduzindo algumas manivas para replantação das roças, ainda que eles gentios fogem muito ao trabalho; porém, cá os vou

Gancho

aplicando com paciência, quase pedindo-lhes por favor, que não tenho outro remédio; é o que se me oferece dizer a V. Excelência.

Deus guarde a V. Exa, muitos anos. Pesqueiro Real do Caldeirão a 3 de julho de 1786 — Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas — De V. Exa. súdito muito obediente e criado — *Sebastião Pereira de Castro* — Administrador.

DO SARGENTO-MOR, SEGUNDO COMISSÁRIO HENRIQUE JOÃO WILJENS EM DATA DE 10 DE JULHO DE 1786

Ilmo. e Exmo. Sr. — A este quartel chegaram alguns índios da nação Yumâna e Muras, com carta do diretor do Maripi, Matias Fernandes e que ao destino se dirigiam de darem princípio à nova povoação, no sítio e terreno que pelo Tenente-Coronel João Batista Mardel lhes foi destinado; com a salsa que traziam, se proveram de machados; mas não havendo aqui venda de foices e que igualmente de farinha necessitavam para sustento dos que os roçados e povoação nova fundamentar se dispunham; a bem do Real Serviço e dos públicos interesses, julguei dever-lhes facilitar as foices pedidas e que foram por empréstimo do Real Armazém, fazendo delas carga ao dito Diretor e vinte alqueires de farinha, que também meios haverá para fazer entrar com brevidade nos Reais Armazéns, talvez com vantagem. Acompanha a esta a relação do referido pelo Inspetor assinado.

RELAÇÃO DO QUE LEVARAM OS YUMANAS EM PAGAMENTO DE DUAS ARROBAS DE SALSA QUE TROUXERAM, EGA, 9 DE JULHO DE 1786

7 machado ... a 705 r	4$935
2 dúzias de faca cabo de peso	2$000
4 facas grandes ... a 240	$960
1 espelho grande	$100
2 anzóis	$005
	8$000

Soma oito mil réis, produto de duas arrobas de salsa que trouxeram os ditos índios acima declarados, tomados por Manoel José de Oliveira.

LEMBRANÇA DO QUE LEVARAM OS DITOS ÍNDIOS DOS ARMAZÉNS REAIS PARA SEU FORNECIMENTO

Vinte alqueires de farinha	20
Duas foices para roçarem	2

Pedro Esteve
Sargento Inspetor

DO MESMO EM 26 DE JULHO DE 1786

Aqui mesmo acuso recebido o ofício nº 3 com a incluída cópia da informação ordenada por V. Exa, e entregue pelo Tenente-Coronel João Batista Mardel, a respeito dos novos estabelecimentos dos Muras e Yumânas e farei a V. Exa. as devidas participações logo que alguma novidade digna de atenção neles ocorrer, assim como o farei logo que se efetuar a proposta e consentida mudança dos habitantes do Amaná, para o elegido lugar do Japurá, promovendo a dita mudança com a prudente e suave modo, que V. Exa. advertiu e novamente foi servido recomendar.

RESUMO DE TODOS OS ÍNDIOS DO LUGAR DE SÃO JOÃO BATISTA, HABITANTES NO JAPURÁ ? REMETIDO PELO DIRETOR MATIAS FERNANDES, EM 28 DE MAIO DE 1786

Principais	3
Índios	39
Índias	45
Rapazes	21
Raparigas	13
De menor idade	32
	153

Falta ainda o Principal primeiro, que apareceu com toda a sua gente, que foi para o Codajás, que foi junto com os Muras do Juruá, o qual ainda não veio — *Antônio Leitão de Pinho.*

DO MESMO E NA MESMA DATA

Acompanha a esta relação pelo escrivão da fazenda assinada, de tudo que se deu aos Muras e Yumânas, que a este quartel vieram em 8, em 13 e em 20 de julho.

RELAÇÃO DO QUE SE DEU DE PRÊMIO AOS GENTIOS MURAS, QUE VIERAM A ESTA VILA, EM 8 DE JULHO DE 1786

6 espelhos
6 navalhas de barba
16 sararacas
6 canivetes
6 pentes de marfim

Ega, 11 de agosto de 1786 — O escrivão da Real Fazenda da Quarta partida — *Pedro José Pereira.*

RELAÇÃO DO FORNECIMENTO QUE TROUXERAM O GENTIO MURA PARA OS ARMAZÉNS DESTA QUARTA PARTIDA E O PRÊMIO QUE SE DEU AOS DITOS, EM REMUNERAÇÃO EM 13 DE JULHO DE 1786

27 tartarugas
2 ditas pequenas
18 capitaris

RECEBERAM

6 arpões de tartaruga
12 tesouras
12 navalhas de barba
14 sararacas

Ega, 11 de agosto de 1786 — O escrivão da Real Fazenda da 4a. Partida — *Pedro José Pereira.*

DO MESMO E NA MESMA DATA

Assim mesmo vai a relação da necessária despesa feita com o socorro pedido, para o novo estabelecimento dos índios Yumânas,

conforme as ordens de V. Exa. e que se lhes franqueou, por peditório e representação do diretor Matias Fernandes em 11 de julho deste ano.

RELAÇÃO DO QUE RECEBERAM DOS ARMAZÉNS DESTA QUARTA PARTIDA, OS ÍNDIOS YUMANAS, PARA ADIANTAR O NOVO ESTABELECIMENTO QUE PRETENDEM FAZER E PARA A CULTIVAÇÃO DAS ROÇAS, QUE PRETENDEM FAZER, O SEGUINTE:

20 alqueires de farinha
4 foices

Ega, 11 de agosto de 1786 — O escrivão da Real Fazenda da 4a. Partida — *Pedro José Pereira.*

DO MESMO, NA DATA DE 4 DE SETEMBRO DE 1786

Aqui mesmo presente será a V. Exa. a relação do que levaram os Muras, que em 27 de agosto a este quartel vieram, trazendo vinte e uma tartarugas.

Relação das tartarugas que meteram nesta Real Fazenda o gentio Mura e do que receberam em pagamento das ditas, a saber:

21 tartarugas .... 21 tartarugas

RECEBERAM

2 frascos de aguardente de cana ..	2 frascos
7 navalhas de salto	7 navalhas
5 ditas de barba	5 de barba
12 espelhos	12 espelhos
48 sararacas	48 sararacas
6 arpões de tartarugas	6 arpões
Ao Principal dos ditos	
5 varas de pano de algodão	5 varas de pano
5 varas de pano de algodão	5 varas de pano

Ega 28 de agosto de 1786 — O escrivão Real da Fazenda da 4ª partida. *Pedro José Pereira*

RESPOSTA

Como não só em uma das recebidas e já acusadas cartas de V. Mercê que trouxe a data de 10 de julho, mas mesmo em três

mais datadas de 26 do dito mês e ultimamente em outra de 4 do corrente, me trata V. Mercê sobre índios Muras; separadamente a este objeto direi a V. Mercê, que de tudo fico ciente; e que esperando se não descuide da determinada mudança do estabelecimento do Amanã, para a paragem elegida do Rio Japurá *; fará V. Mercê, logo que ela se efetuar, que aquela nova povoação se fique denominado *Lugar de São João Batista de Japurá* — Visto que pela referida mudança assim é preciso alterar a primeira denominação.

Deus guarde a V. Mercê. Barcelos, em 22 de setembro de 1786.

P. S. — Terá a denominação do — Lugar de São Pedro do Mamiá — aquele segundo estabelecimento de Muras; e assim de ordem minha o fará V. Mercê entender ao respectivo diretor — *João Pereira Caldas.*

DO COMANDANTE DO REGISTRO DA VILA DE BORBA, EM DATA DE 15 DE AGOSTO DE 1786

Hoje cheguei (dizia à vila de Serpa) e parto amanhã de madrugada, pois me estarão esperando os Muras, que poderão ter chegado e já deixei quatro na vila se não quiseram ir, e ficaram roçando; os mais vieram buscar maniva para plantarem as suas roças que tinham feito e acabadas que sejam, já vêm a fazer casas; e como partiram há dias, julgo os irei achar.

Proximamente vieram muitos e em uma dança que armaram, contei cento e trinta e sete, fora muitos que não entraram nela, mulheres, rapazes e crianças; e tornaram a entregar-se outro rapaz índio da vila por nome Bazaliano, que andava em outra maloca para as bandas do lago de Sampaio, aonde já mandei praticar outros, e vieram bastante, agora contiuarei a fazer o que puder.

RESPOSTA PARA O SOBREDITO EM DATA DE 6 DE OUTUBRO DO MESMO ANO

Fico ciente de quanto V. Mercê me participou na data de 15 de agosto próximo passado; e hei de estimar que a respeito de Muras vá continuando a mesma felicidade que principiou a experimentar-se.

---

* À margem lê-se. — De efetivamente se ter executado a ordenada mudança. deu parte o dito major por carta de 6 de dezembro do mesmo ano de 1786.

DO DIRETOR DA VILA DE SERPA, EM DATA DE 24 DE SETEMBRO DE 1786

Participo a V. Exa. que, no dia onze do corrente mês de setembro, chegaram ao porto desta vila seis canoas de gentios Muras a fazer pazes e eu os premiei com ferramentas, pano e miudezas, tudo à minha custa e vesti três Principais de casacas, véstias e calções, para os contentar e a todos os mais lhes mandei fazer roupa de que ficaram satisfeitos; também fui com eles às suas terras e levei facas e miçangas para as mulheres e os mais que lá estavam, só a fim de ver se desciam para a povoação; porém entre eles não há intérpretes da língua geral, só por ações se percebe pretenderem descer. Em minha companhia veio bastante gente para a povoação, para o que desmanchei um rolo de pano, pertencente à mesma, por eu já o não ter; foi para fazer saias e camisas às mulheres. Veja V. Exa, que eles procuram muito ferramentas, panos e miçangas; e nestes termos eu já não tenho o que lhes dar só se V. Exa, mandar pela Fazenda Real alguns prêmios, pois o gentio é muito e são aqueles que atacavam esta povoação. Estimarei que tudo isto V. Exa, o haja por bem.

RESPOSTA EM DATA DE 6 DE OUTUBRO DO MESMO ANO

Na manhã do dia 4 do corrente, chegou aqui o portador, que com a carta de V. Mercê de 24 de setembro me conduziu a do Exmo. Sr. General do Estado e as outras que a V. Mercê vieram remetidas de Santarém, no destino de prontamente m'as enviar.

Estimo muito de saber o que V. Mercê me diz sobre o gentio Mura que, infestando essa povoação, se foi a ela oferecer em ar de paz e o que V. Mercê com ele praticou; e para se contentarem, segundo o pouco que há nos armazéns da Capitania, agora irão os gêneros de que a V. Mercê se avisará pelo Provedor da Provedoria da mesma Capitania, pondo V. Mercê todo o empenho em que a mesma gente se vá reduzindo e estabelecendo, como a respeito da que saiu em Borba, tenho ordenado aquele Comandante.

DO MENCIONADO COMANDANTE DA VILA DE BORBA, EM DATA DE 26 DE NOVEMBRO DO REFERIDO ANO DE 1786

Em ocasião presente escrevo ao Governo desta Capitania para me remeterem mais um barril de pólvora, com perdigotos,

pois suposto terem-me mandado um há pouco tempo e não se ter gasto nenhuma, mais vale que sobre que falte, porquanto está esta vila rodeada de Mundurukus, que quase todos os dias me vêm os Muras com novidades de lhes acharem trilhas; motivo porque despendi a pólvora quase toda com o destacamento, moradores brancos e índios, que todos se acham municiados para qualquer ataque que houver, sem ser preciso nessa ocasião haver balbúrdias e lhes passo revista de quinze em quinze dias, ao que receberam para ver se o tem pronto e a todo o tempo se recolhe ao armazém. Também mando pedir ao menos doze armas de fogo boas, porquanto as que aqui existem só servem no nome, que para nada prestam; por mais consertos que lhes tenho mandado fazer pelo ferreiro, ficam piores; algumas minhas andam suprindo e ainda em diligências; mando também pedir mais pano; e várias coisas que V. Exa. verá na relação inclusa.

Eu vou até ao presente continuando com bom sucesso com a domação dos Muras e afirmo a V. Exa. ter chegado já a perto de mil pessoas entre grandes e pequenos, que aqui se acham assistidos, ainda que vão aos Antazes, continuadamente tornam a vir logo; já lhes fiz quatro casas e vou continuando com mais, porém entretanto assistem por casa dos índios; está tudo cheio deles, têm feito muita roça, e mostram estarem contentes.

Por ora não posso a V. Exa. mandar a relação, que V. Exa. me manda lhe remeta por carta de 28 de junho passado, por não me ser possível contá-los ainda; mas vai uma relação das pessoas pertencentes à povoação que me têm entregado e a outra irá logo que as possa conseguir.

RELAÇÃO DO QUE MANDO PEDIR AO GOVERNO INTERINO DESTA CAPITANIA PARA DAR AO GENTIO

Pano de algodão
Durante de cores encarnado e verde
6 camisas de bretanha para os Principais
6 chapéus para os ditos
Miçangas
Navalha de barba
Tesouras
Facas
Espelhos
Agulhas grossas
Fitas
Facões
Machados e foices

RELAÇÃO DOS ÍNDIOS QUE O PRINCIPAL IRURI TEM ENTREGADO

Da vila de Borba	(1. Rafael (2. Bazaliano (3. Santiago
Da vila de Silves	(4. Leandro (5. Agostinho, rapaz mameluco (6. Celestino, rapaz (7. Teresa
de Monte Alegre	(8. Adão
Da vila de Oeiras	(9. Miguel
Da vila de Óbidos	(10. João Antônio

Antônio Carlos da Fonseca Coutinho

RESPOSTA PARA O SOBREDITO EM DATA DE 30 DE DEZEMBRO DO MESMO ANO

Tendo advertido aos governadores interinos da Capitania, para, em havendo ocasião, remeterem a V. Mercê o novo pedido de fornecimento de pólvora e perdigotos a fim da devida cautela e defesa contra os insultos dos Mundurukus; e mau é que, livre esse rio do flagelo dos Muras, venha aquele outro gentio ocasionar novos incômodos, avançando-se tanto desde o rio Tapajós, em que até agora eram os limites do seu domicílio e das suas praticadas barbaridades. Também tenho advertido de ir de armas e do mais que V. Mercê requerer, o que for possível, em proporção do que existir nos armazéns e houver em termos de repartir; e de tudo se avisará a V. Mercê pelos referidos governadores.

No mais estimo muito de saber que aí se acham contentes os Muras e que vão continuando no seu estabelecimento, principalmente de boas e grandes roças de farinha; e isto torno a recomendar muito a V. Mercê, para melhor se segurar a subsistência desses novos moradores.

DO SARGENTO-ADMINISTRADOR DO PESQUEIRO REAL DO CALDEIRÃO NO RIO AMAZONAS

Ilmo. e Exmo. Sr. — Recebi a carta de V. Exa. com a data de 21 de setembro do corrente ano, ficando certo em tudo o que

V. Exa. me determina e também ser socorrido o novo estabelecimento de manivas; e sendo-me preciso representar a V. Exa. se carece de 6 índios ladinos das povoações para se fazer a formalidade das casas, pois só V. Exa. teve a dita de ser no tempo do governo de V. Exa. reduzir esta casta de gentio, de que não consta em tempo algum que o dito gentio tivesse paz, pois, se pode andar pelo rio sem susto algum; até os pescadores não querem escolta consigo, pois andam sem susto; foi Deus Nosso Senhor servido e fortuna de V. Exa. Fica o dito estabelecimento nomeando-se — S. Sebastião da Pedreira — como V. Exa. me ordena.

Deus guarde a V. Exa. muitos anos. Pesqueiro Real do Caldeirão, 6 de dezembro de 1786 — De V. Exa. súdito e criado — *Sebastião Pereira de Castro.*

RESPOSTA PARA O SOBREDITO EM DATA DE 30 DE DEZEMBRO DO MESMO ANO

Ao que V. Mercê me representa por carta de 6 do mês que está a finalizar, sobre lhe serem precisos seis índios ladinos, para ajudarem a melhor construção das casas do novo estabelecimento de Muras, de que V. Mercê se acha encarregado, se me oferece responder-lhe, que com os mesmos índios do Pesqueiro e soldados, pode V. Mercê remediar essa urgência, visto que o muito em que há de empregar os sobreditos índios ladinos, não permite por agora de multiplicar mais essa distribuição.

O adiantamento das roças é um objeto de maior interesse para a subsistência dos novos moradores e porisso muito torno a recomendar-lh'o.

RELAÇÃO DO QUE SE DEU DA FAZENDA REAL AOS MURAS, QUE SE VIERAM ESTABELECER NO LUGAR DE AIRÃO, POR PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1787

Varas de pano de algodão	216"
Cabeças de linhas	6"
Facas	21"
Navalhas	21"
Gargantilhas	22"
Espelhos	22"
Verônicas	22"

FERRAMENTAS PARA O ESTABELECIMENTO DOS MESMOS

Machado	8")	
Foices	8")	Entregues ao Principal
Ferros de cova	8")	

Sendo para cada índio 4 varas de pano, 1 faca e 1 navalha. E a cada índia 1 espelho, 1 verônica e 1 gargantilha.

MAIS EM 11 DE AGOSTO DO SOBREDITO ANO

Para um Principal e sete índios:

Camelão encarnado — Cos.	10" (	Para véstia e calção
Holanda — Jos.	3 1|2 (	
Camisa da bretanha	1"	
Par de meias de linha	1"	

Chapéu	1"
Fivelas para ligas, par	1"
Ditas para sapatos, dito	1"
Facas	8"
Navalhas de barba	8"
Linhas, cabeças	3"
Machado	1"
Foice	1"
Botões de casquinha para véstia e calção	24"
Varas de pano de algodão para sete camisas e sete calções	28"

E ULTIMAMENTE, EM 29 DO REFERIDO MÊS E ANO

Machados	16"
Foices	16"
Ferros de cova	16"

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1 — COSTA E SÁ, MANUEL JOSÉ MARIA

1818 — Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira
História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo V, pt. II, p. LVI-LXXXI.

2 — FONTES, GLÓRIA MARLY DUARTE NUNES DE CARVALHO

1966 — Alexandre Rodrigues Ferreira, Aspectos de sua vida e sua obra. Cadernos da Amazônia, 10:96 p., 34 figs., 2 mapas. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manáus.

3 — GOELDI, E. A.

1895 — Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira mormente em relação às suas viagens na Amazônia e sua importância como naturalista.

Pará, Brasil, Alfredo Silva & Cia., Edit., 168 p. 22 cm.

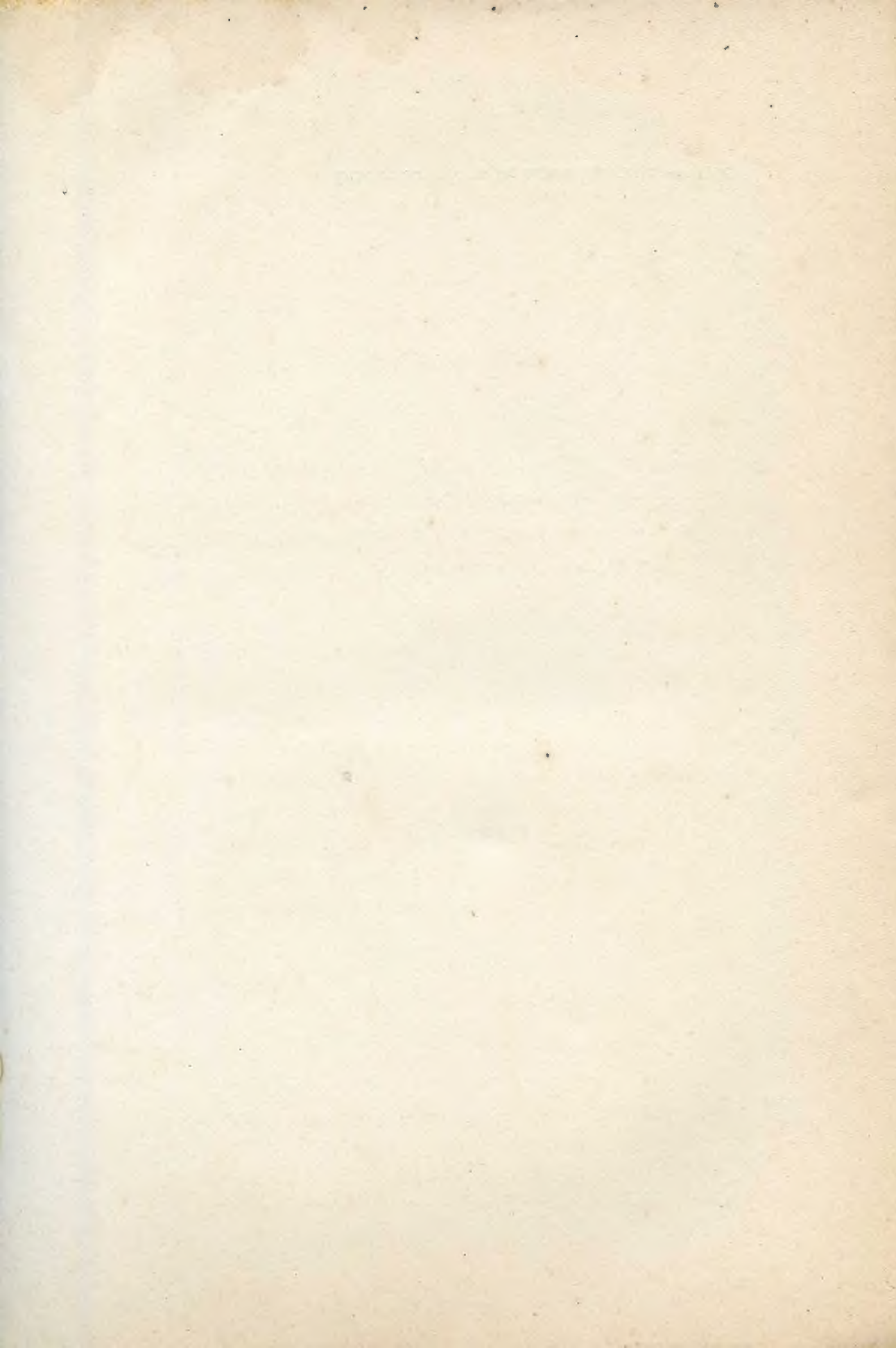
4 — RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO

1952 — Alexandre Rodrigues Ferreira, Catálogo de manuscritos e bibliografia.

Anais da Biblioteca Nacional, 72: 11-152; separata. 162 p.

5 — VALLE CABRAL, ALFREDO DO

1876-1877 — Alexandre Rodrigues Ferreira, Notícia das obras manuscritas e inéditas relativas à viagem philosophica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.

Anais da Biblioteca Nacional, vol. 1:103-129 e 222. 247; vol. 2:54-67 e 324-354.

A «VIAGEM FILOSÓFICA PELAS CAPITANIAS DO GRÃO-PARÁ, RIO NEGRO, MATO GROSSO E CUIABÁ», de Alexandre Rodrigues Ferreira, em fase de edição pelo Conselho Federal de Cultura, abrangerá os seguintes tomos:

ICONOGRAFIA:

Vol. I — Geografia e Antropologia.

Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro.
Editora Monumento S.A., São Paulo.
Artes Gráficas Gomes de Souza S.A. (AGGS).
Rio de Janeiro — 140 est. color., 1971.

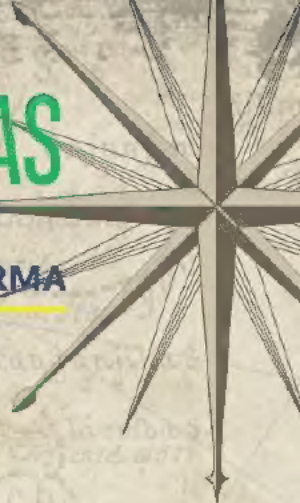
Vol. II — Zoologia.

Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro.
Editora Monumento S.A., São Paulo.
Artes Gráficas Gomes de Souza S.A. (AGGS).
Rio de Janeiro — 168 est. color., 1971.

Vol. III e seguintes — Botânica (em preparo).

MEMÓRIAS

Geografia.
Antropologia.
Zoologia e Botânica.
Medicina e Assuntos Gerais.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM